

LILIAN PÉRSIA DE OLIVEIRA TAVARES

**SÃO JOSÉ DOS PINHAIS NO CONTEXTO DA RECENTE INDUSTRIALIZAÇÃO
METROPOLITANA: REFLEXOS SOCIOESPACIAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, na área de concentração em Produção do Espaço Urbano-Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

**CURITIBA
2004**

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa cumprida. Algumas pessoas tiveram um papel fundamental no seu desenvolvimento e quero aqui deixar minha gratidão. Primeiramente ao meu marido Paulo e minha filha Marília pelo companheirismo e cumplicidade que marcam nossa convivência. Com vocês divido este trabalho.

Aos meus amigos da Sanepar pelo estímulo e colaboração, e, em especial à Maria Arlete Rosa e ao Cleverson Andreoli, incentivadores desta empreitada, pois sabem que o processo de conhecimento é contínuo e requer esforços permanentes.

Aos meus amigos do Mestrado pela troca de experiência que vivenciamos, experiências de saberes e a mais importante, de vida. Ao Luiz Carlos Zem, o anjo da guarda de todos que passaram pelos cursos de especialização e mestrado do Departamento de Geografia. A minha orientadora professora Olga Firkowski pela confiança e paciência, assim pela ordem, pois, um não viria sem o outro. E, principalmente, por tudo que aprendi neste período.

Por fim, agradeço a Maria da Glória que me colocou frente a frente com meus limites. Mostrou-me que com serenidade eles podem ser transformados em desafios e superados sem sofrimento, com prazer. Assim, como foi esta etapa, agora concluída.

À minha mãe,
que abriu mão de seus sonhos
para que eu pudesse sonhar.

Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra.
– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? Pergunta Kublai Khan.
– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –,
mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
– por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Pólo responde:
– Sem pedras o arco não existe.

Ítalo Calvino. As cidades invisíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
INTRODUÇÃO	1
1 - A INDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	6
1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CIDADE	6
1.2 O PAPEL DA INDÚSTRIA NA TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL	13
1.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A INDÚSTRIA	17
1.3 A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E POSSÍVEIS REFLEXOS NO PARANÁ	23
2 - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO	30
2.1 O PRIMEIRO MOMENTO: A CRIAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)	30
2.2 ESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DA RMC	36
2.3 ANOS 90: A SEGUNDA ONDA DE INDUSTRIALIZAÇÃO	43
3 - A TRAJETÓRIA URBANO-INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	54
3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO	54
3.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO PERÍODO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RMC	57
3.3 CONDIÇÕES DE VIDA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERSPECTIVAS MUNICIPAL E INTRA-URBANA	79
3.4 TRABALHO: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL	87
3.5 EXPANSÃO URBANO-INDUSTRIAL E MEIO AMBIENTE	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO	113

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – DIVISÃO POLÍTICA.....	4
FIGURA 2 – POLÍGONO DE AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL	26
FIGURA 3 – BAIRROS DE CURITIBA	33
FIGURA 4 – COMPARTIMENTOS METROPOLITANOS	39
FIGURA 5 – LIMITES DA BACIA E DA APA DO RIO PEQUENO	49
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DA RMC – 1970/2000	59
FIGURA 7 – RMC: POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO – 1996.....	61
FIGURA 8 – RMC: POPULAÇÃO PROJETADA POR MUNICÍPIO – 2010	62
FIGURA 9 – ÁREAS DE PONDERAÇÃO (IBGE) E DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	72
FIGURA 10 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO AEDs – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	75
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	77
FIGURA 12 – CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS	83
FIGURA 13 – CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA SUPERIOR A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	83
FIGURA 14 – SÍNTESE DA CONDIÇÃO DE VIDA NAS ÁREAS DE PONDERA- ÇÃO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	86
FIGURA 15 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERA- ÇÃO QUE SE DESLOCA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR FORA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	92
FIGURA 16 – ÁREAS DE INVASÕES/OCUPAÇÕES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	97
FIGURA 17 – CONTORNO LESTE/BR 116.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS SETORES DE ATIVIDADES NA RENDA INTERNA BRUTA DA RMC E DO PARANÁ – 1979/1980	37
TABELA 2 – PARANÁ: POSIÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS MAIS REPRESENTATIVOS	40
TABELA 3 – PROGRAMAÇÃO DAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC – 1995/2000.....	42
TABELA 4 – POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL E DE URBANIZAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	64
TABELA 5 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	65
TABELA 6 – POPULAÇÃO TOTAL, INCREMENTO POPULACIONAL E PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS NO TOTAL DA RMC – 1970/2000	67
TABELA 7 – IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 1995-2000.....	69
TABELA 8 – POPULAÇÃO TOTAL, VARIAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO ÁREAS DE PONDERAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1991/2000.....	73
TABELA 9 – NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1992/2002	88
TABELA 10 – NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E EVOLUÇÃO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1992/2002.....	89
TABELA 11 – POPULAÇÃO OCUPADA E DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO ÁREAS DE PONDERAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2000	90
TABELA 12 – PESSOAS RESIDENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM OUTRO MUNICÍPIO, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 2000.....	91
TABELA 13 – PESSOAS RESIDENTES EM OUTROS MUNICÍPIOS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 2000.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARANÁ	66
GRÁFICO 2 – RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE IMIGRANTES DE DATA FIXA E O INCREMENTO POPULACIONAL NO PERÍODO 1991/2000	70
GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1991/1996/2000	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CONTRASTES ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOW – O PROCESSO DE PRODUÇÃO	20
QUADRO 2 – CONTRASTES ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOW – TRABALHO	20
QUADRO 3 – CONTRASTES ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOW – ESPAÇO	21
QUADRO 4 – CONTRASTES ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOW – ESTADO.....	21
QUADRO 5 – CONTRASTES ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOW – IDEOLOGIA.....	22
QUADRO 6 – CURITIBA E SÃO PAULO: CUSTO COMPARATIVO DA MÃO-DE-OBRA	47
QUADRO 7 – NÚMERO DE GREVES POR ESTADOS SELECIONADOS 1993-1995	47
QUADRO 8 – PARANÁ – DISTRIBUIÇÃO DOS PROTOCOLOS FIRMADOS ENTRE EMPRESAS E GOVERNO ESTADUAL, POR GÊNERO E LOCALIZAÇÃO, ATÉ 1999	52

LISTA DE SIGLAS

- AED** – Área de expansão demográfica
- APA** – Área de Proteção Ambiental
- CIAR** – Centro Industrial de Araucária
- CIC** – Cidade Industrial de Curitiba
- COMEC** – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
- DNIT** – Departamento Nacional de Infra-estrutura em Transporte
- EIA** - Estudo de Impacto Ambiental
- IAP** - Instituto Ambiental do Paraná
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPPUC** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- NUC** - Núcleo Urbano Central
- PDI** – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- RMC** – Região Metropolitana de Curitiba
- SANEPAR** – Companhia de Saneamento do Paraná
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento do Norte
- SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus
- VA** – Valor Adicionado
- VTI** – Valor de Transformação Industrial

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar e compreender as transformações sócioespaciais que ocorreram na porção Leste da Região Metropolitana de Curitiba, mais precisamente no município de São José dos Pinhais, a partir da implantação dos distritos industriais que abrigam, essencialmente, montadoras de veículos como a Audi e a Renault, e suas fornecedoras. Somam-se a estes empreendimentos obras de infra-estrutura importantes, como a conclusão do Contorno Leste e a ampliação e melhoria no aeroporto Afonso Pena, além da questão mais polêmica e relevante deste processo: a instalação do principal distrito industrial de São José, onde está localizada a montadora francesa de veículos Renault, que se deu em uma área originalmente de manancial de abastecimento público. Fato por si só impactante sob o ponto de vista negativo, em função da natureza dos processos produtivos deste segmento industrial com riscos permanentes de poluição do Rio Pequeno e seus afluentes. Com relação às outras variáveis estudadas, verificou-se que não ocorreram no município picos de crescimento populacional em função da instalação do pólo industrial. Historicamente, esta é uma área que vem sendo ocupada, nas últimas décadas, por grandes adensamentos populacionais entre elas áreas de invasão. No que diz respeito à economia local e regional houve um aumento significativo na geração de empregos industriais em que pese a estruturação das mesmas estarem baseadas no processo de acumulação flexível. Evidenciaram-se, ainda, com este trabalho, os conflitos ocasionados pelos vários usos para o mesmo recurso natural e ocasionados, também, pela busca da apropriação do espaço urbano.

Palavras-chave: mananciais; indústrias; espaço urbano; metropolização; crescimento populacional

INTRODUÇÃO

As últimas décadas marcaram profundamente o perfil das cidades brasileiras, sobretudo dos grandes centros urbanos. A principal razão foi a inversão da ocupação do território nacional, a partir dos anos 70, quando o País passou por um acelerado processo de urbanização em função, basicamente, da saída do homem do campo. As cidades, no entanto, não estavam preparadas para esta grande leva de migrantes. O resultado foi a ocupação maciça de áreas periféricas e degradadas.

A Região Metropolitana de Curitiba reflete bem esta situação. A população que era de 875.269, em 1970, passou para 2.726.556 pessoas morando na RMC, segundo o censo de 2000. Este contingente populacional está distribuído em 25 municípios que, até este período de 2000, compunham a Região. No entanto, existe uma interação cotidiana entre 12 destes municípios formando um aglomerado em torno do pólo que é Curitiba, a capital paranaense.

O processo de urbanização, em uma sociedade capitalista, é marcado por intenso conflito em relação à apropriação do espaço. As cidades passam a ser vistas como mercadorias e o solo passa a integrar o mercado consumidor, submetido à lei da oferta e procura, valorizado de acordo com sua localização e benfeitorias. Nesta linha, quem pode pagar mais ocupa os melhores espaços. HARVEY (1980, p.146) ressalta esta situação definindo que “o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre é dominado por ele”.

A produção do espaço urbano, em geral, se desenvolve de maneira conflitante, pois são muitos os interesses envolvidos nesta transformação. A lógica desta dinâmica privilegia o agente produtor mais forte tanto do ponto de vista econômico quanto político. E desta forma surgem cidades, bairros, condomínios, empreendimentos de lazer, centros comerciais e distritos industriais.

O espaço que emerge nesta disputa já nasce com a feição de seu produtor, com objetivos claramente definidos e prontos para atender determinado público. À margem deste processo competitivo surgem as áreas de invasão ou ocupação irregulares de grandes lotes como o espaço produzido pelos excluídos da sociedade.

A face mais perversa da produção do espaço está relacionada ao local de habitação. LOJKINE (1981, p.227) classifica como a “mais forte segregação

social”. A população de baixa renda está se mudando para lugares cada vez mais distantes, insalubres ou de iminente risco ambiental. Na RMC uma grande parcela da população fixou moradia em locais da porção Leste da Região que apresentam riscos aos moradores por se tratar de fundos de vales ou ocupações beirando rios e córregos, além destas moradias comprometerem a qualidade da água para consumo, pois os principais mananciais para abastecimento estão localizados nesta mesma área.

A Região Leste da RMC tinha e tem seus atrativos que levaram a esta ocupação desordenada. Uma delas era a quantidade de lotes vagos em função de legislação específica para a preservação das áreas. Porém, a pressão urbana não obedece às leis e cresce a cada dia a demanda por moradias. Santos (1993) discorre sobre a organização interna das cidades que apresentam problemas comuns, genéricos à todas elas. Este autor chama a atenção para os grandes vazios urbanos existentes nessas cidades, típicos de uma urbanização corporativa, isto é, “empreendida sob o comendo de grandes firmas”, administrada com viés capitalista onde os recursos públicos são direcionados para “investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais” (SANTOS, 1993, p.96).

Uma característica desta porção leste da RMC é que, em que pese sua fragilidade ambiental, tem nos seus limites um importante vetor de crescimento urbano, a BR-277, eixo rodoviário que faz a ligação da RMC com o Porto de Paranaguá. Mais recentemente, outra rodovia, a BR-116, passou a cruzar a área de mananciais em quatro municípios da RMC, São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara e Quatro Barras por meio do Contorno Leste. O tráfego neste trecho é pesado e intenso e parte dos veículos que trafegam por ali são caminhões que transportam cargas perigosas.

Nesta porção leste do município de São José dos Pinhais foi implantado, em 1996, o Distrito Industrial que abriga a montadora francesa de veículos, Renault, e várias outras indústrias fornecedoras. A implantação deste empreendimento foi bastante questionada. Para viabilizar este projeto, o Governo estadual, através da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), descartou, de direito mas não de fato, o Rio Pequeno da função de manancial de abastecimento.

O governo criou, ainda, três Áreas de Proteção Ambiental (APA). Entre elas a do Rio Pequeno cujos limites estão fora da área do distrito. Todos estes artifícios foram usados num intervalo de 30 dias entre as duas audiências públicas realizadas para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento.

Passados praticamente oito anos do início do processo de instalação do Distrito Industrial, localizado na BR-277, descortinou-se, com esta pesquisa, a possibilidade de verificar o que ocorreu com aquela área, e o município de um modo geral, neste período. Inicialmente, as hipóteses formuladas direcionavam, com base em trabalhos já publicados, para um cenário problemático inerente à instalação de plantas industriais estruturadas genuinamente no modelo fordista de produção como, por exemplo, bolsões de pobreza, degradação ambiental, infraestrutura básica precária e crescimento do número de desempregados.

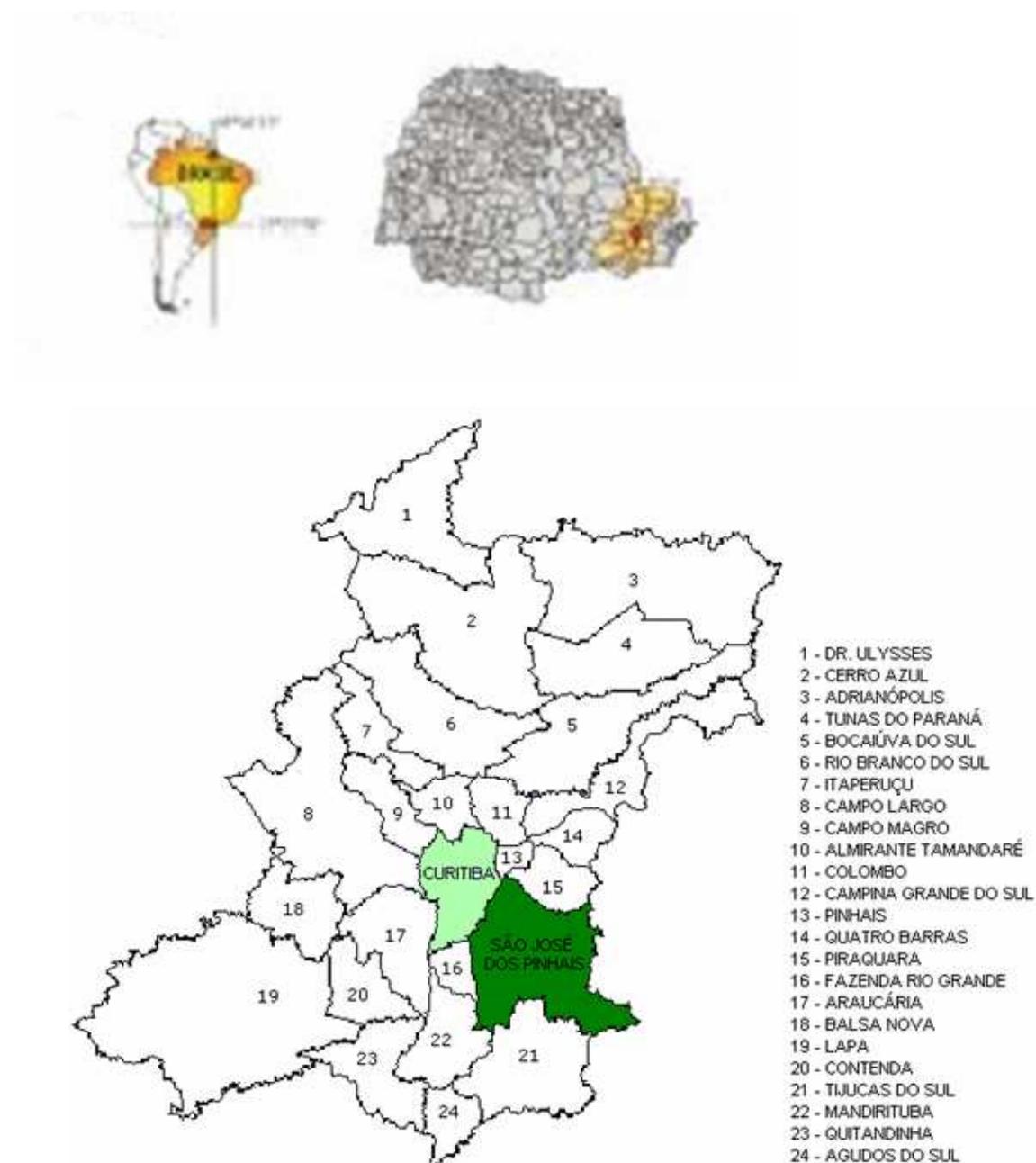
A literatura recente sobre o urbano tem destacado o papel dos processos de reestruturação produtiva que ocorrem em escala global, cujos impactos podem levar tanto à desativação como à emergência de novas localidades produtivas. Prevalece, em ambos os casos, uma lógica mercantilista que rebete na organização socioespacial das localidades afetadas, redefinindo funções na escala intra-urbana e acirrando processos de segregação social.

Assim, definiu-se como objetivo deste trabalho identificar e compreender as transformações sócioespaciais registradas em São José dos Pinhais (FIGURA 1), a partir de 1996, com a implantação de novas indústrias do pólo automotivo, particularmente a montadora Renault. Para concretizar este objetivo adotou-se como procedimento metodológico a análise, através de uma perspectiva histórica e sua evolução até os dias atuais, que permitisse entender a ocupação de São José dos Pinhais no âmbito do processo de metropolização ocorrido a partir dos anos 70.

Na verdade, entende-se que a qualificação do município (ou região) para receber este tipo de investimento só pode ser compreendida no contexto da integração de Curitiba ao núcleo dinâmico da economia brasileira, através do processo de desconcentração econômica verificado no país, cuja configuração atual remete ao polígono de aglomeração industrial defendido por CAMPOLINA (1993).

Por outro lado, para apreender a dinâmica socioespacial recente, em São José dos Pinhais, foi necessário privilegiar algumas dimensões da expansão urbana ocorrida na última década. A avaliação da dinâmica demográfica, inclusive na escala intra-urbana, permite qualificar o processo de crescimento do município e os movimentos da população em seu território.

FIGURA 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – DIVISÃO POLÍTICA



Fonte: COMEC

A outra questão abordada foi a evolução do emprego, na última década, bem como a integração que ocorre no mercado de trabalho metropolitano. Por fim, buscou-se, ainda, verificar os impactos ambientais do empreendimento industrial estudado, uma vez que sua implantação se deu sobre uma área originalmente de manancial.

Essas duas abordagens, a histórica e a leitura socioespacial, como também o desenvolvimento de um suporte teórico, constituem os eixos organizadores do estudo, cuja estrutura é apresentada na seqüência.

No primeiro capítulo está o referencial teórico que buscou discutir questões referentes ao espaço urbano, sua produção, seus agentes produtores e, ainda, qual a dinâmica interna das cidades, como se dá sua organização e, também, como ocorreu o processo de urbanização dos grandes centros e, por fim, resgatar aspectos relevantes da industrialização brasileira, identificar se houve desconcentração industrial e, caso tenha havido, se chegou a abranger o Estado do Paraná ou a RMC.

No segundo capítulo foi abordado o processo histórico da metropolização da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, destacando-se a implantação da Cidade Industrial de Curitiba, a conjuntura político-econômica da época (os anos 70), os processos de institucionalização e de industrialização da região, destacando-se as diferentes fases pelas quais este última passou, além da identificação dos fatores mais decisivos na atração de indústrias para a Região.

O terceiro capítulo focaliza o processo de ocupação de São José dos Pinhais e contextualiza a integração do município na estrutura metropolitana, para melhor compreender as transformações ocorridas na última década. Alguns fatores foram elucidativos como, por exemplo, a dinâmica demográfica, a análise de indicadores sociais e os relacionados ao mercado de trabalho.

O terceiro capítulo trata, ainda, de questões de ordem ambiental. Procurou-se entender que razões levam um distrito deste porte ou uma multinacional como a Renault a se instalar naquela área. De que forma justificar um arranjo espacial que desprezou um manancial de abastecimento público para dar lugar a empresas cujos processos produtivos geram resíduos altamente poluentes com risco de contaminação ao meio ambiente.

1. A INDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Neste capítulo pretende-se estabelecer o marco teórico capaz de orientar a apreensão do processo de industrialização recente, sua relação com o processo de produção do espaço urbano e quais seus reflexos na estrutura socioespacial de uma determinada área, no caso desta dissertação, a área que compreende o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, e seu entorno, criado, no ano de 1996, para abrigar, fundamentalmente, uma montadora de veículos, a francesa Renault, e seus fornecedores.

Este capítulo tem, ainda, o propósito de identificar quais os determinantes da industrialização no contexto do que se denominou, no Brasil, de processo de desconcentração industrial nas décadas de 70 e 80 e, ainda, da concentração do polígono industrial, nos anos 90. E, associada a toda esta discussão, uma importante reflexão a ser feita é sobre como a transformação nos processos de produção industrial (a passagem do padrão fordista para o padrão flexível/toyotismo) altera a lógica de localização destes empreendimentos.

E como decorrência desta análise, pretende-se abordar as relações entre a nova lógica de localização industrial e seu impacto sobre o processo de produção do espaço urbano. Outra discussão, que não poderia ser esquecida, refere-se à própria produção do espaço a partir de várias teorias, que discutem a transformação de um dado lugar como resultado da intervenção de vários agentes produtores. E, neste caso, o do grande capital materializado nas grandes indústrias.

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CIDADE

O crescimento da população nos centros urbanos, registrado nos últimos 30 anos, acentuou a reflexão sobre a produção das cidades, suas várias espacialidades, e quem são e como atuam seus agentes produtores. Não existe unanimidade sobre estas questões. A busca por uma resposta e as divergências sobre a epistemologia do espaço são quase que permanente, porém, bastante importantes, assim como, de forma concreta e real, são significativos os conflitos existentes quando da ocupação de determinadas áreas urbanas por causa dos vários usos e pelos vários interesses de exploração do espaço.

A dimensão espacial é tema inerente à discussão do espaço urbano. Enquanto categoria de análise, o espaço tem um papel fundamental dentro e fora dos limites da Geografia, pois contribui para a compreensão do elo existente entre o homem e a natureza, ou o homem e o meio ambiente onde está inserido. Para SANTOS (1988) o espaço é muito mais que matéria, muito mais que os objetos ou o que de concreto dele façam parte, deve ser visto e compreendido como algo que contém vida, interação, ou seja, “é a sociedade em movimento”, SANTOS (1988 p. 26). E este autor vai mais além, em sua definição, afirmando que o espaço é o reflexo da sociedade que o produz, “intermediado pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1988, p. 26).

Em concordância com SANTOS, CARLOS (1999) enfatiza que o espaço compreende duas dimensões, uma que o localiza e outra que lhe dá o conteúdo, que preenche esta localização e o individualiza, o faz diferente de outros espaços. Este conteúdo, segundo a autora, é reflexo da sociedade que o produz com todas as suas características históricas e culturais. Fato que, prossegue CARLOS (1999), o deixa visível, do ponto de vista geográfico com todas as suas diferenças e contradições, porém “mostra também o reprodutível, e nesse caso também contém um mundo de imagens, formas, aparências que apontam para a tendência à homogeneização de nossa sociedade e que podem ser mais bem apreciadas na paisagem urbana da metrópole” CARLOS (1999, p. 65).

Em KAHIL (2001, p.74) vemos esta mesma linha de pensamento de SANTOS e CARLOS, com a preocupação de não trabalhar o sistema de objetos separados do sistema de ações:

O entendimento do espaço como unidade complexa exige que enfrentemos o problema da redutibilidade, isolamento ou justaposição dos elementos do espaço – se quisermos precaver-nos dos erros de uma ciência que ainda procura seu funcionamento no simples, no elementar. Temos de tentar conceber as noções de todo e das partes, de uno e de diverso, de modo simultaneamente complementar e antagônico.

Esta discussão sobre a dimensão espacial requer que outros conceitos sejam abordados para que fique clara a diferenciação entre eles. Esta preocupação está presente na obra de vários geógrafos que trabalham separadamente com a noção de espaço, paisagem e território. SANTOS (1997)

traz estes conceitos como forma de não deixar que eles se confundam ou se sobreponham.

Pode-se destacar para a categoria espaço uma definição sucinta deste autor como um conjunto de formas, entretanto, com cada uma delas representando um pouco da sociedade que as produziu. No que diz respeito ao território, SANTOS (1997) esclarece, ainda, que a configuração territorial é o próprio território somando-se a esta configuração, os objetos que os compõem como os naturais ou artificiais aqueles construídos pela sociedade. “A configuração é o todo. É o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível” (SANTOS, 1997, p. 27).

Os outros dois conceitos trabalhados por SANTOS (1997, p.61) são “paisagem – é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. O domínio do visível. Não é formada apenas por volumes, mas também por cores, movimentos, odores, sons etc”. E de forma a tornar cristalina esta diferenciação, SANTOS (1997) sustenta que a paisagem é diferente do espaço, é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação classificada pelo autor como “ousada”, como um momento vivido registrado, “uma fotografia” (SANTOS, 1997, p.72).

Já o espaço, de acordo com SANTOS (1997) e, ressaltando o que este mesmo autor já definiu, é o resultado da sociedade com a paisagem mais o movimento que anima este produto, dá vida a esta realidade. “Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (SANTOS, 1997, p. 72).

Em uma outra obra, SANTOS (2002, p.103) abre o tópico de um capítulo com o título “Uma necessidade epistemológica: a distinção entre paisagem e espaço”. E, iniciando o texto, SANTOS (2002) reforça sua visão de que paisagem e espaço não são sinônimos. Para este autor, “a paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço é estas formas mais a vida que os anima” (SANTOS, p.103).

A complexidade da discussão acerca do espaço-objeto da geografia – veio à tona com o debate travado, principalmente por LEFEBVRE (1970), CASTELLS (1972), HARVEY (1973) e, sobre o espaço como “algo mais” do que mero reflexo de quem o produz, mas com papel, também de indutor na produção deste mesmo espaço. Toda esta discussão foi a gênese da teoria socioespacial. E caso fosse

feita uma analogia sobre o espaço, à luz da dialética socioespacial, esta seria uma via de duas mãos, ou seja, ao mesmo tempo em que o espaço é produzido por agentes que o ocupam, estes agentes também sofrem a influência do espaço por eles produzido.

SOJA (1993, p.103) se apóia em LEFEBVRE para fazer um aprofundamento da dialética socioespacial destacando que

as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (ao menos na medida em que, antes de mais nada, mantenhamos uma visão do espaço organizado como sendo socialmente construído).

Embora esta teoria da dialética socioespacial tenha sido alvo de críticas, classificada inclusive de “determinismo” por autores marxistas, foi, ainda, objeto de reflexão por parte de alguns que a criticaram. SOJA (1993, p.106) registra que o próprio CASTELLS, que no início impôs resistência à teoria da Dialética Socioespacial, apresentou, depois, o espaço como produto da interação homem X natureza. Da mesma forma que LEFEBVRE (2002) considera que o espaço não é apenas reflexo da sociedade, mas também, uma das variáveis que interferem na organização social e cultural da sociedade.

Ainda dentro desta discussão, CARLOS (1994) reforça o olhar sobre o espaço como produto e condição geral do processo produtivo. E, analisando pelo viés capitalista, esta autora aponta para o fato de o espaço parecer como “capital fixo” dando condições, por exemplo, da circulação de bens e produtos, matéria-prima, mão-de-obra e do próprio capital.

E seguindo este raciocínio, CARLOS (1994) salienta uma dupla função do espaço, pois, se de um lado este espaço materializa-se a partir da interação com o homem, de outro permite a materialização do processo de produção capitalista. “O processo de (re) produção do espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da (re) produção humana” (CARLOS, 1994, p. 98).

HARVEY (1980, p.23) se apega em teorias de outras ciências, elaboradas por profissionais como filósofos, psicólogos, antropólogos e sociólogos, para tentar chegar a uma definição de espaço, chamado por ele de espaço social – “complexo, não homogêneo, talvez descontínuo, e quase certamente diferente do espaço físico no qual o engenheiro e o planejador atuam tipicamente”. Segundo

este autor, o espaço social não pode ser entendido, apenas, como variável de um grupo social, mas, também, como variável do tempo.

HARVEY (1980) tenta, em toda sua teorização sobre espaço social mostrar o quão complexo é a definição deste objeto ou desta categoria de análise. E conclui sua reflexão, alertando que

se desejarmos entender o espaço, precisaremos considerar seu significado simbólico e a complexidade de seu impacto sobre o comportamento, já que este está intimamente ligado ao processo cognitivo. Uma das vantagens em desenvolver este ponto de vista sobre o espaço é que ele parece capaz de integrar as imaginações geográficas e sociológicas, porque, sem uma compreensão adequada dos processos sociais em toda sua complexidade, não poderemos esperar entender o espaço social (HARVEY, 1980, p.25).

MORAES E COSTA (1999, p.128), por sua vez, têm o espaço como uma teia complexa de relações sociais de produção não diretamente espaciais, mas com espacialidades. Para estes autores, “não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre”, MORAES e COSTA (1999, p.128).

Esta discussão sobre a definição e função do espaço é fator primordial quando a próxima etapa deste capítulo será uma reflexão sobre o espaço urbano, urbanidade ou a “construção” das cidades propriamente dita. A produção, reprodução e ordenação do espaço urbano são variáveis presentes e importantes quando o objetivo é entender as transformações sócio-econômicas e espaciais por que passam nossas cidades.

LEFEBVRE (1999, p.142) lembra que “a produção do espaço, em si, não é nova”. Historicamente, segundo este autor, os espaços sempre foram frutos dos agentes com poder de decisão. O que é novo, conforme LEFEBVRE (1999, p.42) é “a produção global e total do espaço social”. Segundo este autor, existem momentos onde o capitalismo aparece bastante enfraquecido para logo ressurgir com sua forma rotineira, cotidiana, “na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades) e na compra e venda do espaço, LEFEBVRE (1999, p. 142).

No que diz respeito às cidades, CARLOS (1994) a considera como o lugar onde se materializa o processo de produção e onde existe a concentração maior das pessoas, “é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo

na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (nos níveis local, regional, nacional e internacional)”, CARLOS (1994, p.83).

CAVALCANTE (2001) acredita que o papel da cidade vai mais além do que apenas concentrar pessoas, é o lugar do convívio, da interação, da rotina e da reprodução de um modo de vida. “Em função de sua complexidade e de requerer enfoques multi e interdisciplinares, ela é o objeto de preocupação de muitos profissionais, estudiosos e pessoas interessadas em contribuir para uma sociedade mais justa, mais solidária e respeitosa com o ambiente em que vive” CAVALCANTE (2001, p. 11).

Uma visão mais sociológica pode ser encontrada em MELA (1999, p.43) com a definição de que

a cidade é um sistema social de grande complexidade que, por assim dizer, apresenta no seu interior, de forma “concentrada”, a quase totalidade dos fenômenos típicos de dimensões mais amplas, como as sociedades nacionais ou mesmo sistemas internacionais. Este autor vai mais além, nesta linha de raciocínio e afirma que a cidade é simultaneamente um fenômeno econômico, político, cultural etc, e acrescenta que todo aspecto está ligado indissolivelmente aos outros, por isso é influenciado por eles, e, ao mesmo tempo, contribui para os definir.

Quando o tema é a cidade ou os processos urbanos, vale lembrar que o século XVIII, com a Revolução Industrial, foi um marco importante no que tange a ocupação deste espaço e a transformação do modo de produção. LEFEBVRE (1999) recorda que o papel das cidades no capitalismo é muito mais importante do que pode se supor inicialmente. Os economistas, segundo este autor, desde Marx e os mais recentes, têm ressaltado as várias funções que possuem uma cidade, agrupando assim, tanto no espaço como no tempo, variáveis do processo de produção como “empresas, mercados, informações e decisões” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

Numa cidade gerada sob o signo do capitalismo, tudo que compõem um dado espaço tem um valor, um preço, passa a ser mercadoria, produto de troca, compra e venda. Nesse caso, incluí-se a mão-de-obra operária e intelectual, a terra que tem sua valorização a partir da própria produção espacial e recursos naturais. PEREIRA (2002) recorda, por exemplo, que a ocupação do solo urbano

requer pagamento, seja pelo aluguel ou pela compra de uma determinada área. “O mercado é o elo entre as relações sociais da produção e a cidade determinando a possibilidade de uso e ocupação do solo mediante o pagamento do preço por ele estipulado” (PEREIRA, 2002, p.44).

O espaço, em todas as suas formas de manifestação, para MORAES E COSTA (1999, p.127), “aparece frente ao processo de produção, como um valor contido”. Estes autores discorrem sobre o lugar e seus recursos construídos; o espaço materializado, da mesma forma que se apresenta para a produção. “A terra é, aqui, uma realidade natural e material que se define como um receptáculo do trabalho humano historicamente acumulado”, MORAES e COSTA (1999, p.128).

Especialmente, de acordo com CARLOS (1997), o desenvolvimento do modo de produção capitalista abre a possibilidade de surgimento de aglomeração populacional e, também, dos meios e unidades de produção gerando a divisão espacial do trabalho imposta por um mercado em crescimento expansão. “Assim, o urbano é fruto da dinâmica das forças produtivas plenamente desenvolvidas ali, e mais especificamente, da grande aglomeração” (CARLOS, 1997, p. 75).

O processo de produção do espaço urbano se dá, em geral, quando vários agentes atuam em uma mesma área, transformando sua paisagem. E o resultado destas intervenções nem sempre é harmonioso. As contradições se consolidam e podem ser vistos, lado a lado, os resultados da ação dos agentes que modificaram o espaço como as indústrias e os bairros operários, as favelas e os condomínios de classe alta ou as grandes vias de transportes de mercadorias cortando a periferia das grandes cidades.

Sobre o espaço construído, CARLOS (1994) lembra que um aspecto que, inicialmente, chama a atenção quando se observa a paisagem urbana são as contradições, as diferenças. Contrastes que, para esta autora, estão na forma, no tipo e na diversificação dos usos que se faz da cidade. Salienta, ainda, a autora, que estas diferenciações estão calcadas no fato de a cidade ser uma concentração de pessoas “exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, desencadeando uma disputa de usos” (CARLOS, 1997, p. 40).

1.2 O PAPEL DAS INDÚSTRIAS NA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL

As grandes indústrias, que representam a materialização do grande capital, têm o poder de transformar não só a paisagem do entorno de suas plantas locais, como também de influenciar o perfil econômico de uma ou mais cidades. O aumento populacional, que pode decorrer da instalação de parques industriais, talvez seja o maior impacto causado na implantação de grandes empreendimentos.

A busca por postos de trabalho acaba sendo inevitável. Em alguns casos, a chegada de novas indústrias pode até ser, inclusive, a causa da desarticulação de pequenas propriedades rurais. Nasce os bairros operários da mesma forma que aumenta o contingente de desempregados e, junto, uma demanda crescente por serviços de saúde, educação e lazer popular.

Com o intuito de aprofundar pesquisas que dêem conta de explicar a mobilidade de pólos industriais com seus impactos no espaço onde estão inseridos e o processo de desindustrialização, surge o que GOTTDIENER (1990, p.59) chama de “explosão da literatura na área de estudos urbanos voltados para a problemática da reestruturação socioespacial”.

De acordo com GOTTDIENER (1990, p.59), esta análise inova no que tange as linhas de discussão e pesquisa, “pois, aborda aspectos próprios da sociologia urbana, geografia, economia, ciência política e economia regional”. Os analistas, segundo este autor, creditam a uma séria de fatores responsáveis este processo de reestruturação como

a desindustrialização e a crise global do capital num suposto sistema mundial; as estratégias das multinacionais de busca de mão-de-obra, o que, para alguns chega a configurar uma divisão internacional do trabalho; a alta tecnologia e a reorganização das forças produtivas, em conformidade com uma ‘nova’ etapa do capital; novas relações de produção seguindo a desintegração vertical e a intensificação do capital em unidades produtivas; um novo regime de acumulação do capital denominado ‘flexível’, que vem substituindo o clássico regime fordista de produção em massa” (GOTTDIENER, 1990, p.59).

HARVEY (2002) considera que a transição do fordismo para, o que alguns autores denominam de acumulação flexível/toyotismo trouxe, na verdade, sérias

dificuldades para teorias de todas as áreas. Teóricos das mais variadas correntes como os keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico “parecem tão perturbados quanto todas as pessoas” (HARVEY, 2002, p. 163). Essa transição, segundo o autor, deixou, também, os marxistas frente a um conflito. Diante desta situação, conforme HARVEY (2002), a teoria foi deixada de lado para dar lugar a números, dados, que dessem sustentação às explicações acerca das mudanças ocorridas.

Apesar desta crise sinalizada por HARVEY a indústria capitalista continuou a crescer nos antigos países de terceiro mundo ou subdesenvolvidos, por causa, principalmente, dos subsídios e incentivos fiscais proporcionados pelos governos municipais, estaduais e federal, e pelo baixo custo da mão-de-obra do trabalhador.

Além destas variáveis, CARLOS (1994, p.28) ressalta que o desenvolvimento da indústria depende do que ela classifica como economias de aglomeração, além de infra-estrutura viária, mão-de-obra especializada preferencialmente, proximidade de outras indústrias fornecedoras e proximidade, também, com o mercado consumidor e com infra-estrutura de exportação como portos e aeroportos.

Esta autora cita, ainda, outras necessidades da indústria como a aglomeração da população, já enfatizada anteriormente, e a concentração do próprio capital permitindo, assim, a otimização dos custos de produção e, conseqüentemente, aumento dos lucros. “A indústria tende a aumentar ao máximo essas vantagens, e nesse sentido a cidade é utilizada privativamente (pela indústria) como condição geral de produção, enquanto a população socializa as desvantagens criadas pelo seu desenvolvimento: poluição, congestionamento, queda do nível de vida etc.” (CARLOS, 1994, p.28).

LEFEBVRE (1999) faz uma crítica a esta cidade produzida à luz do capitalismo transformando tudo o que está dentro de seus limites em mercadoria, sobretudo a terra. Para ele

o cordão umbilical que ligava a sociedade à natureza foi mal cortado. O que exigia o corte e implicava na ruptura? A cidade. O vínculo se desfez, a troca viva entre a comunidade e a terra não foi substituída por uma regulação racional e, no entanto, a sociedade continua ligada e mesmo amarrada à terra. Pela propriedade e pelas múltiplas servidões que ela mantém. Especialmente e, sobretudo subordinando a terra *ao mercado*,

fazendo da terra um “bem” comercializável, dependente do valor de troca e da especulação, não do uso e do valor de uso (LEFEBVRE, 1999, p.161).

RODRIGUES (1983, p107) ao analisar o caso de Betim, Minas Gerais, quando da implantação do distrito industrial, na década de 70, chama a atenção para a “nova realidade” urbana construída às custas da implantação de uma nova área industrial que gerou os bairros operários, a degradação sócio-ambiental além da transformação de áreas já consolidadas e a ocupação desordenada do espaço que “acaba de emergir”.

Esta situação apresentada por RODRIGUES (1983) pode ser observada, também, em outros espaços que passaram pelo mesmo processo de industrialização. As contradições espaciais brotam dessa ‘nova realidade’. De um lado surgem as instalações para a população que usufrui uma parcela dos lucros gerados, como os condomínios de luxo, shoppings e clubes de lazer. Em outra ponta, bairros antigos e populares são esquecidos pelo poder público e continuam esperando por serviços que, certamente, já foram implantados em aglomerações mais recentes e de população com renda mais elevada.

Nos vários países onde o capitalismo se fortalece e torna-se cada vez mais visível através da intervenção do grande capital, o reflexo deste processo são reproduzidos de forma muito semelhante. Na Argentina, por exemplo, e mais especificamente em Buenos Aires, houve uma “explosão”, nos anos 90, de “barrios privados”. O que antes eram casas de campo passou a ser moradias permanentes.

PEREIRA (2002, p. 45) identifica como “*guetificação*” o processo pelo qual uma camada da população, com renda mais elevada, vem dando preferência aos condomínios, horizontais ou verticais, fechados e, por outro lado, cresce também a concentração da população de baixa renda em áreas com quase nada de infraestrutura e, em geral, irregulares sob o ponto de vista da propriedade da terra.

Conforme PEREIRA (2002, p.45) alguns fatores são determinantes da segregação socioespacial como o “crescimento da população urbana, limitação à oferta da terra; restrições ambientais impostas por legislações e novas lógicas para a localização de centros comerciais”.

Segundo CAVALCANTI (2001) a produção do espaço urbano capitalista tem a mesma lógica do capital, que é a necessidade de aglomeração, e a

necessidade, também, de esconder as contradições, os contrastes sociais. Esta dinâmica de produção do espaço urbano tem como consequência à origem de lugares completamente distintos com diferenciações econômicas e sociais.

VILLAÇA (2001, p.360) chama a atenção para o processo de segregação e a define como “uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual esta classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente este espaço produzido é, ele próprio, social. Só o social pode constringer ou condicionar o social”.

Outro aspecto a se considerar da industrialização é o custo ambiental que, em geral, recai sobre a população mais pobre, instalada em áreas de risco ou degradadas. Sob esta ótica vale destacar que a gestão do espaço urbano, embora seja bastante complexa, deve ser, a rigor, papel do poder público que, como um importante agente produtor, deve normatizar o uso do espaço e defender os interesses (econômicos, sociais e ambientais) da população ali instalada. Caso o contrário, perdendo o controle da situação, pode favorecer a intensificação dos conflitos sociais, ou então, incentivar o direcionamento do ônus desta situação para as camadas populares.

A análise das questões ambientais urbanas deve levar em consideração os vários agentes e interesses presentes na sociedade e nas várias esferas do poder público. HARVEY (1980) acrescenta mais uma variável nesta discussão que é a distribuição de renda. Segundo este autor, é a renda que define os acessos dos cidadãos. Acessos, por exemplo, aos serviços públicos e, sobretudo, ao local e qualidade de habitação. Quanto menor a renda, mais longe ou em locais degradados é a moradia.

HARVEY (1980, p. 64) para ilustrar este seu entendimento, refere-se a uma “organização de esfaimados” entre os vários grupos da população de uma cidade. E aqueles que estão na base desta organização, explica o autor, “são os vencidos”. Este autor utiliza SHERRAND (1968) para esclarecer melhor sua abordagem acerca dos conflitos citando que

a favela é o abrigo coletivo dos vencidos, e no esforço competitivo pelos bens urbanos, as áreas faveladas são também vencidas em termos de escolas, negócios, lojas de quinquilharias, ruas iluminadas, livrarias, serviços sociais além de tudo que é comumente útil, e sempre de pouca

oferta. A favela, então, é uma área onde a população carece de recursos para competir com sucesso, e onde coletivamente há necessidade de controle sobre canais através dos quais tais recursos são distribuídos e mantidos (HARVEY, 1980, p. 65).

Esta definição usada por HARVEY (1980) para definir uma comunidade carente de toda a sorte de recursos reflete, de alguma maneira, os grupos ou as áreas que se formam próximos às plantas industriais reproduzidas em vários municípios brasileiros. São periferias de grandes centros, metrópoles ou aglomerados metropolitanos formados, em sua maioria, por imigrantes a procura de uma colocação no mercado de trabalho.

SANTOS (2002, p.328) ressalta que, hoje, “a mobilidade se tornou praticamente uma regra”. Não só os homens são partes deste movimento a que Santos se refere, mas também produtos. Mercadorias, imagens e idéias circulam incessantemente. “Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é também, desculturização” (SANTOS 2002, p.328).

E sobre o imigrante, especificamente, SANTOS (2002, p. 328) enfatiza que vir para a cidade grande é abandonar a bagagem cultural herdada para ser apresentado a uma nova realidade. “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

1.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A INDÚSTRIA

As discussões travadas sobre reestruturação urbana ou sobre uma nova organização socioespacial remetem à questão de uma nova lógica global. A economia em crise na década de 70 e a migração do processo produtivo das indústrias fordistas para o pós-fordismo/toyotismo refletiu na dinâmica econômica e locacional das empresas em muitos países, dentre eles, o Brasil. HARVEY (2002, p.163) admite que “existe uma dificuldade em captar a natureza das mudanças embora exista a certeza que, a partir dos anos 70, o capitalismo mudou seu funcionamento”.

GOTTDIENER (1990) argumenta que a dificuldade em captar estas mudanças acontece pelo fato de as teorias que deveriam explicá-las ser

elaboradas sob óticas distintas. O autor cita como exemplo a “teoria da regulação” que destaca a flexibilização, confrontando-se com a teoria do sistema mundial que enfatiza a nova divisão internacional do trabalho. Porém, para este autor, “as perspectivas sobre a reestruturação compartilham uma característica comum: a afirmação de que as recentes mudanças no sistema capitalista são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades e o sistema urbano”, GOTTDIENER (1990, p.59).

Como que num diálogo de concordância com HARVEY e GOTTDIENER, BENKO (1999) recorda que no final dos anos 70 e início dos anos 80 uma teoria prevaleceu na maioria dos países desenvolvidos. Conforme este autor, a crise vivida naquele momento só seria equacionada se houvesse um combate às austeridades, maior flexibilidade, desregulamentação e maior confiança no mercado. Em outros termos, assinala este autor,

o objetivo era o desmantelamento das instituições e do modo de regulação que constituíram o boom pós-guerra. Na mesma época, vários autores críticos afirmaram que a maior flexibilidade era o traço fundamental da era pós-fordista e a identificaram com o regime de acumulação flexível (BENKO, 1999, p. 116).

De acordo com MELA (1999, p. 73) em meio à crise no fordismo, nos anos 70, com reflexos negativos para as indústrias, houve uma busca por alternativas para o processo de reestruturação produtiva como forma de superar o momento vivido. Nesta perspectiva, lembra o autor, “estava a intensificação da pesquisa em tecnologia microeletrônica que chegou a viabilizar, por exemplo, a automação de ciclos produtivos e o incremento de meios para a comunicação em distância” (MELA, 1999, p.73).

Esta estratégia, entretanto, deu certo em partes. MELA (1999) relata que nos países mais desenvolvidos o crescimento da produção já não era sinônimo de aumento de ocupação industrial, pois, os mercados que se descortinavam não eram suficientes para dar conta da perda do número de empregos por causa, principalmente, do desenvolvimento tecnológico.

Em resumo, a expansão econômica já não implicava necessariamente um processo voltado para as condições de bem-estar difundido por toda a sociedade. Pelo contrário, podia coexistir com a presença de uma cota de desocupação estável ou de ocupação de atividades marginais e mal remuneradas (MELA 1999, p. 75).

MELA (1999) expõe as transformações sentidas pelos trabalhadores do modelo pós-fordista ou do toyotismo. Este autor relata que a figura do trabalhador fixo na linha de montagem dá lugar ao operário, também flexível em suas funções, ou seja, pronto a desempenhar quantas tarefas forem necessárias dentro do processo produtivo ao qual está ligado. Esta falta de especialização somada à perda de estabilidade no emprego, à redução no número de vagas nas indústrias e à redução dos salários, com compensação na produtividade, abriram as portas para a precarização das relações e do mercado de trabalho.

HARVEY (2002, p. 165) organizou as diferenças entre o fordismo e a acumulação flexível, no que diz respeito ao modo e processo de produção segundo SWYNGEDOW (1986). Para citar algumas, na produção fordista destacam-se: a produção em massa de bens homogêneos, os grandes estoques, os testes de qualidade no final do processo produtivo e o trabalhador realizando uma única tarefa, com alto grau de especialização. No processo flexível: produção em pequenos lotes, nada de estoques, controle de qualidade no início da produção e o trabalhador com múltiplas tarefas sem grandes especializações (QUADROS 1, 2, 3, 4 e 5).

QUADRO 1 - CONTRASTE ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL
SEGUNDO SWYNGEDOW – O PROCESSO DE PRODUÇÃO

O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
PRODUÇÃO FORDISTA (baseada em economias de escalas)	PRODUÇÃO JUST-IN-TIME (baseada em economias de escopo)
Produção em massa de bens homogêneos	Uniformidade de padronização
Produção em pequenos Lotes	Produção flexível e em pequenos lotes De uma variedade de tipos de produtos
Grandes estoques e inventários	Sem estoques
Testes de qualidade ex-post (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
Produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeitos
Perda de tempo na produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeitos, pontos de estrangulamento nos estoques etc	Redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho”
Voltada para os recursos	Voltada para a demanda
Integração vertical e (em alguns casos) horizontal	Integração (quase) vertical. Subcontratação
Redução de custos através do controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento em longo prazo

Fonte; (Harvey, 2002, p. 167)

QUADRO 2 - CONTRASTE ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL
SEGUNDO SWYNGEDOW - TRABALHO

TRABALHO	
PRODUÇÃO FORDISTA (baseada em economias de escalas)	PRODUÇÃO JUST-IN-TIME (baseada em economias de escopo)
Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
Pagamento pró-rata (baseado em critérios da definição do emprego)	Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação de demarcação de tarefas
Organização vertical do trabalho	Organização mais horizontal do trabalho
Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
Ênfase na redução de responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
Nenhuma segurança no trabalho	Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários

Fonte: (Harvey, 2002, p. 167)

QUADRO 3 - CONTRASTE ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL
SEGUNDO SWYNGEDOW - ESPAÇO

ESPAÇO	
PRODUÇÃO FORDISTA (baseada em economias de escalas)	PRODUÇÃO JUST-IN-TIME (baseada em economias de escopo)
Especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	Agregação e aglomeração espaciais
Divisão espacial do trabalho	Integração espacial
Homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
Distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas.

Fonte: (Harvey, 2002, p. 167)

QUADRO 4 - CONTRASTE ENTRE O FORDISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL
SEGUNDO SWYNGEDOW - ESTADO

ESTADO	
PRODUÇÃO FORDISTA (baseada em economias de escalas)	PRODUÇÃO JUST-IN-TIME (baseada em economias de escopo)
Regulamentação	Desregulamentação/re-regulamentação flexibilidade
Rigidez	Flexibilidade
Negociação coletiva	Divisão/individualização. Negociações locais por empresas
Socialização do bem-estar social (o Estado do Bem-Estar Social)	Privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
Estabilidade internacional através de acordos multilaterais	Desestabilização internacional: crescentes tensões geopolíticas
Centralização	Descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana
O Estado/cidade “subsidiado”	O Estado/cidade “empreendedor”
Intervenção direta em mercados através de políticas de renda e preços	Intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
Políticas regionais nacionais	Políticas regionais “territoriais” (na forma de uma terceira parte)
Pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	Pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
Inovação liderada pela indústria	Inovação liderada pelo Estado

Fonte: (Harvey, 2002, p. 167)

QUADRO 5 - CONTRASTE ENTRE FORDISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL
SEGUNDO SWYNGEDOW - IDEOLOGIA

IDEOLOGIA	
PRODUÇÃO FORDISTA (baseada em economias de escalas)	PRODUÇÃO JUST-IN-TIME (baseada em economias de escopo)
Consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	Consumo individualizado: cultura “yuppie”
Modernismo	Pós-modernismo
Totalidade/reforma estrutural	Especificidade/adaptação
Socialização	Individualização; a sociedade do “espetáculo”

Fonte: (Harvey, 2002, p. 167)

HARVEY (2002) mostra que, mesmo com as diferenças nestes dois paradigmas, fordismo e o pós-fordismo/toyotismo, o novo modo de produção ainda guarda em seu bojo características do processo basicamente capitalista. Este autor destaca que, embora haja diferenças nos dois momentos da produção industrial não há dificuldade em se identificar traços do modo capitalista “com uma vivacidade ainda maior do que antes, por entre a agitação e evanescência superficiais tão características da acumulação flexível” (HARVEY, 2002, p. 176).

O processo de reestruturação produtiva não se restringiu ao chão de fábrica e as plantas industriais. Seus reflexos foram sentidos numa nova organização socioespacial que passa a ser regida, de certa forma, pelas indústrias flexíveis e os incentivos e benefícios concedidos para a implantação de parques industriais em dados lugares.

No caso do Brasil não foi diferente. A história de benefícios às indústrias quase se confunde com o próprio processo de industrialização do País. Incentivos fiscais em qualquer uma das esferas do governo passaram a fazer parte da agenda econômica brasileira pós-1930. Mas, junto com a crise no capitalismo, nos anos 70, os benefícios se proliferaram com um direcionamento maior para os setores do aço, petróleo, fosfato, carvão etc.

É importante ressaltar que a instalação de indústrias multinacionais para o Brasil não se deu apenas por causa da internacionalização do capital. Deu-se também, e em muitos casos, por causa da riqueza ambiental generosa em matéria-prima e, por causa, ainda, da atuação das agências de desenvolvimentos regionais como a Sudam, Sudene, Suframa e outras. Pode-se dizer que os benefícios fiscais desta época iniciaram embora timidamente, um processo de

desconcentração industrial em diferentes níveis nas diversas regiões brasileiras em detrimento, fundamentalmente, da participação de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esta política de atração de novos empreendimentos previa também a instalação de unidades fora dos centros industriais consolidados. PIQUET (1998, p. 31) relata que os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diferente “uma outra lógica de ocupação territorial”.

Segundo esta autora, os projetos expressivos desta estratégia de industrialização emergem fora da realidade, desconectados do contexto sócio-econômico das regiões para onde foram direcionadas. Esta nova lógica de ocupação territorial, a que a autora se refere, permeou mais recentemente as negociações para instalação de novas plantas industriais, em grande parte, das montadoras de veículos.

Aliás, a instalação das indústrias, sobretudo as automobilísticas, fora da Região do ABC paulista indica que os governos estaduais encontraram um grande filão de um possível desenvolvimento regional, já que muitos deles entraram de forma bastante acirrada na chamada “guerra fiscal”. A justificativa, de um modo geral, foi o aumento da arrecadação de impostos, geração de empregos e, conseqüentemente, o rompimento de um ciclo de estagnação econômica vivida por muitas regiões distantes dos aglomerados metropolitanos e dos maiores municípios brasileiros.

1.4 A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E POSSÍVEIS REFLEXOS NO PARANÁ

Esta transferência locacional (saída ou implantação de novas plantas industriais) de São Paulo para outros centros, de um expressivo número de indústria é, inclusive, tema de estudos de vários autores como CAMPOLINA (1990 e 1993), AZZONI (1986), LENCIONI (1994) e outros que ora concordam e ora divergem sobre a ocorrência ou não de um processo de desconcentração industrial. Na própria utilização de conceitos sobre este tema, são registradas diferenças. Alguns destes autores utilizam-se do termo desconcentração ou desconcentração concentrada (AZZONI) e outros preferem chamar esta movimentação de aglomeração poligonal (CAMPOLINA), entre outras definições.

Cabe no presente trabalho, discutir um pouco deste processo de (des) concentração industrial, aliado à política de benefícios fiscais, implementado na década de 90, como forma de facilitar o entendimento do que ocorreu na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) nos últimos anos, com a instalação de um grande número de indústrias, em sua maioria do setor automotivo, em alguns municípios do entorno da capital. Mais especificamente, foi o que aconteceu em São José dos Pinhais com a instalação de dois Distritos abrigando várias indústrias, em um deles esta localizada a Renault e no outro, a Audi/Volkswagen.

No que diz respeito ao processo de desconcentração industrial, iniciado nos anos 80, AZZONI (1986) chama a atenção para a “amplitude geográfica” deste movimento que, segundo ele, é restrita, sem caracterizar o deslocamento de um dos pilares da base econômica de São Paulo. Alguns anos mais tarde, AZZONI (1993) defende a tese de que realmente existe um espraiamento das indústrias paulistas, porém, dentro de um raio de até 150 quilômetros.

Este autor salienta que a revolução tecnológica tem dado mais mobilidade na escolha da localização das plantas industriais. Ele destaca certos tipos de produtos que necessitam de menor utilização de materiais ou processos de produção padronizados possibilitando o controle de produção à distância permitindo, assim, a instalação de plantas industriais longe dos espaços tradicionais.

AZZONI (1993) atenta para o fato de que a produção pode até se dispersar, mas, por outro lado, “a decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior continuam concentrados na grande metrópole nacional” (AZZONI, 1993, p. 13).

Um fator bastante citado nos trabalhos de localização industrial é o pacote de incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais. São verdadeiras “guerras” onde ganha quem tem mais a oferecer, desde infra-estrutura física até benefícios fiscais. LENCIONI (1994, p.56) chama a atenção para quando os próprios municípios estabeleciam “políticas de atração fiscal”. A autora recorda que foi um período, anos 80 e início dos anos 90, onde muitos distritos industriais foram criados, na mesma proporção de que muitas prefeituras se endividaram. LENCIONI (1994, p.56).

Existem autores que remetem esta discussão dos incentivos fiscais à Constituição de 1988 que transferiu atribuições para os planos estadual e

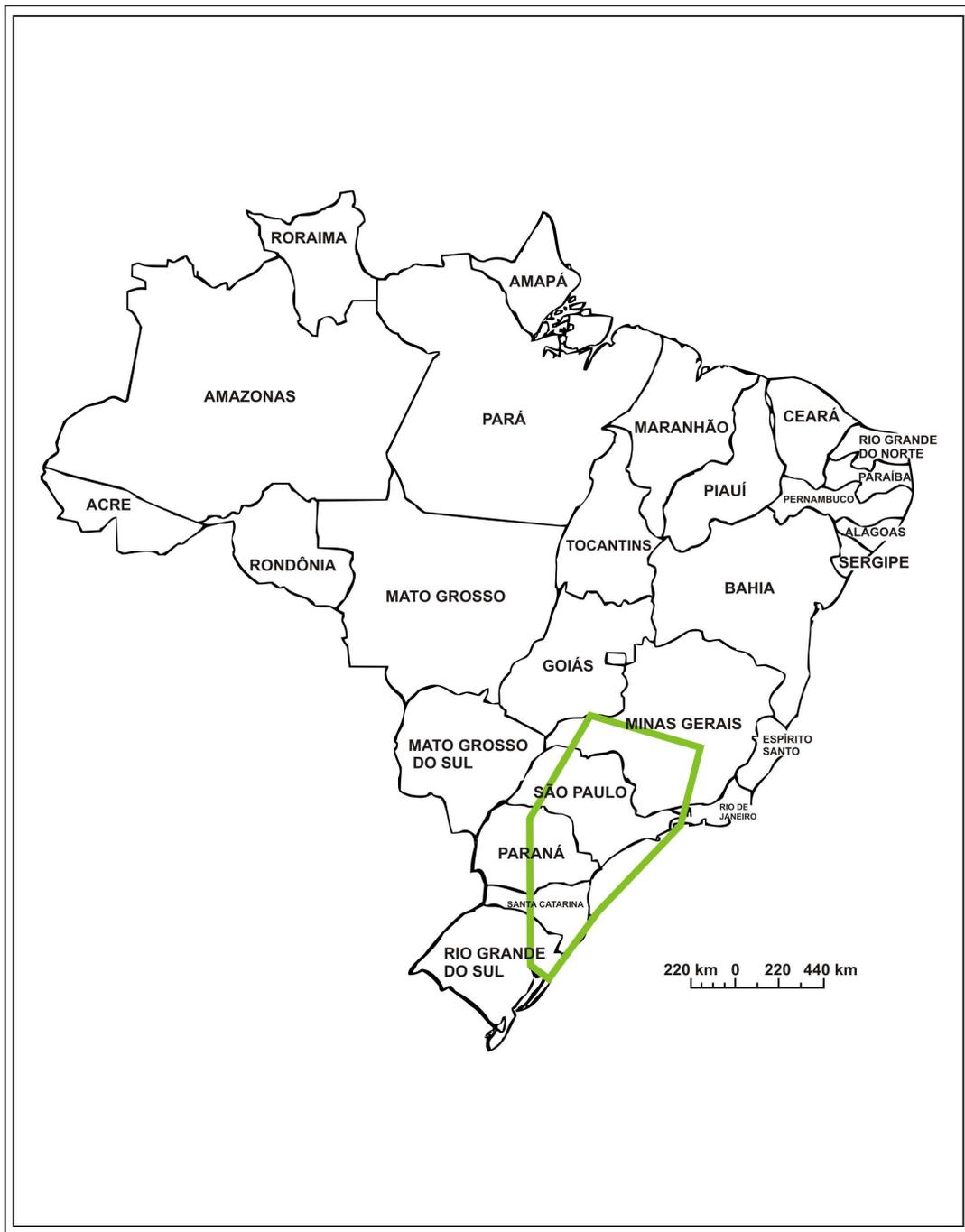
municipal sem nenhum planejamento e, assim, Estados e Municípios quando não estavam preparados para assumir a nova responsabilidade não davam conta desta nova função por causa, sobretudo, da escassez de recursos financeiros. Em muitos casos, a guerra fiscal beneficia quem primeiro oferece os incentivos, com o passar do tempo, banalizam-se os benefícios ofertados, e torna-se cada vez mais difícil apresentar vantagens que possam ser consideradas diferencial em relação a outros estados ou municípios.

LENCIONI (1994) concorda com a teoria de AZZONI (1993) de que o poder de decisão, o fórum onde os negócios se concretizam e os serviços considerados de ordem superior continuam tendo lugar na grande metrópole. “Em outros termos, a decisão, o controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos” (LENCIONI, 1993, p. 57).

Adepto de uma outra corrente, diferente da de AZZONI e LENCIONI, está CAMPOLINA DINIZ (1993) que defende a tese de que as indústrias, de fato, estão saindo de São Paulo, porém limitadas a poucas regiões ou pólos de crescimento formando o que o autor chama de desenvolvimento poligonal. O polígono é uma imagem cujos vértices compreendem as seguintes cidades: Belo Horizonte – Uberlândia, Londrina – Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e fechando em Belo Horizonte.

CAMPOLINA (1993) explica que a tese do desenvolvimento poligonal foi resultado de um estudo baseado, segundo o autor, em cinco forças representativas, quais sejam: deseconomia de aglomeração da área metropolitana de São Paulo e economias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo e em vários outros centros urbanos e regiões; política de benefícios fiscais dos Estados; busca de recursos naturais associados ao desenvolvimento; concentração social e espacial da renda e a unificação do mercado através da infra-estrutura de transportes e comunicação (FIGURA 2).

FIGURA 2 - POLÍGONO DE AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL



Org. Karina Pagani
Fonte: Diniz (1993)

— Aglomeração poligonal

Embora institucionalizada, a política de incentivos resultante da “guerra fiscal” encampada, nas últimas décadas, pelos Estados é questionada do ponto de vista de sua eficácia, do retorno real do investimento verificado ou, da relação custo-benefício deste tipo de direcionamento de recursos. Estudando o caso da implantação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, Minas Gerais, no ano de 1996, BASTOS (2001, p. 514) afirma que é preciso cautela para este tipo de aposta “pois os efeitos indutores derivados das grandes plantas industriais são incertos”.

Esta autora questiona, neste caso específico da Mercedes-Benz, se a instalação da montadora no município conseguiu alavancar o desenvolvimento econômico de Juiz de Fora depois de quase 20 anos de reduzidas taxas de investimento. No período em que realizou este estudo, no final de década de 90 e início dos anos 2000, BASTOS chamava a atenção para o fato de a Mercedes concentrar espacialmente seus próprios estímulos intersetoriais. Ela relata em seu trabalho que, “do total de fornecedores de primeira linha – 140 brasileiros e 54 alemães – apenas 10 acompanharam a indústria até Minas Gerais”, (BASTOS, 2001, p.514).

A imprensa publicou informações relatando sobre a ociosidade da fábrica de Juiz de Fora relatando que

inaugurada há três anos, com um investimento de 820 milhões de dólares, a fábrica Mercedes-Benz em Juiz de Fora foi projetada para produzir 70 mil carros por anos. As previsões de 2002 falam em 15 mil veículos, incluindo os modelos Classe A e C. Trata-se de um índice de ociosidade da ordem de 80%. O presidente da Mercedes no Brasil, Bem van Schaik planeja usar o espaço para fabricar modelos das montadoras ligadas ao grupo. O mais cotado é o Atos da Hyundai (REVISTA VEJA, 29/05/2002).

Outro aspecto abordado por BASTOS (2001) e que, na verdade, perpassa todas as políticas de incentivos é o social. Esta autora lembra que a instalação de uma montadora proporciona crescimento de renda, mas, em contrapartida, cria “gargalos urbanos aumentando custo de vida, crescimento da informalidade, ampliação do desemprego, efeitos sobre o meio ambiente e demandas de infraestrutura industrial, residencial e de serviços básicos, principalmente, saúde e educação” (BASTOS, 2001, p. 514).

Para corroborar esta reflexão, BASTOS (2001) remete a COPANS, que defende a tese de que toda estratégia de atração de empresas e investimentos

externos é socialmente segregadora, pois envolve um montante de recursos públicos bastante significativos para atender apenas um tipo de segmento: o grande capital ou as grandes empresas esquecendo-se da parcela da população que, em geral, há muito tempo aguarda pela prestação de serviços públicos ou por infra-estrutura de toda ordem.

Esta preocupação de BASTOS (2001) também é encontrada em CARLOS (1994) que destaca que no capitalismo a produção e o desenvolvimento urbano andam sempre juntos com o crescimento da atividade industrial e com as atividades que a indústria cria. Conforme a autora, a implantação das indústrias altera o urbano, muda o seu conteúdo. “Ao mesmo tempo, é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que se coloca mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Contradição esta que se manifesta pelo contraste entre riqueza e pobreza” (CARLOS, 1994, p.100).

O que esta autora ressalta é que o urbano, numa sociedade capitalista, explicita as contradições, as relações de produção e a violência gerada por esta diferença de classes sociais. “Se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, como no que se refere a sua produção), por outro lado, sua apropriação é privada” (CARLOS, 1994 p.100).

RODRIGUES (1983) manifesta, também, esta preocupação pelos reflexos que chegam à população menos favorecida, a qual tende a ocupar áreas próximas aos distritos ou as plantas industriais. Em Betim, Minas Gerais houve, segundo a autora, um crescimento de antigos loteamentos que formaram bairros periféricos vizinhos à área industrial. Fato que, segundo RODRIGUES (1983), reproduz em Betim a divisão social que a própria divisão de classes, típica de uma sociedade capitalista, acaba por gerar.

No Paraná, a instalação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais e os reflexos socioespaciais não fugiram à regra de outros parques industriais instalados no país e citados anteriormente. Para MOTIM et al. (2002) a implantação do complexo automotivo do Paraná, a partir de meados dos anos 90, seguiu o mesmo modelo de outros distritos ou plantas industriais e, também, produziu transformações socioespaciais muito semelhantes como crescimento populacional, novas atividades econômicas e, no caso da Região Metropolitana

de Curitiba, a ocupação, inclusive de uma área utilizada como manancial de abastecimento público.

Para PIQUET (2002) pouca coisa se fez, na década de 90, em defesa da produção e dos empregos nacionais. Ao contrário, salienta esta autora, optou-se por um desenvolvimento subordinado ao mercado internacional que expôs fortemente a estrutura produtiva à concorrência externa, ampliando a circulação de componentes importados dentro do país.

Os anos 2000, segundo PIQUET (2002, p. 261) “marcam a entrada da indústria brasileira em uma nova etapa, cujo ‘modelo de acumulação’ é completamente distinto do que regeu as decisões de investir do passado”. Esta nova etapa, segundo a autora, é marcada pela desconfiança com relação às possibilidades de início de um novo ciclo de crescimento rápido e sustentável agravada pelo fato de que “*o que move os investimentos é essencialmente o mercado interno*, e o mercado interno brasileiro é cada vez mais constituído por trabalhadores fragilizados e ameaçados pelo desemprego” (PIQUET, 2002, p.261).

A instalação de pólos industriais é, talvez, um dos maiores fatores de alteração do espaço urbano. Só através do conhecimento de teorias acerca deste assunto, fica possível apreender um pouco desta dinâmica que não se limita apenas à construção dos prédios que abrigarão as fábricas, mas, que deixa impactos sócio-ambientais visíveis no entorno das plantas industriais, grande número de desempregados atraídos pela possibilidade de colocação no mercado e ocupação desordenada e irregular em áreas degradadas por falta de acesso a moradias em locais mais salubres.

No capítulo seguinte faremos um resgate histórico deste processo de transformação industrial do Estado, e mais especificamente na RMC, divididos em dois períodos, anos 70 e, depois, anos 90, para tentar identificar alterações que foram marcantes na realidade socioespacial da área objeto do presente trabalho.

2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO

O presente capítulo inicia-se com um resgate histórico do processo de industrialização na região de Curitiba (futura RMC) a partir dos anos 70, quando passa a vivenciar o processo de metropolização. E, a partir do referencial estabelecido no primeiro capítulo, pretende-se analisar o processo de industrialização da Região Metropolitana de Curitiba e, em especial, São José dos Pinhais, cujas transformações, do ponto de vista da industrialização, só podem ser compreendidas se analisadas no âmbito da metropolização.

Esta análise se desenvolverá dividida em duas fases distintas: a primeira fará uma síntese dos aspectos gerais da industrialização da RMC, identificando suas características setoriais, distribuição no espaço do aglomerado metropolitano e sua relevância econômica e social tais como o crescimento do PIB e aumento na geração de postos de serviços.

A segunda fase de análise deste capítulo tentará qualificar o processo de industrialização no âmbito metropolitano respondendo algumas questões como quais indústrias instalaram-se na RMC e qual sua participação no contexto metropolitano, que fatores locais contribuíram para sua implantação, de que valeu a instalação do pólo automotivo na região, os incentivos fiscais contribuíram para atrair e consolidar os novos investimentos industriais e, mais especificamente, para a instalação do Distrito industrial de São José dos Pinhais.

2.1 O PRIMEIRO MOMENTO: A CRIAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

A criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973 é o marco inicial do processo de industrialização da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Antes do advento da CIC, a capital do Estado já abrigava algumas indústrias, mas nada que fosse bastante significativo na balança econômica paranaense, pois, até este período, a atividade econômica predominante era a agricultura com ênfase no cultivo do café. Porém, neste momento, início da década de 70, já se registrava uma tendência de esvaziamento do campo e o crescimento das

maiores cidades, em geral, pólos regionais, por causa, sobretudo, das geadas que assolaram as lavouras de café.

As culturas de soja e trigo que vêm substituir a do café rompem com as antigas estruturas de produção, abolindo tradicionais formas de gestão da terra, concentrando as propriedades rurais e introduzindo a grande maquinaria moderna de produção agrícola, provocando, com isto, as levadas de migrações, cujas populações irão se deslocar para as cidades, expandindo a taxa de urbanização do Estado de 36,1% em 1970 para 58,6% em 1980 (PLAMEC, 2000, p.10).

A modernização da agricultura paranaense, segundo o documento PLAMEC, altera o modo de plantio das lavouras do estado que entra, então, na era das colheitadeiras, tratores, adubos, inseticidas, corretivos etc, “contribuindo para a instalação no Estado de indústrias voltadas para o atendimento destes mercados” (PLAMEC, p.14).

É neste cenário que a CIC é idealizada e concretizada. A própria justificativa de criação da Cidade Industrial de Curitiba, conforme o documento intitulado CURITIBA UMA EXPERIÊNCIA EM PLANEJAMENTO URBANO – CIDADE INDUSTRIAL (1975, s.p), pautava-se no fato de o Paraná ter sua economia “fortemente vinculada ao setor primário”. Diferentemente dos outros Estados do Sul ou do País, de um modo geral.

Nos anos 40, segundo este mesmo documento, a participação da indústria na renda estadual era de 15%, caiu para 9% na década de 60 e, até o início dos anos 70 se mantinha entre 10 e 12%. A política oficial de fomento, naquele momento, tinha como diretriz elevar a importância do setor secundário na geração de renda interna (CIDADE INDUSTRIAL, 1975, s.p).

Como objetivos da criação da CIC, este documento enumera os seguintes:

- a) Criar condições infra-estruturáveis indispensáveis à implantação industrial, através de uma política orientada de estímulos de natureza física e tributária;
- b) Estabelecer um pólo industrial capaz de absorver o contingente populacional gerado pelo processo acelerado de urbanização que vem se verificando nos principais centros urbanos, proporcionando meios eficazes de integração homem/indústria;
- c) Incorporar novos processos tecnológicos ao parque industrial existente, visando a modernização das instalações e o aprimoramento da mão de obra local;

d) Induzir a constituição de outros pólos industriais do Estado através da utilização racional de suas potencialidades econômicas visando proporcionar um desenvolvimento integrado do estado do Paraná.

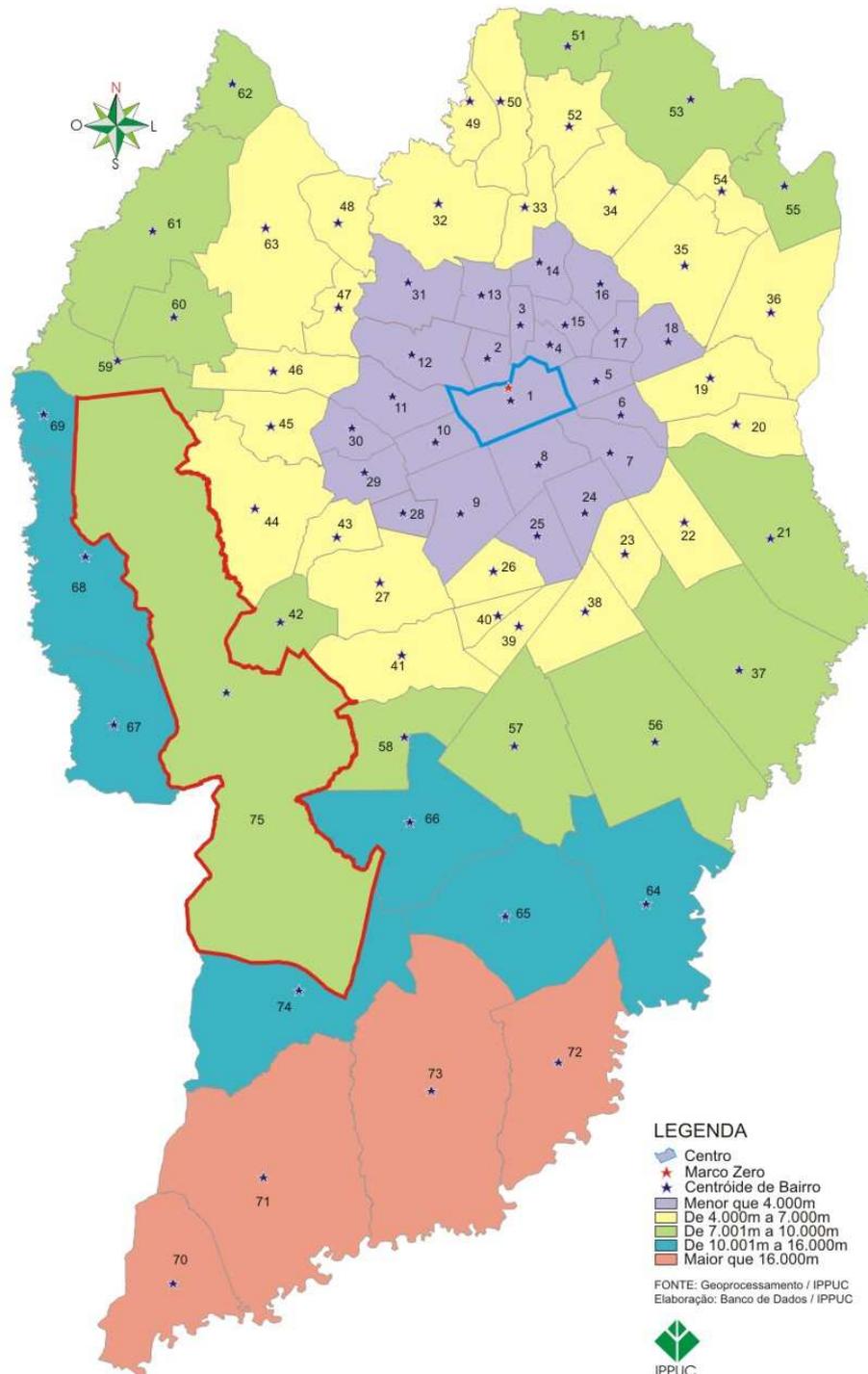
O processo de criação da CIC foi alavancado, de certa forma, com a instituição, um ano antes, em 1973, da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), através de Lei Federal, junto com outras oito regiões distribuídas pelo País. Quando de sua criação, a RMC era constituída por apenas por 14 municípios. Além da própria capital, faziam parte, ainda, da RMC, Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Araucária, Rio Branco do Sul, Contenda, Campina Grande do Sul e Mandirituba.

A implantação da CIC não custou pouco aos cofres públicos. De acordo com “CIDADE INDUSTRIAL, 1975”, para viabilizar a área como centro industrial, foi necessária a desapropriação de 4.370 hectares na porção Oeste da cidade, incluindo 4.760 propriedades. No que diz respeito à infra-estrutura foram executadas obras viárias como o Contorno Sul, vias de serviços e vias conectores; ramais ferroviários, iluminação pública, terminal de cargas, transporte urbano e saneamento básico (FIGURA 3).

FIGURA 3 - BAIRROS DE CURITIBA: DESTAQUE PARA A CIDADE INDUSTRIAL

Bairros

- 01 - CENTRO
- 02 - SÃO FRANCISCO
- 03 - CENTRO CÍVICO
- 04 - ALTO DA GLÓRIA
- 05 - ALTO DA RUA XV
- 06 - CRISTO REI
- 07 - JARDIM BOTÂNICO
- 08 - REBOUÇAS
- 09 - ÁGUA VERDE
- 10 - BATEL
- 11 - BIGORRILHO
- 12 - MERCES
- 13 - BOM RETIRO
- 14 - Ahú
- 15 - JUVEVÉ
- 16 - CABRAL
- 17 - HUGO LANGE
- 18 - JARDIM SOCIAL
- 19 - TARUMÁ
- 20 - CAPÃO DA IMBUIA
- 21 - CAJURU
- 22 - JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23 - GUABIOTUBA
- 24 - PRADO VELHO
- 25 - PAROLIN
- 26 - GUAIRA
- 27 - PORTÃO
- 28 - VILA IZABEL
- 29 - SEMINÁRIO
- 30 - CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31 - VISTA ALEGRE
- 32 - PILARZINHO
- 33 - SÃO LOURENÇO
- 34 - BOA VISTA
- 35 - BACACHERI
- 36 - BAIRRO ALTO
- 37 - UBERABA
- 38 - HAUER
- 39 - FANNY
- 40 - LINDÓIA
- 41 - NOVO MUNDO
- 42 - FAZENDINHA
- 43 - SANTA QUITERIA
- 44 - CAMPO COMPRIDO
- 45 - MOSSUNGUÉ
- 46 - SANTO INACIO
- 47 - CASCATINHA
- 48 - SÃO JOÃO
- 49 - TABOÃO
- 50 - ABRANCHES
- 51 - CACHOEIRA
- 52 - BARREIRINHA
- 53 - SANTA CÂNDIDA
- 54 - TINGUI
- 55 - ATUBA
- 56 - BOQUEIRÃO
- 57 - XAXIM
- 58 - CAPÃO RASO
- 59 - ORLEANS
- 60 - SÃO BRAZ
- 61 - BUTIATUVINHA
- 62 - LAMENHA PEQUENA
- 63 - SANTA FELICIDADE
- 64 - ALTO BOQUEIRÃO
- 65 - SÍTIO CERCADO
- 66 - PINHEIRINHO
- 67 - SÃO MIGUEL
- 68 - AUGUSTA
- 69 - RIVIERA
- 70 - CAXIMBA
- 71 - CAMPO DE SANTANA
- 72 - GANCHINHO
- 73 - UMBARÁ
- 74 - TATUQUARA
- 75 - CIDADE INDUSTRIAL**



LEGENDA

- Centro
- Marco Zero
- Centróide de Bairro
- Menor que 4.000m
- De 4.000m a 7.000m
- De 7.001m a 10.000m
- De 10.001m a 16.000m
- Maior que 16.000m

FONTE: Geoprocessamento / IPPUC
Elaboração: Banco de Dados / IPPUC



Na esteira de uma política nacional de incentivo para atração do grande capital ou do capital internacional, a Prefeitura de Curitiba também estabeleceu alguns benefícios para as indústrias que vieram para a CIC, como por exemplo, isenção de impostos prediais e de serviços.

Desta forma, o documento CIDADE INDUSTRIAL (1975) relata que, na primeira etapa do projeto de implantação da CIC, 34 empresas já havia ou estavam em vias de assinar o protocolo com a Prefeitura de Curitiba, com a interveniência do Governo do Estado. Algumas destas empresas eram a Siemens S. A/ Centrais Telefônicas; a New Holland & Clayton S. A/Máquinas Agrícolas e a Fultex S.A/ Fios e Tecidos de Algodão.

Uma pesquisa realizada com empresários no ano de 1980 pelo Ipardes, cujo objetivo era identificar os fatores contribuíram para a instalação das indústrias na CIC, obteve como resultado 29 razões para a escolha do local. Algumas destas razões são:

- 1- Proximidade do Porto de Paranaguá;
- 2- Proximidade de rodovias e ferrovias/
- 3- Disponibilidade e baixo custo da mão de obra;
- 4- Existência e proximidade da matéria-prima;
- 5- Posição geográfica privilegiada do Paraná em relação aos mercados abastecedores de matéria-prima e aos mercados consumidores do País;
- 6- Mercado consumidor estadual e mercado potencial de consumo;
- 7- Infra-estrutura de transportes e outros serviços públicos como luz, telefone, água e esgoto;
- 8- Economias de aglomeração;
- 9- Verticalização da produção – unificação das atividades sob um controle único, em unidades produtoras independentes, dada a necessidade de produzir insumos;
- 10- Fácil acesso à tecnologia;
- 11- Disponibilidade de grande área e baixo custo da terra;
- 12- Apoio dos órgãos governamentais como participação acionária no capital da empresa, incentivos físicos e fiscais, financiamentos concedidos, apoio político na área federal etc.

Ainda neste estudo, elaborado pelo IPARDES em 1980, foi realizada, com os empresários, uma outra pesquisa que visava verificar que fatores locais contribuíram para a instalação das indústrias na CIC, cujo resultado foi o seguinte:

- 1- Apoio de órgãos governamentais;
- 2- Infra-estrutura;
- 3- Posição geográfica do Paraná privilegiada com relação aos mercados consumidores;
- 4- Baixo custo da terra;
- 5- Relocalização;
- 6- Existência de matéria-prima ou proximidade de mercados abastecedores de matéria-prima;
- 7- Mercado potencial;

A criação da Cidade Industrial de Curitiba foi planejada na conjuntura político-econômica pela qual passava o País no início dos anos 70. BRESSER PEREIRA (2003) ressalta que de 1968 a 1974 o Brasil viveu um período de “milagre econômico”, caracterizado por taxas de crescimento do PIB superiores a 10% ao ano. Consolidava-se, segundo este autor, “um novo modelo de desenvolvimento, ou de subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda, e o novo pacto político, burocrático-autoritário” (BRESSER PEREIRA, 2003, p.167).

FIRKOWSKI (2001, p. 25) aponta também para um Estado autoritário

viabilizado em Curitiba pela ação de um planejamento imposto, em cujo bojo apresentava-se nitidamente a tentativa de implementar caminhos capazes de alterar o perfil econômico vigente (cujas bases assentavam-se na agricultura) principalmente através de políticas de atração industrial, levadas à cabo nos anos 70 e que culminaram na criação da Cidade Industrial de Curitiba.

Em que pese às razões subjacentes às político-econômicas predominantes naquele período, é impossível negar o que significou a criação da CIC para a transformação, não só da RMC, como também do Estado em pólo regional da indústria nacional. Somou-se a este evento, alguns anos mais tarde, a instalação, em Araucária-RMC, da refinaria da Petrobrás, que juntas alteraram as características industriais da Região, “logrando atrair para Curitiba e seu redor

indústrias modernas e dinâmicas, alterando o perfil de renda interna a seu favor e levando Curitiba a se constituir, no período, num dos pólos de maior atratividade de capitais do País” (COMEC, 1979, p.17)

DELGADO (2001, p.70) relata, utilizando DINIZ E CROCCO (1996) que, em 1970 havia, no Brasil, seis aglomerações com nível de emprego industriais superior a 50 mil postos de trabalho, em 1991, o número de aglomerações nesta categoria passou para 17. Curitiba, segundo este autor, apresentou, no período de 70-91, a segunda maior taxa de crescimento anual médio, 6% a.a, do emprego industrial, atrás apenas de Manaus, e superior ao crescimento populacional. “Curitiba passou a ser a sexta maior aglomeração industrial do País, sendo que as cinco maiores aglomerações já o eram em 1970 – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas e Belo Horizonte” (DELGADO, 2001, p.70).

SANTOS (1993) destaca o crescimento das RMs, neste mesmo período e ressalta o aumento do emprego como sendo superior o da população. Santos argumenta que

ao contrário das idéias que informam uma teoria ainda persistente, o emprego no setor secundário cresce mais rapidamente que no setor terciário e, tanto um como outro, aumentam mais depressa que a população no conjunto das nove regiões metropolitanas brasileiras entre 1960 e 1980. E quando se compara o crescimento da população total e da população economicamente ativa na indústria nas RMs, argumenta Santos, este foi, em todos os casos, mais expressivos, sendo mais modestos na RM de São Paulo “e mais vigoroso na de Curitiba (SANTOS,1993, p.6).

2.2 ESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA NA RMC

Se a década de 70 foi o divisor de águas da economia do Estado, quando este passa de uma base produtiva essencialmente agrícola para uma estrutura diversificada com predominância industrial, os anos 80 serviram para consolidar esta transformação. A mudança no processo produtivo paranaense pode ser melhor constatada através dos dados de participação e índice de crescimento da renda interna bruta no período de 1970/1980.

A participação do setor secundário na renda interna do Paraná passou de 16,6%, em 1970, para 30,6%, em 1980. Nesse período, o crescimento da renda

gerada pela indústria, na RMC, foi quase o dobro da média estadual: partindo de um índice de valor 100, em 1970, a renda industrial na RMC atingiu, em 1980, 892 pontos contra 474 na média paranaense (PLAMEC, 1989, p. 13 e 16). Internamente à RMC, as mudanças foram mais acentuadas, com a participação da indústria na renda regional aumentando de 24,6% para 43,8% no período 1970/80 (TABELA 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS SETORES DE ATIVIDADE NA RENDA INTERNA BRUTA DA RMC E PARANÁ – 1970/1980

SETOR DE ATIVIDADES	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL 1980	
	1970		1980		(base 1970 = 100)	
	RMC	PR	RMC	PR	RMC	PR
Agricultura	3,0	25,6	1,1	19,4	183	212
Indústria	24,6	23,6	43,8	28,8	892	474
Serviços	72,4	50,8	55,1	51,8	383	358
Total	100,0	100,0	100,0	100,00	502	341

Fonte: PLAMEC – Plano Metropolitano ano 2000 – PMC

A Mesorregião¹ Metropolitana de Curitiba, embora nos últimos anos ocupe o primeiro lugar no que diz respeito à participação na renda do Estado, nem sempre esteve nesta posição. “Nos primeiros anos de industrialização do Estado esta posição era ocupada por outra mesorregião, a do Norte Central” (NOJIMA et al, 2004, s.p.). Segundo estes autores, a Mesorregião de Curitiba passou a ocupar uma melhor posição na renda do Estado quando o quadro econômico voltou-se a indústria, concentrada na capital, acentuando, assim, a participação da Mesorregião de Curitiba na renda estadual com 45,86%, em 2000, enquanto todas as outras mesorregiões respondiam por 37,34% da renda².

¹ As mesorregiões são assim denominadas e definidas pelo IBGE para a coleta de dados para fins estatísticos. Onde existem Regiões Metropolitanas, em geral, os limites das duas áreas coincidem, porém, não é o caso de da RMC. Neste caso específico, a mesorregião onde está incluída Curitiba, engloba também os municípios do litoral paranaense.

² A diferença entre este valor da participação da RMC no total estadual e o apresentado no parágrafo anterior deve-se ao fato do primeiro referir-se à participação no PIB e o segundo (37,34%) à participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF).

NOJIMA et al (2004) ressaltam, no entanto, que nem todos os municípios passaram por esta mesma transformação, no que diz respeito à base econômica do Estado. Desta forma, de acordo com os autores, Curitiba dobrou, em duas décadas, sua participação na renda, de 13,47% em 75 passou para 25,67% em 1996. Porém, no final dos anos 90, registra um pequeno declínio nesta participação chegando, em 2000, a 19,89%.

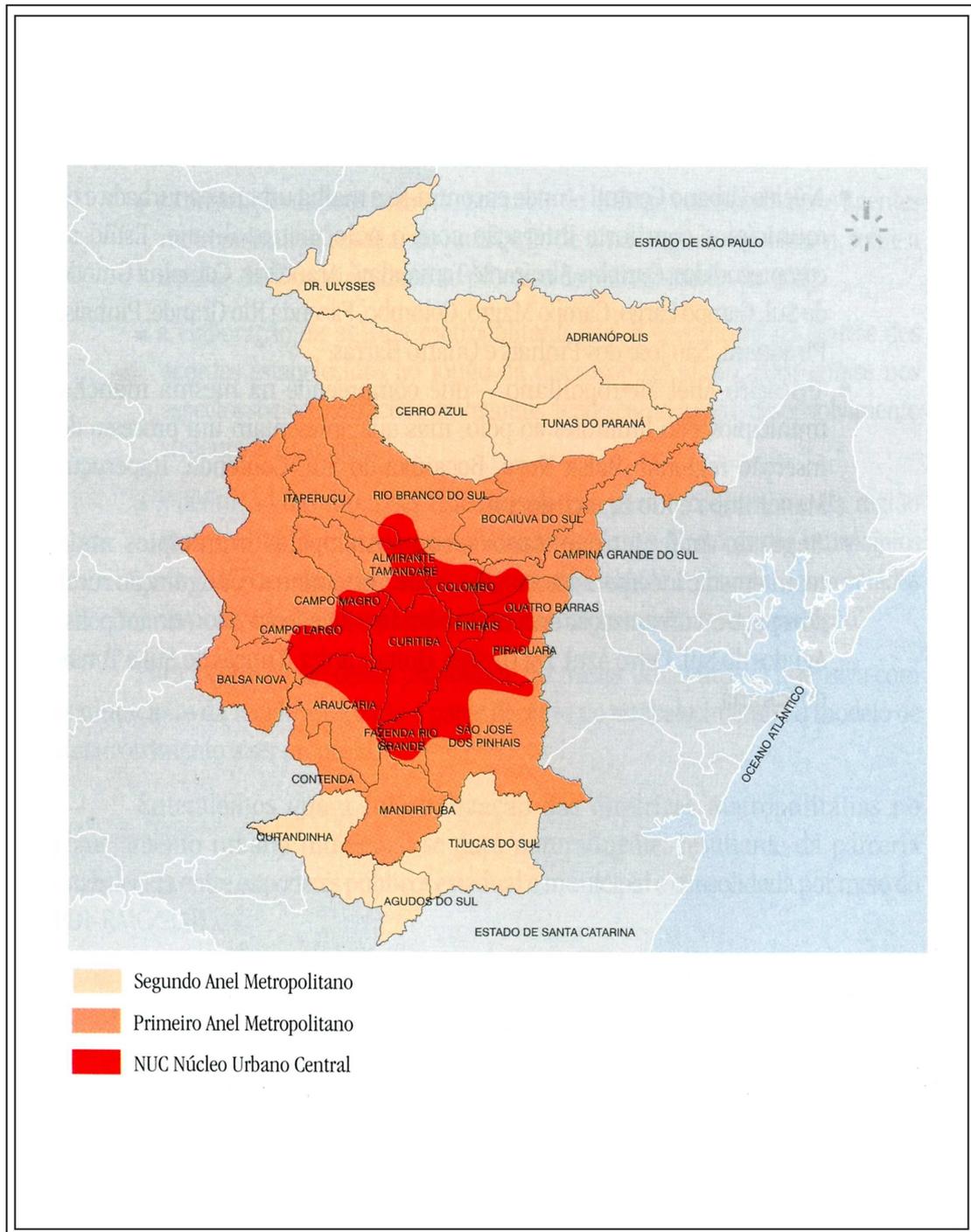
A desconcentração intrametropolitana atingiu um pequeno número de municípios no entorno do pólo metropolitano. Segundo NOJIMA et al (2004), já em 1980, o conjunto dos municípios que compõem o primeiro anel era responsável pela metade do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da RMC. Entretanto, é preciso destacar, de acordo com os autores, que a participação deste conjunto tornou-se mais relevante no final dos anos 90, ultrapassando Curitiba – respectivamente 21,2% e 19,9% do VAF estadual em 2000.

É preciso esclarecer que a indicação de primeiro anel faz parte de uma das três categorias espaciais utilizadas em alguns estudos urbanos e, mais recentemente também foi empregada no documento síntese de discussão do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) coordenado pela COMEC. Nesta discussão do PDI-RMC/2001 as categorias espaciais foram assim definidas:

- **Núcleo Urbano Central (NUC)** – onde encontra-se a malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano. Estão aí compreendidos: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Quatro Barras.
- **Primeiro Anel Metropolitano** - que compreende na mesma mancha municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional: Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba e Rio Branco do Sul.
- **Segundo Anel Metropolitano** - compostos pelos municípios mais recentemente incorporados a região, onde predomina a configuração rural do espaço e a urbanização encontra-se em fase incipiente. Nesta área localizam-se: Adrianópolis, Agudos do Sul,

Cerro Azul, Dr. Ulysses, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná - COMEC 2001, p.25 - (FIGURA 4).

FIGURA 4 - COMPARTIMENTOS METROPOLITANOS - COMEC



Fonte: COMEC (2001)

FIRKOWSKI (2001) faz uma análise da estrutura produtiva trabalhando com indicadores de pessoal ocupado, número de estabelecimentos e Valor de Transformação Industrial (VTI). Esta autora verifica uma variação entre os indicadores, principalmente, com relação ao VTI, quando a indústria química passou a liderar a estrutura produtiva na década de 80, da mesma forma que os gêneros metalúrgica e mecânica passaram a liderar em relação ao pessoal ocupado e ao número de estabelecimentos (TABELA 2).

TABELA 2 – PARANÁ: POSIÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS MAIS REPRESENTATIVOS

GÊNERO	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS			VALOR DA PRODUÇÃO			PESSOAL OCUPADO		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Prod. Alimentares	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Madeira	2	2	2	2	2	3	1	1	1
Minerais não metálicos	3	3	3		4	4	3	3	3
Mobiliário	4	4	4				4	4	5
Metalúrgica			5						6
Mecânica			6						4
Têxtil						6			
Papel e papelão						5	5		
Química						1			

Fonte: Organizado a partir de FIRKOWSKI (2001); dados do Censo Econômico 1960-1980.

Nota: As posições foram atribuídas apenas aos gêneros que, de acordo com o modelo adotado pela autora, eram representativos no respectivo ano.

Esta autora ressalta que o gênero químico se destacou perante aos demais por conta da instalação da refinaria da Petrobrás, em Araucária (RMC) na década de 70, com os reflexos sendo percebidos nos anos 80. No que se refere ao VAF, Araucária também se beneficiou com a implantação da Petrobrás no município. Em 1975, participava com 0,28% do VAF do Paraná, subindo, em 1980, para 13,16%, “quando se tornou responsável pelo incremento na participação regional”, (NOJIMA et al, 2004, s/p).

Os outros municípios que também registravam participação econômica importante na composição de renda do Estado – todos do primeiro anel – segundo estes autores podem ser divididos em dois grupos:

aqueles que já possuíam uma estrutura produtiva, nos moldes tradicionais, e que incorporam novos segmentos – como São José dos Pinhais (5,41%, em 2000, mantendo participação em ritmo crescente a 1% desde 85) e Campo Largo (0,97%) e, ainda, aqueles que incorporaram estas atividades como numa extensão física de Curitiba no caso Pinhais (2,13%) e Colombo (0,83) com a ocupação de solo decorrendo de um extravasamento de pólo (NOJIMA et al, 2004, s.p) .

Estes autores prosseguem a análise destacando Rio Branco do Sul (0,80% em 2000 – a maior participação entre os municípios de segundo anel), tem sua participação calcada na fabricação de cimento, em virtude da disponibilidade da matéria-prima. “Estes índices confirmam a primazia de Curitiba e a inclusão de forma restrita de alguns municípios de seu entorno imediato na dinâmica econômica recente” (NOJIMA et al, 2004, s.p).

Primazia esta, de acordo com estes autores, presente, também, no volume de investimentos direcionados, na segunda metade dos anos 90, para alguns municípios da RMC, onde aparece Curitiba como detentora da maior parcela dos recursos, seguida por São José dos Pinhais, Quatro Barras, Campo Largo e Araucária. Todos os municípios sedes de montadoras de automóveis ou de seus fornecedores (TABELA 3).

TABELA 3 - PROGRAMAÇÃO DAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC – 1995/2000

MUNICÍPIO	VOLUME DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS (%)	VALOR DE INVESTIMENTOS PROGRAMADOS (%)
São José dos Pinhais	21,4	45,8
Curitiba	33,1	20,8
Campo Largo	4,8	16,4
Araucária	13,1	9,8
Campina Grande do Sul	4,8	1,4
Quatro Barras	6,2	1,2
Mandirituba	4,1	1,2
Piraquara	2,1	0,8
Fazenda Rio Grande	2,1	0,7
Balsa Nova	0,7	0,6
Rio Branco do Sul	0,7	0,6
Pinhais	4,1	0,4
Colombo	1,4	0,2
Lapa	0,7	0,1
Agudos do Sul	0,7	0,0
TOTAL RMC	100	100

FONTE: Ipardes

Org: NOJIMA et al (2004, s.p.)

FIRKOWSKI (2002) chama a atenção para o papel do Estado, classificado, por ela, como “decisivo” na atração de indústrias utilizando políticas de incentivo, que viabilizaram a instalação, na RMC, de indústrias de renome como a Volvo na primeira fase de industrialização da Região Metropolitana, da mesma forma que a Renault e Audi na fase mais recente deste processo. FIRKOWSKI (2002, p.34) destaca estes dois momentos onde os esforços foram canalizados para a atração de capitais externos, sobretudo o capital das empresas multinacionais.

- a) O primeiro, nos anos 70, com a criação da CIC cujos resultados foram importantes na década seguinte;
- b) O segundo, com início em meados da década de 90, com a predominância das indústrias do setor automotivo, localizadas fora da CIC/Curitiba, porém, dentro do aglomerado metropolitano (São José dos Pinhais, Campo Largo, Quatro Barras e Piraquara).

Para esta autora, são situações inter-relacionadas que se diferenciam no objetivo final, pois, no primeiro momento a questão central era a atração das indústrias para a CIC e, no segundo momento, para o aglomerado metropolitano. “Da mesma maneira, em ambos os momentos, a indústria é apresentada à sociedade como a alavanca necessária para o desenvolvimento, geração de empregos e a solução das desigualdades sócio-econômicas”, ressalta FIRKOWSKI (2001, p.34).

Em OLIVEIRA (2001, p.140) encontramos uma análise onde o autor classifica este Estado, já citado por FIRKOWSKI, como o indutor de uma política industrial liberal e privatizante, “sem deixar de destacar seu caráter autoritário (a assinatura de protocolos secretos efetivou-se sem a avaliação do Poder Legislativo ou mesmo ciência da sociedade civil organizada)”.

O autor prossegue sua análise criticando esta política neoliberal que estabeleceu este novo ciclo econômico no Estado às custas de um endividamento público e de uma política comercial, “em função da necessidade de importação de autopeças e insumos em geral para atender as exigências das indústrias automotivas” (OLIVEIRA, 2001, p.140).

2.3 ANOS 90: A RMC E A SEGUNDA ONDA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Consolidado e passado o primeiro movimento de industrialização da RMC, esta Região passa a vivenciar, em meados dos anos 90, uma “segunda onda de industrialização”. Nesta fase, aparece também a figura de Jaime Lerner, só que agora como governador do estado e indutor direto das transformações. O marco deste período foi, sem dúvida, o processo de instalação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais onde esta localizada a Renault, pois, pouco tempo depois, outro distrito foi implantado no município, sendo que esta abriga a Audi/Volkswagen além de outras indústrias.

O papel do Estado nas negociações e na definição de benefícios objetivando a atração de indústrias ao pólo que se almejava criar foi preponderante para o êxito da empreitada. Outro fator, não menos importante, mas que pode ter convergido em direção aos esforços para a instalação do Distrito na RMC, foi a proximidade com o Estado de São Paulo. É possível que o

Paraná tenha recebido os reflexos do transbordamento das indústrias que, neste mesmo período, se movimentavam para fora dos limites paulistas, conforme a teoria do Desenvolvimento Poligonal discutida no capítulo anterior..

O Governo do Paraná, já no início da gestão Jaime Lerner em 1995, começou a traçar as estratégias para reforçar o perfil industrial do Estado. Como uma das primeiras medidas, o Governo recriou e resgatou com certa importância, a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio que capitaneou todo o processo de atração das novas indústrias para o Paraná.

LOURENÇO (1994) meio que se antecipando a toda esta onda de industrialização no Estado, fez uma análise dos fatores presentes no Estado que se mostrariam importantes para a atração de novos investimentos. Análise confirmada anos depois, quando o Estado passou a participar da chamada “guerra fiscal”. Estes fatores enumerados por LOURENÇO (1994, p.9) são:

- a) Disponibilidade e funcionamento de uma estrutura produtiva em permanente expansão (...) existência de uma reduzida organização e atuação sindical, contrastando com a situação de outras regiões de maior concentração industrial;
- b) Situação geoeconômica privilegiada do Estado – uma espécie de ponto médio entre os mercados consumidores e fornecedores industriais de peças do País (particularmente São Paulo e Norte de Santa Catarina) e os centros compradores do Mercosul somadas às condições infra-estruturais adequadas e modernas na área de telecomunicações, energia elétrica e transportes;
- c) Crescente (ainda que incipiente) parque fornecedor de peças partes e componentes – desenvolvido por algumas grandes plantas industriais instaladas na CIC;
- d) Forte potencial de qualificação da mão-de-obra local e a possibilidade de treinamento através da oferta de serviços educacionais gerais e especializados;
- e) Investimentos em recuperação e/ou expansão da infra-estrutura econômica e social realizados pelo governo estadual (aumento da oferta de energia elétrica, construção do primeiro trecho da Ferroeste, reativação das obras da ponte sobre o Rio Paraná, modernização do porto de Paranaguá, duplicação do trecho paranaense da BR-376, restauração de rodovias estaduais, equipamentos urbanos entre outros);
- f) Inversões executadas ao longo dos últimos anos em reestruturação técnico-produtivo-gerencial acompanhando a tendência esboçada á nível nacional visando rápida elevação dos níveis de eficiência, produtividade e competitividade para fazer face ao quadro de maior exposição da economia brasileira à concorrência externa;

g) Grande espaço existente para incremento da produtividade agrícola (...) e modernização agroindustrial. Sustentado pelo segmento cooperativista. Este ramo praticamente domina a oferta de grãos do Estado, dispõe de expressiva parcela da capacidade de industrialização, atua de forma regionalizada, facilitando a identificação de oportunidades, e concentra grandes organizações com estruturas administrativas e formas de capitalização avançadas que permitem a alocação mais eficiente de recursos em verticalização.

Para viabilizar uma política ostensiva de atração de novos investimentos, o Governo do Estado deu o passo inicial através da criação “PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGO” que previa um prazo de carência para o recolhimento do ICMs para empresas que investissem no Estado. O Programa, segundo seu próprio escopo, tinha os seguintes objetivos (PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS, p. 1)

- a) Estimular novos investimentos industriais no Paraná;
- b) Oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias aos interesses econômico e social do Estado;
- c) Permitir a desconcentração industrial/regional;
- d) Estimular a criação de fornecedores de partes, peças e componentes dos gêneros mecânicos, materiais elétrico e de comunicações, material de transporte e química;
- e) Apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos com pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Estado;
- f) Incentivar o investimento através da apropriação total dos créditos de ICMs pagos na aquisição ou transferência de bens de capital.

Alguns dos benefícios e condições para ser contemplado pelo PARANÁ MAIS EMPREGOS, segundo o manual explicativo do Programa, eram os seguintes:

- a) Estabelecimentos industriais localizados em Curitiba e Araucária podem diferir 50% do ICMS incremental por um período de até 48 meses, com pagamento em igual período;
- b) Estabelecimentos industriais localizados no Cinturão de Empregos (Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, excetuados os de Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais) podem diferir 80% do ICMS incremental por até 48 meses, mais um período similar de pagamento;

c) Estabelecimentos industriais localizados nos demais municípios do Estado podem diferir 80% do ICMS incremental por até 48 meses, com idêntico tempo de pagamento;

d) Estabelecimentos industriais fabricantes de produto sem similar no Estado, com preponderância mínima de 50% da produção nesta condição, podem diferir 100% do ICMS incremental, com duração e carência iguais às hipóteses anteriores, independentes de sua localização.

Este Programa, de certa forma, alavancou uma política de incentivos adotada, também, pelos municípios da RMC que se prepararam para receber, pelo menos em partes, os investimentos negociados, num primeiro momento, pelo Governo do Estado. Entre os itens do pacote de benefícios municipais estavam a isenção, ampliação ou redução do prazo de pagamentos de impostos como ISS e IPTU, implantação de infra-estrutura necessária ao empreendimento e até doação de grandes lotes de terra, a exemplo do que ocorreu em São José dos Pinhais.

Neste caso específico, onde foi implantado o Distrito Industrial que receberia como empresa âncora, a fábrica francesa de veículos, Renault, os incentivos fiscais foram bem mais além do que aqueles previstos inicialmente no PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGO. De acordo com LOURENÇO (1996) alguns destes benefícios foram:

a) Dilatação de prazo de recolhimento do ICMS com possibilidade de utilização de créditos do ICMS pago para a compra ou transferência de bens de capital;

b) Doação de um terreno (calculado em R\$ 12 milhões);

c) Concessão das obras de infra-estrutura de acesso à planta, incluindo ramal ferroviário de 6 quilômetros ligando pátio à ferrovia;

Na chamada “guerra fiscal”, o Governo do Estado lançou mão de todas as “armas” possíveis para obter vitórias frente aos seus concorrentes, inclusive de informações que nada agregava ao pacote de benefícios e incentivos fiscais, mas que serviram de certa forma, para “desenhar” o perfil do trabalhador paranaense como passivo ou subserviente às decisões patronais. O quadro 6 apresenta uma comparação do custo da mão de obra entre Curitiba e São Paulo, e o quadro 7 mostra greves realizadas entre 93 e 95 nos Estados do Paraná, Rio

de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Essas informações foram disponibilizadas pelo Governo do Estado no documento “Paraná: informações para investidores”.

QUADRO 6 – CURITIBA E SÃO PAULO: CUSTO COMPARATIVO DA MÃO- DE- OBRA

OCUPAÇÃO	CURITIBA US\$/MÊS DEZ1994	SÃO PAULO US\$/MÊS DEZ1994
Gerentes:		
Administrativo	1.182,02	2.537,00
Comercial	1.978,37	3.532,00
Produção	1.701,54	3.342,00
Financeiro	1.587,54	3.342,00
Supervisores		
Administrativo	1.089,53	1.358,00
Recursos Humanos	711,65	1.332,00
Vendas	524,05	1.708,00
Técnicos e produção		
Almoxarife	312,46	491,00
Ope. de máq. de produção	278,24	445,00
Torneiro mecânico ferramenteiro	490,80	1.066,00

Fonte: Paraná: Informações para investidores, 1996.
Org: FIRKOWSKI (2001, p. 108)

QUADRO 7 – NÚMERO DE GREVES POR ESTADOS SELECIONADOS - 1993-1995

PARANÁ	RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	SÃO PAULO
Metais/outras	Metais/outras	Metais/outras	Metais/outras
3/26	8/84	17/86	400/1170

Fonte: Paraná: informações para investidores, 1996
Org: FIRKOWSKI (2001, p.109)

A presença do governo do Estado pôde ser sentida além deste pacote de incentivos oferecidos, pois, mais que os próprios benefícios, ela se faz pela desconsideração à fragilidade ambiental do local onde o empreendimento se instalaria. Ou seja: dentro dos limites de um manancial de abastecimento público, o do Rio Pequeno. O Governo do Estado contribuiu para a descaracterização desta irregularidade, uma vez que, junto com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), descartou a utilização da água do referido Rio o que, na época, equivaleria a abrir mão de 100 litros de água por segundo, água de boa qualidade, que entraria no sistema produtor e distribuidor da Grande Curitiba.

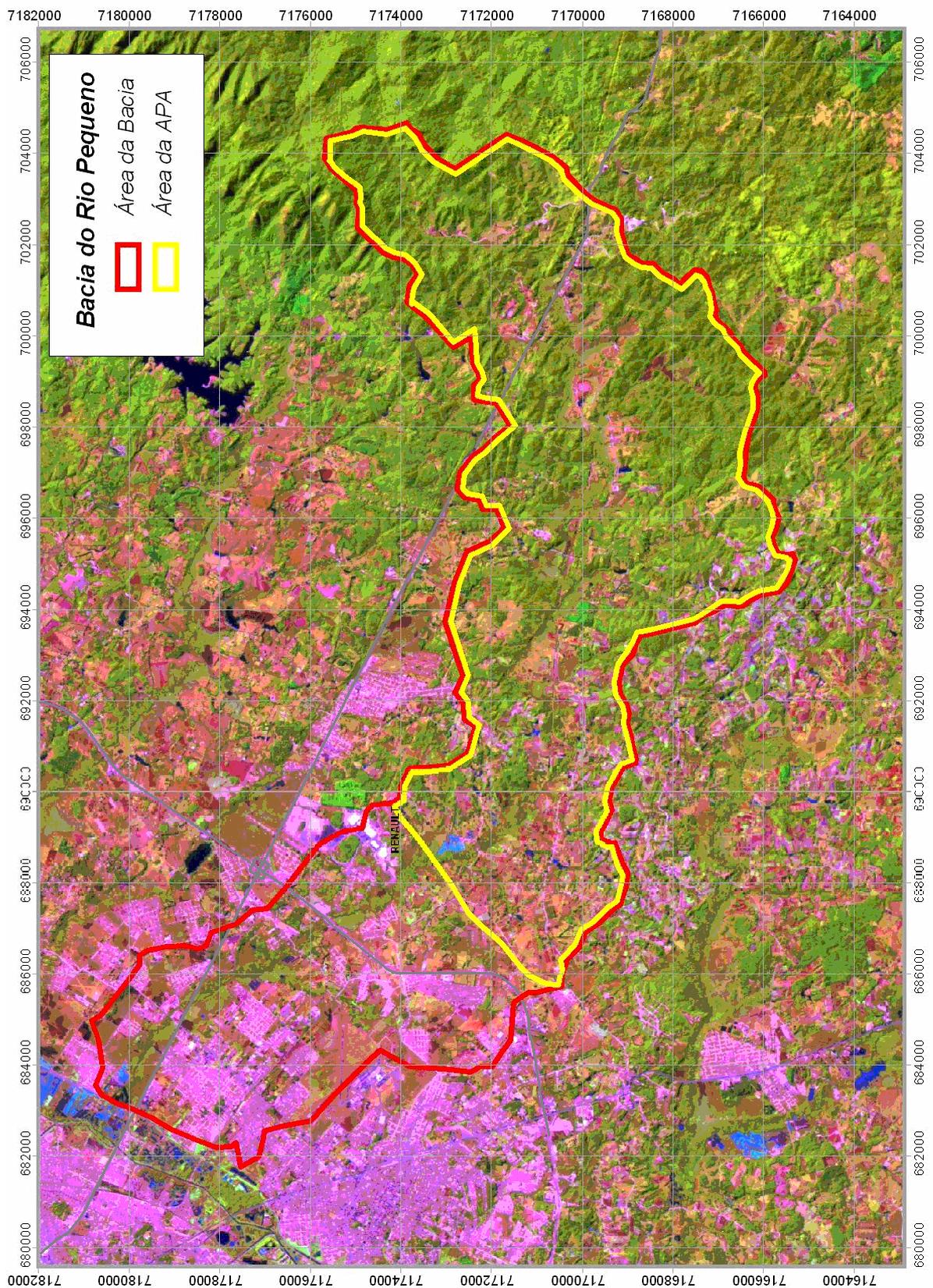
Em pleno processo de discussão pública do empreendimento, em meados de 96, o Governo do Estado, criou as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) entorno dos mananciais de abastecimento da RMC. A APA do Rio Pequeno foi criada através do Decreto Estadual nº 1752/96 de 6 de maio do mesmo ano visando, segundo o texto inicial do Decreto,

a necessidade de regulamentar o uso e a ocupação das diversas atividades humanas de modo a assegurar a proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Pequeno e que deverá ser garantida a potabilidade da água coletada para consumo da população da Região Metropolitana de Curitiba.

Conforme a Figura 5, houve uma “(re) adequação”, com a definição da área da APA, dos limites geográficos da área de manancial do Rio Pequeno, justamente para atender aos interesses que, naquele momento, se sobrepunham: o do grande capital, por meio do Distrito Industrial e o da preservação do manancial de abastecimento.

A disputa entre Estados por novos investimentos, ou a “guerra fiscal”, encontrou espaço e se fortaleceu em função da conjuntura político-econômica pela qual o País passava em meados da década de 90. Havia um Governo Federal claramente neoliberal, tendo à frente o presidente Fernando Henrique Cardoso que, com sua política econômica, abriu às portas ao capital internacional e deu início aos processos de privatização de grandes empresas públicas nacionais.

FIGURA 5 – LIMITES DA BACIA E DA APA DO RIO PEQUENO



Fonte: SANEPAR

Org: Karina Pagani

OLIVEIRA (2001) cita como uma destas vantagens a redução de impostos de importação de bens de capital, matérias-primas, autopeças e veículos montados. Os diferenciais do regime, segundo o autor, eram os descontos de 85% na alíquota de importação de autopeças e outros insumos utilizados pelas montadoras instaladas no país e a definição de alíquota de 70% para veículos já acabados, por parte das Empresas que não tinham montadoras instaladas no Brasil.

OLIVEIRA (2001, p.78) relata que, naquele momento, havia uma tendência de as montadoras migrarem suas unidades de produção para “a periferia do capitalismo onde são esperados os maiores índices de crescimento do mercado consumidor no próximo século”.

Neste contexto todo, a RMC apresentou algumas vantagens que foram além dos benefícios oferecidos pelo Governo do Estado para quem direcionasse seus investimentos para esta Região. Do ponto de vista geográfico, pode se dizer que a RMC possui uma localização bastante privilegiada. Esta na rota do Mercosul, quase que no centro deste Mercado; é cortada pelas BRs que ligam o Sul do país ao Sudeste ou mercado potencialmente consumidor; está próxima ao Porto de Paranaguá e possui um aeroporto internacional com grande capacidade exportadora.

BITTENCOURT (2003, p.156) ressalta estes determinantes locacionais como propícios para a instalação de plantas industriais de Empresas numa região que já contava com outros empreendimentos do setor metal-mecânico, “com uma rede de fornecedores locais, mesmo que incipiente mão-de-obra qualificada, potencial de demanda expresso no tamanho do mercado, infra-estrutura adequada em telecomunicações, transporte e energia, ambiente de negócios, qualidade de vida e uma ‘declarada’ política de incentivos fiscais”.

NOJIMA et al (2004, s.p) identifica esta segunda onda de industrialização na RMC, mais precisamente em seu primeiro anel, a teoria de DINIZ E CROCCO (1996) de “desconcentração concentrada”, onde as montadoras de veículos com suas fornecedoras instalaram-se em Curitiba, Pinhais, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Campo Largo, “respondendo, em conjunto, por 57,3% do gênero material de transporte em 2.000”. O segundo anel da RMC não chegou a sentir os reflexos deste momento e, da mesma forma, aconteceu com o terceiro anel que,

aliás, perdeu com o fechamento da empresa de beneficiamento de minérios de chumbo, a Plumbum, instalada em Adrianópolis, NOJIMA et al (2004).

BITTENCOURT (2003), por sua vez, faz uma ligação entre o processo recente de industrialização da RMC com a teoria do “campo aglomerativo” de AZZONI (1985). Sob o olhar deste autor, uma das regiões mais prósperas no cenário econômico, na última década, era justamente Curitiba estendendo-se num raio de 150 km até Ponta Grossa, Paranaguá, Norte do Estado e a área industrial de Santa Catarina. Este “campo aglomerativo” tem como vantagem ser cortado por três eixos básicos de transporte rodoviário, de acordo com BITTENCOURT (2003, p.157): “rodovia BR-116 e BR-376 no sentido Norte/Sul (trechos da Rodovia Mercosul), BR-376 sentido Ponta Grossa e BR 277 sentido Paranaguá”.

Esta disputa por novos investimentos no Estado resultou no final de 1999, em 156 protocolos assinados entre indústrias e o Governo do Estado. Na Região Metropolitana de Curitiba manifestaram intenção de instalar-se 89 Empresas, para o interior do Estado 67 outras Empresas. FIRKOWSKI (2001) sistematizou os 156 protocolos em um quadro de acordo com o gênero de atividade e sua localização, levando-se em conta as duas localizações, RMC e interior do Estado (QUADRO 8).

FIRKOWSKI (2001, p.111) faz uma análise da distribuição geográfica dos 156 protocolos e demonstra que “as indústrias dinâmicas destacam-se em razão da instalação das três montadoras de veículos na RMC, Renault, Chrysler e Audi/Volkswagen e de vários de seus fornecedores”. Continuando sua análise, a autora relata que as indústrias classificadas como tradicionais direcionaram-se ao interior do Estado, destacando os gêneros alimentares, madeira e têxtil.

QUADRO 8 – PARANÁ: DISTRIBUIÇÃO DOS PROTOCOLOS FIRMADOS ENTRE EMPRESAS E GOVERNO ESTADUAL, POR GÊNERO E LOCALIZAÇÃO, ATÉ 1999.

GÊNERO	RMC	INTERIOR
Metalúrgica	4	2
Mecânica	9	4
Mat. eletr. e com.	6	4
Mat. de transporte	36	1
Madeira	4	4
Mobiliário	1	-
Papel e papelão	1	4
Borracha	1	2
Química	2	4
Prod. farmacêuticos	1	-
Prod. de matéria plástica	11	5
Têxteis	5	6
Vestuário	-	2
Prod. alimentares	1	22
Bebidas	3	3
Fumo	-	1
Editorial e gráfica	1	-
Diversos	3	3
Total	89	67

Fonte: SEID-PR, 1999.

Org: FIRKOWSKI, (2001, p.112)

As informações apresentadas no presente capítulo mostram que os esforços do Governo do Estado na década de 90 foram direcionados para alçar o Paraná à condição de um dos principais pólos industriais do País e, mais especificamente, um dos maiores fabricantes de automóveis do Brasil. Ao que parece, o objetivo traçado foi alcançado. O perfil econômico paranaense, sobretudo da RMC, mudou. E mudou bastante se a retrospectiva remeter até o início da década de 70, período de criação da CIC em Curitiba, início do processo de industrialização do Estado. Resta saber, pois, a que preço.

É sabido que todo grande empreendimento ou qualquer investimento maciço em um só setor gera seus impactos, sejam eles positivos ou negativos, e de toda ordem, como os ambientais, econômicos e sociais. Identificar quais as mudanças ocorridas, e onde, com a chegada do Distrito Industrial em São José

dos Pinhais, é o que se pretende no próximo capítulo. O que se propõem é fazer um levantamento de quais indústrias se instalaram naquele município e que alterações socioespaciais foram registradas na esteira de todo este processo como, por exemplo, crescimento populacional, localização deste crescimento, empregos etc.

3. A TRAJETÓRIA URBANO-INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Depois da discussão sobre o espaço, seus condicionantes e reflexos, no primeiro capítulo, e o resgate histórico dos dois períodos de industrialização pelos quais passou a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no capítulo dois, o próximo passo é verificar, sob diferentes aspectos, o processo de desenvolvimento urbano-industrial de São José dos Pinhais.

Em um primeiro momento, faz-se necessário entender a dinâmica demográfica do município. Quanto, como cresceu e identificar alguns dos elementos de seu perfil populacional. Outra questão é quanto a sua organização socioespacial, identificando, particularmente, quais são os vetores de crescimento dos anos 70, 80 e 90 e qual o papel das indústrias neste cenário.

É importante levantar, ainda, alguns aspectos do ponto de vista legal, que possibilitaram e que podem facilitar o entendimento da transformação de uma área de manancial, ambientalmente frágil, em Distrito Industrial aglutinando, sobretudo, indústrias potencialmente poluidoras como as montadoras de automóveis e suas fornecedoras. E, passados oito anos do início deste processo, qual é hoje a situação de São José dos Pinhais, e, mais especificamente, da área objeto do presente trabalho que é o próprio Distrito Industrial e seu entorno.

Por fim, pretende-se verificar o padrão de inserção ocupacional da população residente no município, com o objetivo de observar sua relação com a indústria local, bem como com a estrutura produtiva metropolitana.

3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO

São José dos Pinhais surgiu em meio ao ciclo do ouro em meados de 1600. Inicialmente denominado Arraial Grande, São José foi fundado por portugueses que se dirigiam àquela região à procura de ouro. Encontraram o minério próximo ao Rio Arraial, lugar onde se formou o primeiro núcleo populacional do município (ROMANEL, 2001).

Arraial Grande passou à condição de freguesia em 1758, contando, a partir desta data, com representantes administrativos junto à vila da qual fazia parte e, também, com uma capela denominada Bom Jesus dos Perdões. É possível que o nome do município esteja ligado à utilização de outra capela, a de São José, no

período de construção do novo prédio da Capela Bom Jesus dos Perdões. (ROMANEL, 2001).

Em 16 de junho de 1852, através da Lei Provincial nº 10, São José passou à condição de vila e município, cuja instalação se deu em 8 de janeiro de 1853. (COLNAGHI, 1992). Neste período eram bairros de São José atuais municípios da RMC como Piraquara, Mandirituba e Tijucas do Sul. Ainda como parte dessa evolução administrativa, em 5 de abril de 1877 foi criada a comarca de São José e, somente em 27 de dezembro de 1897, foi elevada à categoria de cidade (ROMANEL, 2001).

Os anos seguintes à fundação do município foram marcados pela estagnação econômica. A população vivia, em sua maioria, da agricultura de subsistência e de um fraco comércio local. (COLNAGHI, 1992). Certo aquecimento da economia foi registrado com o vai e vem dos tropeiros, que saíam do extremo sul em direção ao sudeste do país para comercializar gado. A cidade pouco prosperou com o tropeirismo, pois os reflexos desta movimentação foram indiretos, uma vez que matas densas das serras e vales do alto Rio Negro dificultavam a ligação por terra com São José. “Só muito mais tarde é que se consolidaria a utilização econômica do caminho dos Ambrósios, ligando o planalto com São Francisco e Joinville” (COLNAGHI, 1992, p. 31).

O fim do tropeirismo deveu-se ao advento do transporte por linha férrea. A partir deste período, São José, assim como parte do Estado, passa a ter sua economia calcada na exploração da erva-mate.

O município de São José, com os limites que possuía na época e estendendo-se até o rio Negro, incluía em seu território regiões de abundante presença de ervais. Isto o tornava beneficiário direto da expansão da produção da erva-mate concheada à medida que ia ganhando destaque como principal atividade econômica do Paraná e como principal exportadora para os mercados platino e chileno (COLNAGHI, 1992, p. 47).

ROMANEL (2002, p. 46) relata que, em determinado momento, Curitiba passou a ser o núcleo do poder nesta região, “que condiciona a economia, a sociedade e a cultura de São José dos Pinhais”. Esta autora ressalta que a capital do Estado tinha o papel de mercado urbano, “e sua proximidade não possibilita a

determinação de perfil São Joséense, e sua lenta evolução se mantém estável até a década de 70” (ROMANEL, 2002, p. 46).

COLNAGHI (1992) já destacava a supremacia de Curitiba e salientava que, no que diz respeito a economia, a capital do Estado polarizou as duas principais atividades, a industrialização e a exportação, no ciclo ervateiro, “e a proximidade com São José, desprovida de acessos ferroviários, tornava antieconômico realizar ali qualquer investimento desta ordem”, (COLNAGHI, 1992, p. 56).

Já a proximidade a Curitiba limitou e expansão de pequenos e médios capitalistas e de pequenos burgueses. Não só pela concorrência representada pelos estabelecimentos da capital, fazendo com que muitas firmas são Joséense, ao crescer fossem irremediavelmente atraídas pelas economias externas do centro polarizador, em termos de facilidade de transporte, comunicações, abastecimento de água, sistema viário urbano, intermediação financeira e outros, mudando para lá suas administrações centrais (COLNAGHI, 1992, pg. 56).

Até as primeiras décadas do século XX, de acordo com ESMANIOTTO (2002), São José ainda mantinha como base econômica a produção agrícola. Porém, seus moradores passaram a não apenas plantar e colher o suficiente para subsistir, como começaram a vender o excedente, surgindo, assim, várias casas de comércio e engenho de mate. “A atividade industrial do município de São José dos Pinhais, até meados de 1950, resumia-se ao beneficiamento da erva-mate”, (ESMANIOTTO, 2002, p. 28).

Paralelamente à produção do mate, o município iniciou, nas primeiras décadas do século XX, a exploração da madeira. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o setor madeireiro se firmou como principal atividade industrial de São José dos Pinhais. Assim como no ciclo do mate, o município continuava a sofrer efeitos de ter Curitiba como pólo da região. E o dinamismo da economia, segundo COLNAGHI (1992), começava a estar cada vez mais condicionado a esta polarização.

Ainda segundo COLNAGHI (1992), ao final dos anos 60 nada permitia prever o crescimento que envolveria São José nas próximas décadas. Foi o reposicionamento de Curitiba, na década de 70, como importante ponto de convergência dos fluxos comerciais no Estado e na região Sul, integrando-os ao núcleo dinâmico da economia brasileira – a economia paulista – que permitiu o

crescimento econômico e a configuração da aglomeração metropolitana de Curitiba.

Neste contexto, a localização de São José dos Pinhais passou a ser estratégica com a construção de dois importantes eixos viários que recortam seu território: a BR-277, em direção ao Porto de Paranaguá, e a BR-376, que faz a ligação com a região Sul do país. Estes dois eixos, inclusive, vieram a se constituir em importantes fatores de estruturação da expansão urbana no município.

3.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO PERÍODO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RMC

São José dos Pinhais é um dos municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba. Distante apenas 15 km da capital, São José dos Pinhais é o sétimo município de Estado e o segundo da Região Metropolitana de Curitiba em número de habitantes. Possui, de acordo com o último censo do IBGE (2000), 204.198 habitantes, sendo que, deste total, 183.000 concentram-se na área urbana. São José não é apenas um dos mais populosos municípios da RMC ou do Paraná, é também um dos maiores em extensão territorial. Sua área equivale à cerca de 7% da área total da RMC com 945,6 km².

Com Curitiba a oeste dos seus limites político-administrativos, São José já chegou a ter, com a capital do Estado, uma relação de dependência típica de cidade dormitório. Isto ocorreu, de acordo com ULTRAMARI E MOURA (1994), pela proximidade e acesso ao pólo, acumulando, ainda, atividades produtivas do setor secundário. LIMA (2000) atenta para o fato de cidades-dormitórios existirem sempre próximos a grandes centros urbanos pela função que desempenham estes lugares no que diz respeito à geração de postos de trabalho e prestação de serviços.

COLNAGHI (1992) destaca a relação de dependência de São José dos Pinhais com Curitiba e remete a discussão para as décadas de 1950 e 1960, quando a capital do Estado passou por um período econômico bastante promissor em função do bom momento vivido pela cafeicultura, atraindo, desta forma, muitos trabalhadores rurais que chegaram para trabalhar nas fábricas e casas comerciais que estavam em franca expansão.

Diante da valorização do capital imobiliário, muitos deles optavam por morar nos municípios vizinhos, deslocando-se diariamente para seu trabalho, o que transformou São José, como outros, em uma cidade-dormitório (COLNAGHI, 1992, p. 204).

Conforme foi visto no capítulo anterior, a Região Metropolitana de Curitiba foi criada em 1793 com 14 municípios, quais sejam: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Campo Largo, Curitiba, Colombo, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

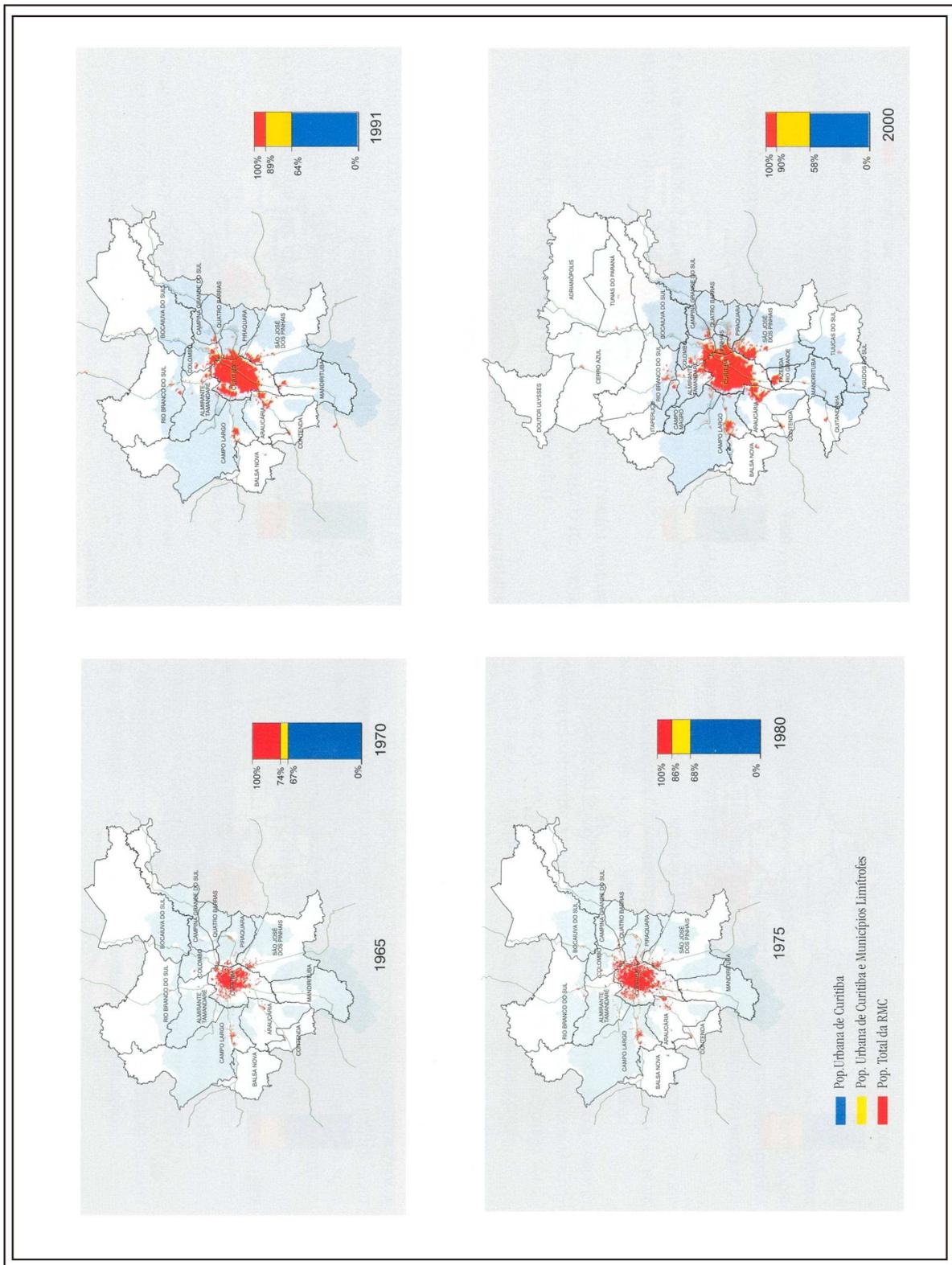
A RMC viveu, no início de sua criação e também nos anos seguintes, um importante crescimento demográfico, com alterações, sobretudo, socioespaciais por causa do acelerado processo de urbanização. Se comparada às demais Regiões Metropolitanas brasileiras, a RMC é uma dentre as que mais cresceram nas três últimas décadas.

Entre as razões deste crescimento estão, no interior do Estado, o êxodo rural, motivado pela ocorrência de geadas, com conseqüente quebra da produção cafeeira, e pela mecanização das lavouras, e, na RMC, a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e do Centro Industrial de Araucária (CIAR) e a melhoria da infra-estrutura viária que faz a ligação com o interior do Estado e com outras regiões do País.

Na década de 70, segundo ULTRAMARI E MOURA (1994), as taxas geométricas de crescimento dos municípios que compunham a RMC foram mais elevadas naqueles limítrofes ou cornubados à capital (FIGURA 6). Foi o caso de Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária e São José dos Pinhais. “Esse crescimento localizado resulta do adensamento da ocupação de Curitiba, e seu extravasamento sobre municípios vizinhos, em continuidade do mesmo processo” (ULTRAMARI E MOURA, 1994, p. 7).

O crescimento de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba se deu, e tem se dado, ainda hoje, por razões que vão desde a proximidade com a capital, o custo da terra e o próprio fato de, na capital, não existir muita oferta de lotes vazios e, quando existem, o valor é alto ou está acima do que a população que está deixando Curitiba pode pagar.

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DA RMC – 1970/2000



Fonte: COMEC

A figura 6 permite observar a evolução do crescimento e a localização da população, além de indicar nitidamente que o adensamento ocorreu justamente nos municípios contíguos à capital.

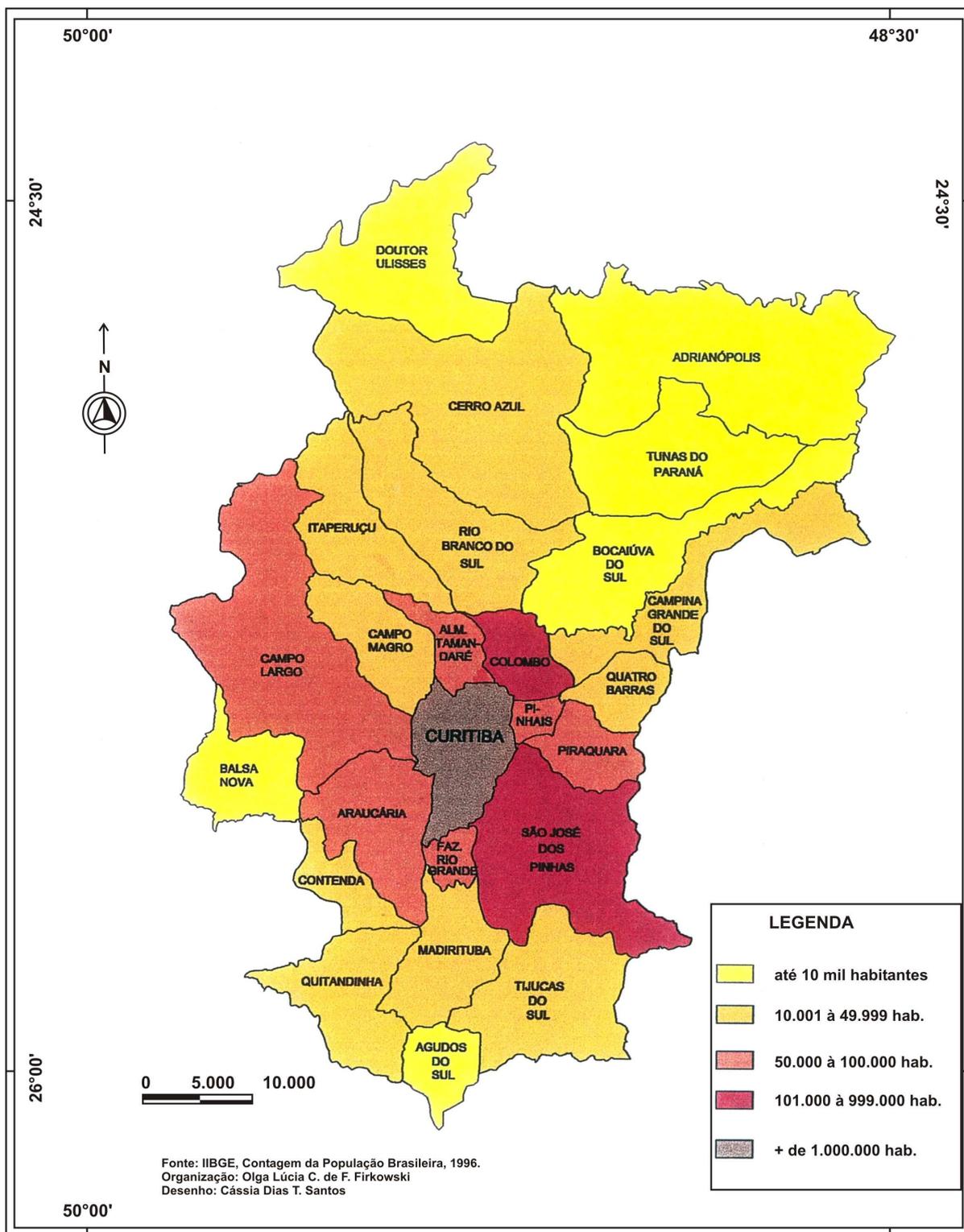
Os novos habitantes da RMC estarão cada vez menos localizados dentro dos limites político-administrativos de Curitiba e cada vez mais localizados numa outra escala espacial, que não é nem a ampla Região Metropolitana com seus vinte e cinco municípios componentes, nem o município de Curitiba, trata-se do aglomerado metropolitano, cuja materialização expressa a lógica da desconcentração de Curitiba (FIRKOWSKI, 2001, p. 128).

Esta autora denomina aglomerado metropolitano os 12 municípios que estão em mancha contígua à capital, da mesma forma que a COMEC utiliza Núcleo Urbano Central (NUC) para referir-se aos mesmos municípios. São eles: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. O que diferencia as duas classificações é a inclusão, pela COMEC, das áreas urbanas de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Na seqüência deste trabalho será adotada a classificação aglomerado metropolitano, pois se entende, conforme ponderações de FIRKOWSKI (2001, p.4), que é nesta espacialidade “onde de fato ocorrem relações metropolitanas de distintos níveis e abrangências, características do processo de metropolização”. Esta categorização aponta para a heterogeneidade da RMC, com uma área definida para fins institucionais, a mais abrangente, e outra onde se materializa o fenômeno metropolitano, porém mais restrita territorialmente.

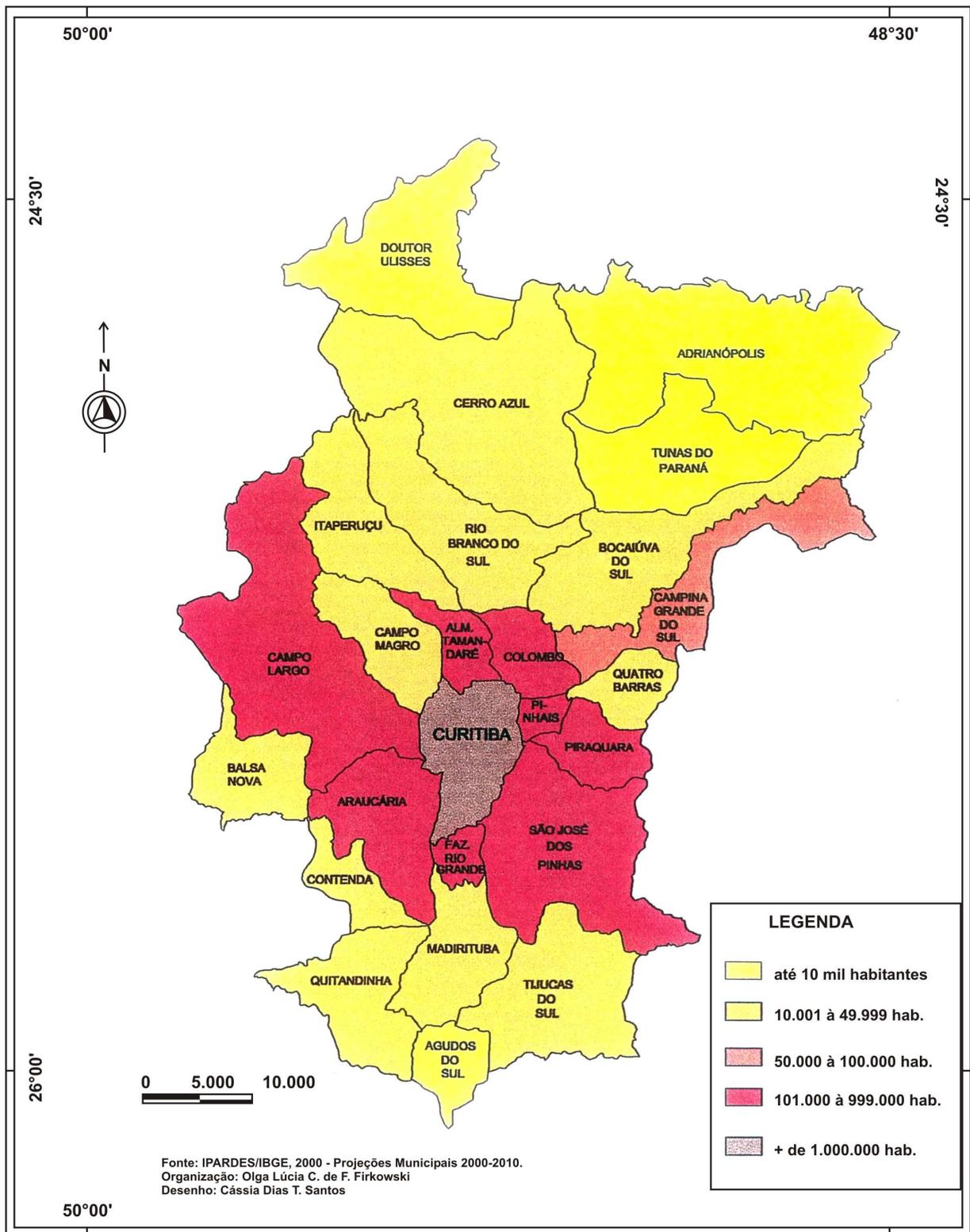
FIRKOWSKI (2001) chama atenção para o adensamento populacional que vem ocorrendo no aglomerado metropolitano, com a emergência de municípios com mais de 100 mil habitantes (FIGURA 7), processo que, segundo projeções do IPARDES/IBGE, deve persistir na presente década (FIGURA 8). Em 1996, relata esta autora, existiam apenas dois municípios deste porte, Colombo e São José dos Pinhais, e prevê-se que, em 2010, outros seis municípios alcancem esta marca.

FIGURA 7 – RMC: POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO - 1996



Fonte e Org.: (FIRKOWSKI, 2001, p. 130)

FIGURA 8 – RMC: POPULAÇÃO PROJETADA POR MUNICÍPIO - 2010



Fonte e org.: (FIRKOWSKI, 2001, p. 131)

Uma primeira aproximação às transformações socioespaciais ocorridas com a instalação do Distrito Industrial em São José dos Pinhais, objeto de estudo do presente trabalho, é a análise da dinâmica demográfica do município no âmbito metropolitano, comparando dados da última década com as anteriores.

A maior concentração populacional da RMC sempre esteve em Curitiba. Porém, se forem analisadas as taxas de crescimento da RMC entre os anos de 1990 e 2000 serão encontrados índices bastante significativos em vários dos 25 municípios da Região Metropolitana de Curitiba que, neste período, ainda não contava com a Lapa, que passou a integrar a RMC somente em março de 2002.

Como já apontado anteriormente, o crescimento populacional mais intenso nos municípios periféricos vem ocorrendo desde os anos 70. Mas foi apenas na última década que o aumento absoluto da população nesses municípios superou o incremento populacional verificado em Curitiba; entre 1991 e 2000, para um aumento de 272 mil pessoas em Curitiba, os outros 11 municípios que compõem o aglomerado metropolitano tiveram incremento de 366 mil pessoas.

Se tomarmos como base o aglomerado metropolitano e observarmos as taxas de crescimento anual, do período 1991/2000, verificamos que o município de Fazenda Rio Grande, por exemplo, cresceu 10,80% a.a., passando de uma população de 24.978 para 62.877 habitantes. Aliás, o índice registrado neste município, neste período, é um dos mais altos do país (TABELA 4).

TABELA 4 – POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL E DE URBANIZAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 1991/2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 1991			POPULAÇÃO 2000			TAXA DE CRESCIMENTO 1991/2000	TAXA DE URBANIZAÇÃO 2000
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural		
Aglomerado Metropolitano	1.922.038	1.838.636	83.402	2.560.161	2.430.477	129.684	3,24	94,93
Pólo - Curitiba	1.315.035	1.315.035	0	1.587.315	1.587.315	0	2,11	100,00
1º Anel	607.003	523.601	83.402	972.846	843.162	129.684	5,38	86,67
Almirante Tamandaré	54.014	51.282	2.732	88.277	84.755	3.522	5,61	96,01
Araucária	61.889	54.262	7.627	94.258	86.111	8.147	4,79	91,36
Campina Grande do Sul	19.343	12.722	6.621	34.566	25.973	8.593	6,66	75,14
Campo Largo	72.523	53.892	18.631	92.782	77.223	15.559	2,78	83,23
Campo Magro*	12.145	7.798	4.347	20.409	2.501	17.908	5,94	12,25
Colombo	117.767	110.273	7.494	183.329	174.962	8.367	5,04	95,44
Fazenda Rio Grande	24.978	21.850	3.128	62.877	59.196	3.681	10,80	94,15
Pinhais	75.433	71.973	3.460	102.985	100.726	2.259	3,52	97,81
Piraquara	31.449	19.465	11.984	72.886	33.829	39.057	9,79	46,41
Quatro Barras	10.007	8.132	1.875	16.161	14.520	1.641	5,47	89,85
São José dos Pinhais	127.455	111.952	15.503	204.316	183.366	20.950	5,38	89,75
2º Anel	78.767	38.596	40.171	102.280	57.040	45.240	2,94	55,77
Balsa Nova	7.515	2.430	5.085	10.153	3.186	6.967	3,40	31,38
Bocaiúva do Sul	7.802	2.471	5.331	9.050	3.562	5.488	1,66	39,36
Contenda	8.941	4.823	4.118	13.241	6.320	6.921	4,46	47,73
Itaperuçu	10.735	4.742	5.993	19.344	16.234	3.110	6,76	83,92
Mandirituba	13.358	4.387	8.971	17.540	6.268	11.272	3,07	35,74
Rio Branco do Sul	27.561	18.972	8.589	29.341	20.049	9.292	0,70	68,33
Tunas do Paraná	2.855	771	2.084	3.611	1.421	2.190	2,64	39,35
3º Anel	60.726	9.714	51.012	64.115	12.588	51.527	0,61	19,63
Adrianópolis	8.935	1.589	7.346	7.007	1.613	5.394	-2,66	23,02
Agudos do Sul	6.076	779	5.297	7.221	1.466	5.755	1,94	20,30
Cerro Azul	16.092	3.208	12.884	16.352	3.916	12.436	0,18	23,95
Doutor Ulysses	4.981	391	4.590	6.003	701	5.302	2,10	11,68
Quitandinha	14.418	2.476	11.942	15.272	3.046	12.226	0,64	19,94
Tijucas do Sul	10.224	1.271	8.953	12.260	1.846	10.414	2,04	15,06
RMC	2.061.531	1.886.946	174.585	2.726.556	2.500.105	226.451	3,16	91,69
PARANÁ	8.448.713	6.199.782	2.248.931	9.563.458	7.786.084	1.777.374	1,39	81,41

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

ORG: Paulo Delgado

NOTA: (1) refere-se à Região Metropolitana oficial de 2000.

(2) Em 1991, foi excluída a população do município de Fazenda Rio Grande, emancipado do Município de Mandirituba durante a década, e passou a fazer parte do 1o Anel.

* Campo Magro tem um alto número de habitantes rurais em função de a legislação municipal ainda considerar rural áreas de expansão urbana.

Piraquara registrou o 2º maior aumento populacional do aglomerado metropolitano, com uma taxa de 9,79% a.a., com o total de habitantes passando de 31.449 para 72.886. Conforme dados da Prefeitura Municipal, somente no Jardim Guarituba, uma área de ocupação irregular na divisa com Pinhais, próxima ao Distrito Industrial de São José dos Pinhais, estão morando cerca de 50 mil pessoas (cerca de 12 mil famílias).

Outros municípios do aglomerado metropolitano que, no mesmo período, registraram crescimento expressivo foram, pela ordem, Campinas Grande do Sul, com 6,66% a.a.; Campo Magro, com 5,94% a.a.; Almirante Tamandaré, com 5,61% a.a.; Quatro Barras, com 5,4% a.a.; e, São José dos Pinhais, com uma média de 5,38% a.a.

É importante destacar, destes números do IBGE, a confirmação do vetor de adensamento populacional ao Norte/Nordeste da RMC. Os municípios de Almirante Tamandaré, Campo Magro, este último desmembrado do primeiro em 1997, Quatro Barras e Campina Grande do Sul totalizaram 64 mil novos moradores naquela porção da Região Metropolitana de Curitiba. Outro dado relevante é que a taxa de crescimento do município pólo da RM, Curitiba, foi a menor entre os municípios do aglomerado metropolitano (2,11% a.a.).

Particularizando a análise para o município de São José dos Pinhais, constatamos que, depois de experimentar um crescimento negativo na década de 60, São José teve entre 1970 e 1980 sua população mais que dobrada, passando de 34.124 para 70.634 habitantes. Neste período, além do crescimento populacional, houve uma inversão na concentração de sua população, que passou a ser predominantemente urbana. Depois, no período que compreende de 1980 até 1991, sua população passou para 127.455 e, por último, de 1991 até 2000, São José chegou à população atual, 204.316 habitantes (TABELA 5).

TABELA 5 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

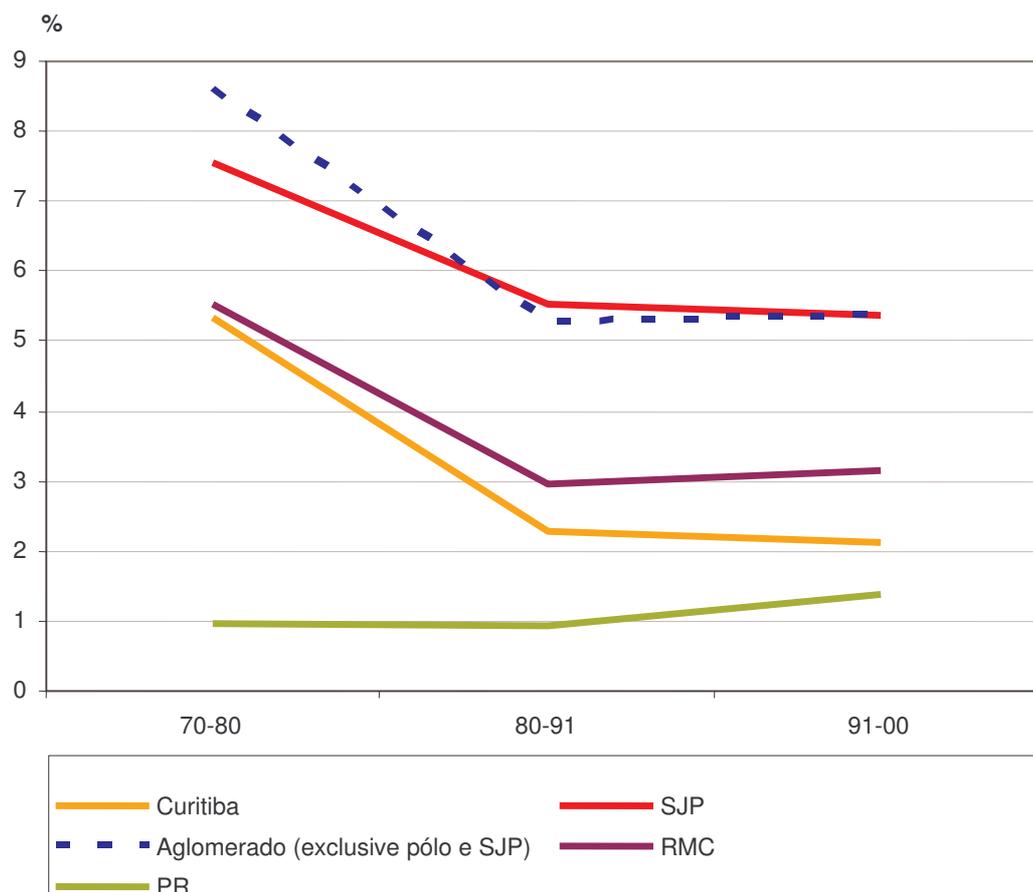
ANO	URBANA		RURAL		TOTAL
	abs.	%	abs.	%	
1960	8.231	28,49	20.657	71,51	28.888
1970	21.475	62,93	12.649	37,07	34.124
1980	56.804	80,42	13.830	19,58	70.634
1991	111.952	87,84	15.503	12,16	127.455
2000	183.366	89,75	20.950	10,25	204.316

Fonte: IBGE

Org: Lílian Tavares

Em se tratando de taxas anuais, nas três últimas décadas São José dos Pinhais vem mantendo um considerável ritmo de crescimento, com taxas acima das registradas pela Região Metropolitana como um todo, sendo que, nas duas últimas décadas, o diferencial das taxas foi próximo ao dobro (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARANÁ



Org: Paulo Delgado

No que se refere ao período 80/91, São José diminuiu um pouco a taxa de crescimento populacional (5,51% a.a.), entretanto, também houve redução nos índices da RMC, que ficou em 2,95% a.a., e de Curitiba, com 2,29% a.a. E na última década, 1991/2000, novamente São José registrou índices menores aos anteriores (5,38 a.a.), porém, acima da média da RMC ou do município pólo que foram, respectivamente, 2,95% a.a. e 2,11% a.a.

Observa-se, com base nos dados do IBGE, que os municípios que registraram as mais altas taxas de crescimento nas últimas décadas são limítrofes ou conurbados à capital. Como já mencionado anteriormente, a maior parte deles

encontra-se na porção Leste somados a estes alguns do Norte e Sul da RMC. Seria como uma faixa contínua de Almirante Tamandaré até Fazenda Rio Grande passando por São José. “Esse crescimento localizado resulta do adensamento da ocupação de Curitiba, e seu extravasamento sobre municípios vizinhos, em continuidade do mesmo processo” (ULTRAMARI E MOURA, 1994, pg. 7).

Outra constatação foi que, enquanto na década de 70/80 São José dos Pinhais apresentou, entre os 12 municípios do aglomerado metropolitano, a quarta maior taxa geométrica de crescimento (7,55%), nos decênios seguintes, caiu para quinto e oitavo lugares, respectivamente. Este reposicionamento indica que uma maior pressão populacional está ocorrendo sobre outros municípios, o que pode ser percebido no Gráfico 1, onde se observa o aumento da taxa de crescimento dos demais municípios do aglomerado, na última década.

O município de São José dos Pinhais aumentou sua participação no total da população da Região Metropolitana, passando de 3,95%, em 1970, para 7,5%, em 2000 (TABELA 6). Outra informação que pode ser verificada é que, no último período intercensitário (1991-2000), à população de São José foram agregadas mais 77 mil pessoas, o que representa 11,6% do aumento populacional ocorrido na RMC nessa década. Em termos absolutos, foi o maior incremento populacional entre todos os municípios do aglomerado metropolitano, com exceção do pólo.

TABELA 6 – POPULAÇÃO TOTAL, INCREMENTO POPULACIONAL E PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS NO TOTAL DA RMC – 1970/2000

ÁREAS	POPULAÇÃO TOTAL				INCREMENTO POPULACIONAL		
	1970	1980	1991	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Aglomerado Metropolitano	762.439	1.368.444	1.922.038	2.560.161	606.005	553.594	638.123
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	415.949	290.060	272.280
São José dos Pinhais	34.124	70.634	127.455	204.316	36.510	56.821	76.861
Aglomerado (exclusive pólo e SJP)	119.289	272.835	479.548	768.530	153.546	206.713	288.982
RMC	875.269	1.497.308	2.061.531	2.726.556	622.039	564.223	665.025
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	699.524	819.321	1.114.745
	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DA RMC						
Aglomerado Metropolitano	87,1	91,4	93,2	93,9	97,4	98,1	96,0
Curitiba	69,6	68,5	63,8	58,2	66,9	51,4	40,9
São José dos Pinhais	3,9	4,7	6,2	7,5	5,9	10,1	11,6
Aglomerado (exclusive pólo e SJP)	13,6	18,2	23,3	28,2	24,7	36,6	43,5
RMC	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Org: Lílian Tavares

Por outro lado, os demais municípios tiveram um aumento no número de habitantes de 289 mil pessoas, representando 43,5% do crescimento da RMC na última década, participação bem mais significativa do que a verificada nos anos 80, que foi de 36,6%.

Em síntese, a análise da dinâmica demográfica não permite identificar, na última década, um comportamento que diferencie São José dos Pinhais dos outros municípios do aglomerado metropolitano. Observa-se, sim, uma continuidade da dinâmica já registrada desde os anos 70/80, que apontava para a consolidação de um grande eixo de crescimento no entorno de Curitiba, particularmente, na porção Leste do pólo metropolitano.

Comparando o crescimento médio apresentado pelo conjunto dos demais municípios do aglomerado metropolitano, observa-se que foi no período 1980/91 que São José teve um crescimento superior ao apresentado por aquele conjunto (ver gráfico 1). Na última década, embora São José permaneça recebendo grande contingente populacional, o ritmo de crescimento acentuou-se nos demais municípios do aglomerado.

Possivelmente exista uma ligação entre a instalação do pólo industrial na RMC e o incremento populacional, entretanto, estas pessoas não fixaram, necessariamente, residência nos municípios mais tradicionais como Curitiba e São José e acabaram encontrando moradia em outros municípios do aglomerado, mais acessíveis dependendo da faixa de renda destes migrantes, como Piraquara, Colombo e Fazenda Rio Grande.

O crescimento demográfico registrado na RMC tem na migração o principal componente de sua dinâmica. Além da entrada de população de outras regiões do Paraná ou outros Estados, tornam-se cada vez mais importante as trocas populacionais que ocorrem entre os próprios municípios da RMC. O resultado do Censo 2000 confirma o que era apenas percepção no que diz respeito aos fluxos migratórios no Estado. No período 1995/2000, Curitiba registrou um grande número de migrantes oriundos do interior do Estado, 79.791, seguido por 67.131 pessoas cujo local de origem era interestadual ou de outros países e, neste mesmo período, mudaram-se para a capital apenas 11.244 pessoas de outros municípios da RMC.

Segundo DESCHAMPS (2004), de 1995 até 2000, 73 mil pessoas saíram da capital com destino aos outros municípios da RMC. Do total de mudanças

intrametropolitanas ocorridas neste período, este número equivale a 63,5%. O que comprova que a capital paranaense mais expulsou do que recebeu população de outros municípios das RMC, demonstrando a exclusão que vem ocorrendo no pólo. Os principais destinos destes fluxos de Curitiba foram São José dos Pinhais, Colombo e Fazenda Rio Grande, que, juntos, receberam quase 34 mil pessoas oriundas do pólo metropolitano.

A seletividade do pólo sobressai quando verificamos a dinâmica dos deslocamentos intrametropolitanos, traduzindo o que pode ser considerado movimento comum em um espaço contínuo e fortemente articulado, evidenciando, cada vez mais, a pequena participação de Curitiba nas opções de mobilidade no espaço metropolitano. Nesse sentido, Curitiba, a despeito de receber grandes volumes populacionais de outras regiões do Estado, vem perdendo participação relativa e absoluta na recepção dos deslocamentos intrametropolitanos (DESCHAMPS, 2004, p. 68).

São José dos Pinhais, de acordo com o IBGE, registrou, com relação às migrações para o município, um total de 8.698 pessoas com origens em outros estados e países; 13.260 pessoas do interior paranaense e 15.203 de outros municípios da RMC (TABELA 7). O aglomerado metropolitano concentrou a quase totalidade (96,1%) dos imigrantes na RMC, sendo que Curitiba respondeu por 43,6% do total. As 37 mil pessoas que passaram a residir em São José dos Pinhais representam pouco mais de 10% desse total.

TABELA 7 - IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM ¹				DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE IMIGRANTES POR ORIGEM			
	Interestadual ou outros países	Intraestadual		Total	Interestadual ou outros países	Intraestadual		Total
		Interior	Intrametropolitano			Interior	Intrametropolitano	
Aglomerado Metropolitano	100.151	141.526	106.491	348.168	28,8	40,6	30,6	100,0
Curitiba	67.131	79.791	11.244	158.166	42,4	50,4	7,1	100,0
São José dos Pinhais	8.698	13.260	15.203	37.161	23,4	35,7	40,9	100,0
Aglomerado (exclusive pólo e SJP)	24.323	48.474	80.044	152.841	15,9	31,7	52,4	100,0
RMC	102.476	144.808	115.095	362.379	28,3	40,0	31,8	100,0

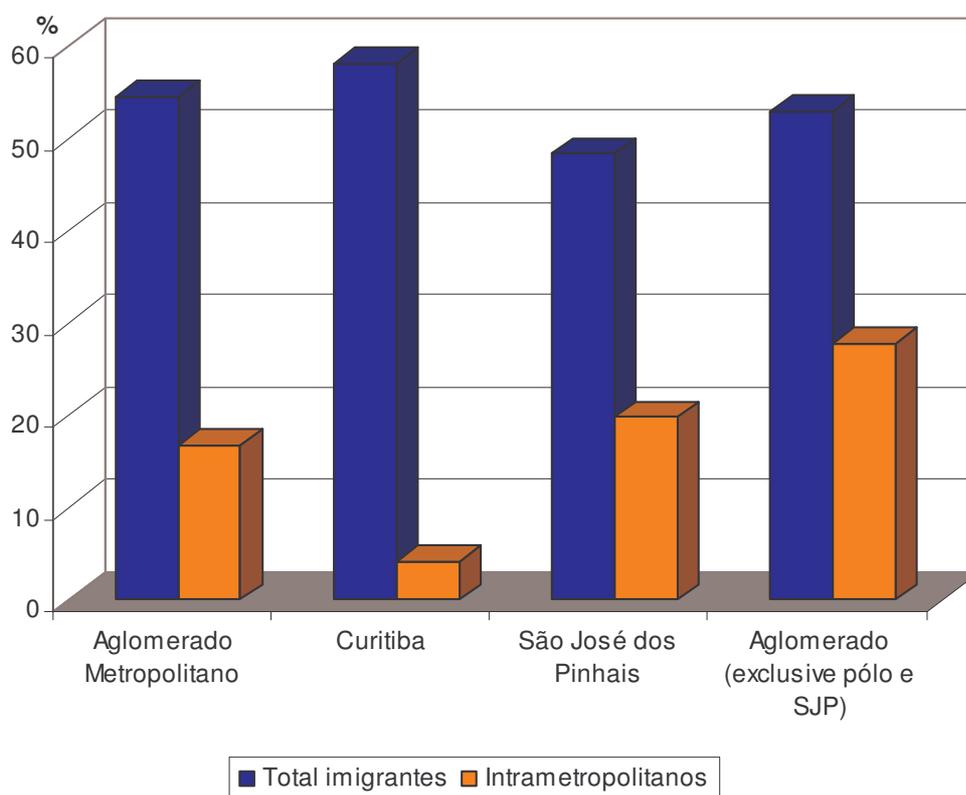
FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (microdados); FASE/IPPUR/IPARDES/PUCMINAS – METRODATA

Org: Lillian Tavares

NOTA: 1 - Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

Para estimar o impacto das imigrações sobre o crescimento populacional foi relacionado o número de imigrantes, total e os de origem intrametropolitana, com o incremento populacional verificado na última década. De modo geral, o total de imigrantes, verificado no período 1995-2000, representa quase metade do aumento populacional na década, sendo 48% do crescimento verificado em São José dos Pinhais (GRÁFICO 2). A principal diferença está relacionada com os fluxos intrametropolitanos, praticamente insignificantes em Curitiba e alcançado o valor de 20% do incremento populacional de São José e de 28% nos demais municípios do aglomerado.

GRÁFICO 2 - RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE IMIGRANTES DE DATA FIXA E O INCREMENTO POPULACIONAL NO PERÍODO 1991/2000



Org: Paulo Delgado

É importante salientar que, segundo DESCHAMPS (2004), há certa relação entre a origem dos fluxos migratórios e a posição social dos migrantes, expressa por seu nível de renda. Os movimentos de tipo intrametropolitano envolvem um maior número de pessoas de baixa renda.

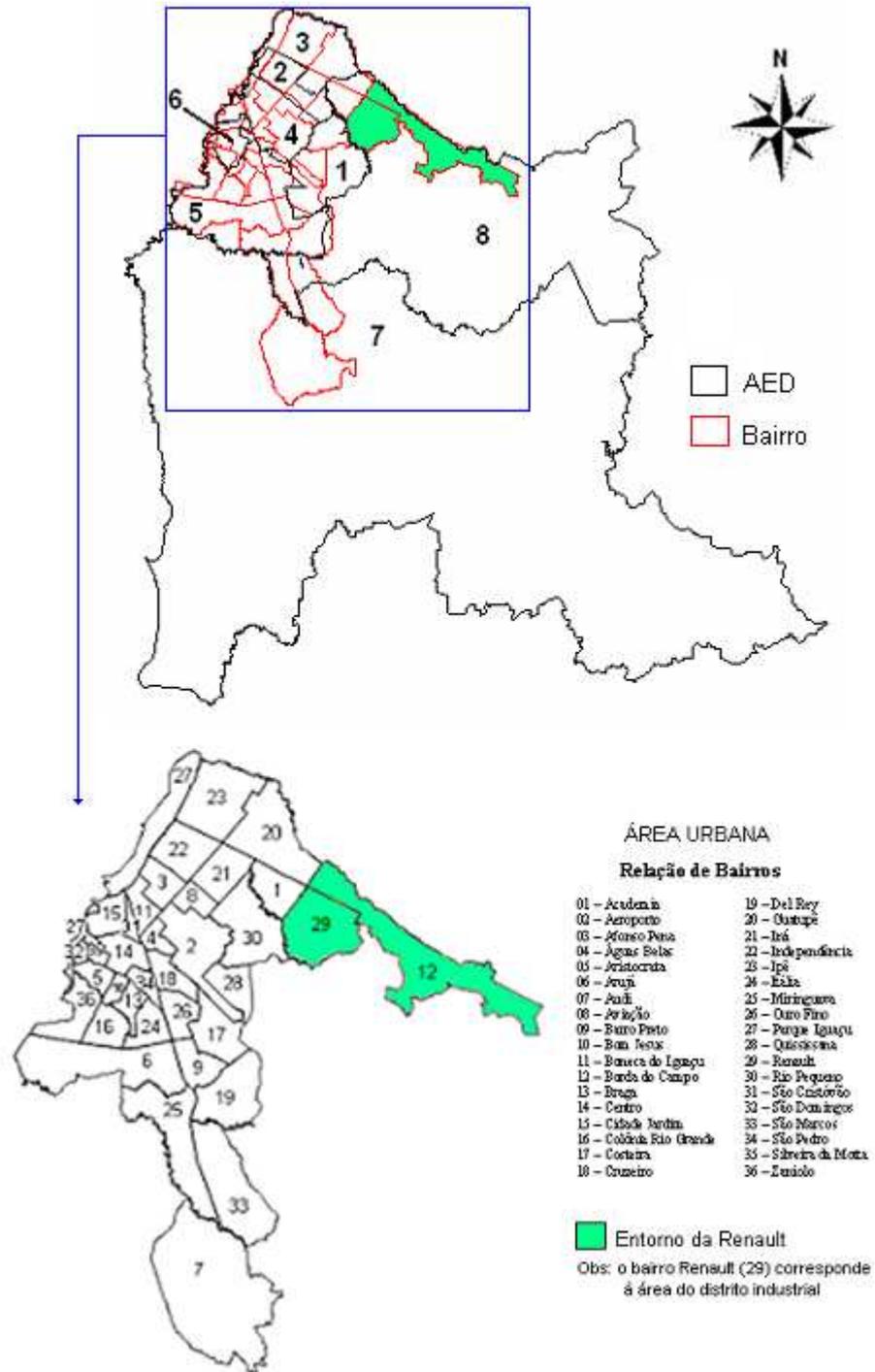
Para os objetivos deste trabalho é importante aprofundar a análise demográfica e verificar, na última década, o crescimento populacional internamente a São José dos Pinhais, procurando identificar os vetores de crescimento no município. Para realizar esta análise foi necessário compatibilizar os dados de setores censitários, fornecidos pelo IBGE, referentes aos anos de 1991, 1996 e 2000. Esta compatibilização é necessária devido ao fato da delimitação dos setores terem sido alterados no período.

O procedimento adotado consistiu em trabalhar com a nova divisão de áreas do município, estabelecida pelo IBGE para divulgação dos dados referentes ao questionário da amostra³ do Censo de 2000. Cada área constitui uma “unidade geográfica formada por agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002, p. 12). Essas áreas têm um tamanho populacional mínimo, definido estatisticamente, para garantir a representatividade dos resultados amostrais e são denominadas de áreas de ponderação.

O município de São José dos Pinhais foi dividido em oito áreas, que serão utilizadas para a análise da evolução demográfica e, no próximo item, para caracterizar a situação socioeconômica de sua população. A figura 9 permite visualizar a divisão do município por áreas de ponderação, definidas pelo IBGE, e a divisão de bairros estabelecida pela Prefeitura.

³ Para realizar o Censo, o IBGE utiliza dois questionários. O modelo simplificado é aplicado para o conjunto da população, objetivando apenas a contagem demográfica, e é chamado de questionário do universo. O outro questionário é aplicado para parcela da população, que varia de 10% a 15% do total da população, conforme o tamanho da mesma. Este é o questionário que traz o maior conjunto de informações trabalhadas nos censos.

FIGURA 9 – ÁREAS DE PONDERAÇÃO (IBGE) E DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Fonte: IBGE; Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Org.: Paulo Delgado

A compatibilização consistiu em adequar os diversos setores censitários de 1991 e de 1996 às respectivas áreas de ponderação de 2000. Alguns setores de 1991 foram desmembrados, dando origem a novos setores que, em 2000, situavam-se em áreas de ponderação distintas. Nestes casos, optou-se por redistribuir equitativamente a população de 1991 pelos novos setores de 2000 e, através destes, calcular a população em cada área de ponderação ou Áreas de Expansão Demográfica (AED). Por exemplo, o setor A de 1991 pode ter sido subdividido em três setores em 2000, sendo que estes foram incluídos em AEDs diferentes; cada AED, neste caso, ficou com 1/3 da população de 1991, para efeito de verificar a evolução populacional. Poucos setores precisaram sofrer esta adequação; nove setores em 1991 e 10 na Contagem de 1996 (ver anexo 1).

São José dos Pinhais registrou um crescimento bastante expressivo no período que compreende 1991 a 2000. Mas foi na primeira metade dessa década que o crescimento foi mais intenso. O município registrou taxa de 5,81 a.a. e um incremento populacional envolvendo 41,6 mil pessoas. No período seguinte, a taxa foi de 4,84%, para um volume populacional de 35,2 mil pessoas (TABELA 8).

TABELA 8 - POPULAÇÃO TOTAL, VARIAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/2000

ÁREA DE PONDERAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL			CRESCIMENTO POPULACIONAL					
				1991-2000		1991-1996		1996-2000	
	1991	1996	2000	abs.	% a.a.	abs.	% a.a.	abs.	% a.a.
Área 1	8.559	15.306	21.863	13.304	10,98	6.747	12,33	6.557	9,32
Área 2	12.215	18.078	20.866	8.651	6,13	5.862	8,15	2.789	3,65
Área 3	9.326	20.211	27.588	18.262	12,81	10.884	16,73	7.378	8,09
Área 4	30.426	32.231	34.175	3.749	1,30	1.805	1,16	1.944	1,48
Área 5	27.492	33.362	39.231	11.739	4,03	5.870	3,95	5.869	4,13
Área 6	13.421	13.796	15.305	1.884	1,47	374	0,55	1.509	2,63
Área 7	10.134	11.994	13.523	3.389	3,26	1.860	3,43	1.529	3,05
Área 8	15.882	24.059	31.651	15.769	7,96	8.177	8,66	7.592	7,10
Área 8 (bairros Renault e Borda do Campo)	7.032	11.849	16.271	9.239	9,77	4.817	11,00	4.422	8,25
Total	127.455	169.035	204.202	76.747	5,38	41.580	5,81	35.167	4,84

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (dados do universo por setor censitário)

Org: Lílian Tavares

Este crescimento não foi verificado de forma homogênea na área urbana do município. De acordo com o IBGE, foram nas áreas classificadas pelo Instituto como AEDs n° 1, 3 e 8 onde se instalou um maior número de pessoas. Essas áreas equivalem, conforme a figura 8, aos bairros Jardim Ipê, Renault, Borda do Campo e Rio Pequeno. Somente nestas áreas o aumento, na década, foi de 47,3 mil pessoas, o que corresponde a 61,7% da evolução populacional total do município.

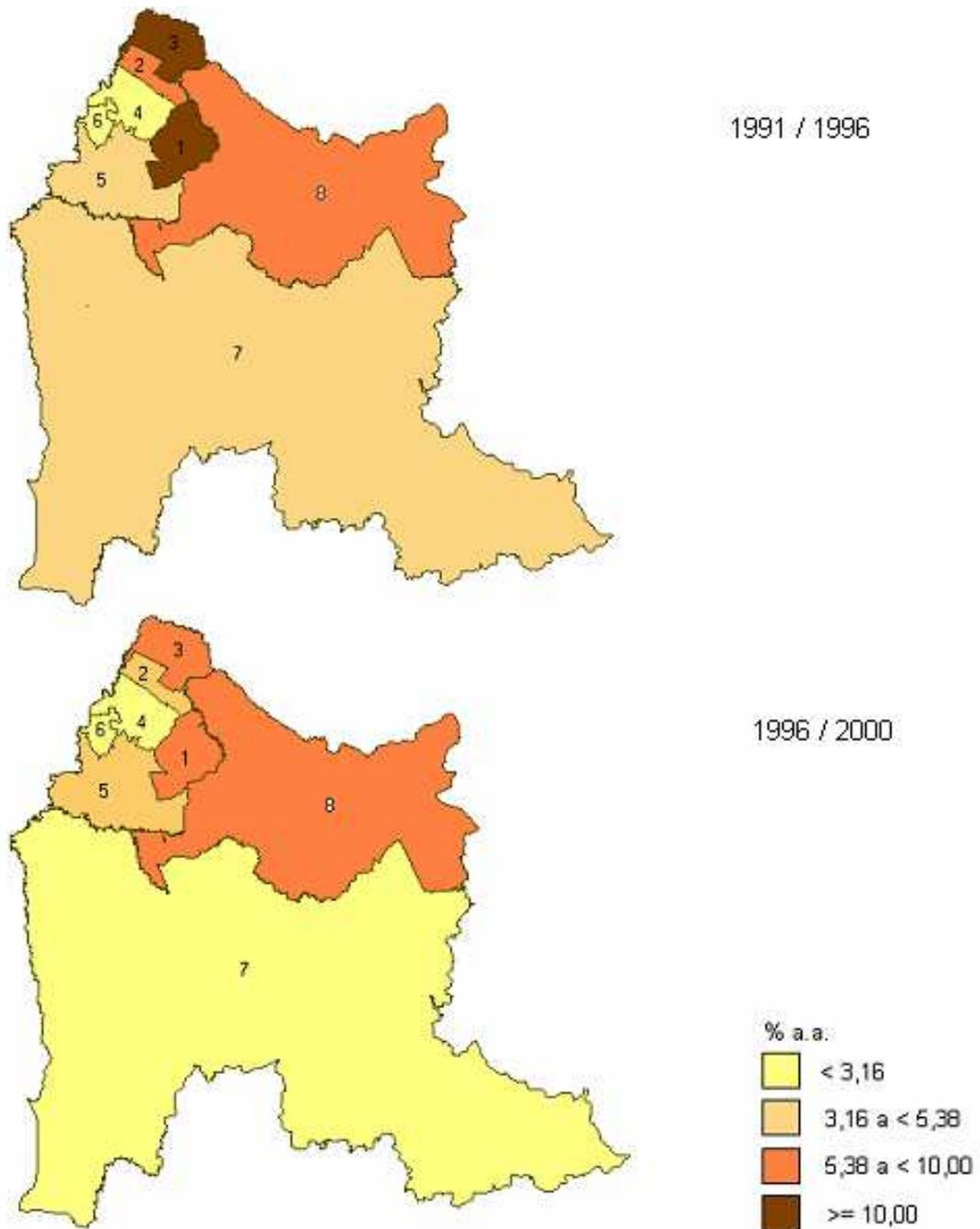
Estas três áreas apresentaram as maiores taxas de crescimento no município: ficaram acima de 7% a.a. nos dois sub-períodos, o de 1991-1996 e o de 1996-2000 (figura 10). Em termos absolutos o maior aumento verificou-se na área que corresponde ao bairro Jardim Ipê, que recebeu 18 mil pessoas, sendo quase 11 mil na primeira metade da década.

No segundo período, 1996-2000, também em termos absolutos, o maior crescimento foi verificado na AED n° 8, que, além de áreas rurais, compreende os bairros Renault⁴ e Borda do Campo. Foram 7,6 mil novos moradores. Neste caso, provavelmente, a instalação do Distrito teve um importante papel neste crescimento. Não necessariamente pelas oportunidades de trabalho, mas, possivelmente, pela melhoria da infra-estrutura instalada como água, luz e transporte coletivo, e das condições de acesso à área do Distrito.

Esta importância pode ser precisada ao se observar apenas os dados referentes aos dois bairros: Renault e Borda do Campo (ver tabela 8). Enquanto a taxa de crescimento, no período 1996/2000, foi de 7,10% a.a. para a AED 8 como um todo, a taxa correspondente apenas aos dois bairros foi de 8,25 % a.a. Quase 60% do crescimento da AED neste período concentrou-se nos dois bairros.

⁴ O bairro Renault corresponde a área do Distrito, sendo que este engloba não apenas parte da área para fins industriais, como também para fins residenciais.

FIGURA 10 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO AEDs – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Referências: para definir as classes de taxas de crescimento anual foram consideradas as taxas, no período 1991/2000, da RMC (3,16 a.a.) e de São José dos Pinhais (5,38 a.a.).

Fonte: IBGE
Org: Paulo Delgado

Vale ressaltar, no entanto, que estas áreas antes mesmo da implantação do Distrito, em 1996, vinham num processo significativo de crescimento populacional. A explicação para este fato pode estar na proximidade com a BR-277, um dos principais vetores de crescimento de São José, e de ligação da RMC com o Porto de Paranaguá.

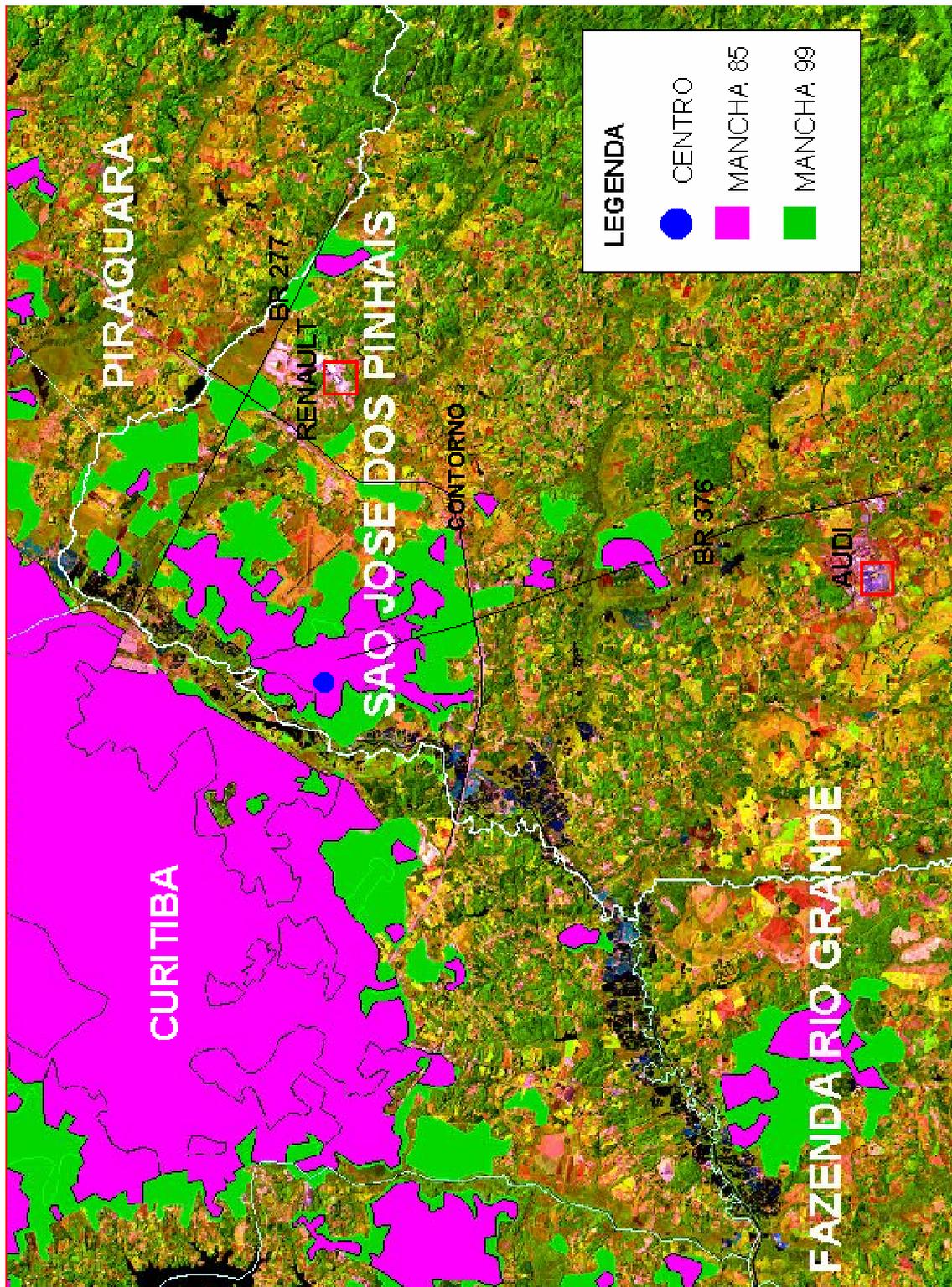
Outro dado que chama a atenção, com relação a estas áreas de ponderação, é que houve, no período de 1996-2000, um crescimento relativo importante na AED n° 6, a qual se estende da região central da cidade até a Vila São Domingos, nas margens do Rio Iguaçu. A acessibilidade à Curitiba, através da Rua Marechal Floriano, deve ser o fator que favorece o crescimento populacional. Além disso, há que se considerar que esta AED, ao mesmo tempo, em que constitui importante espaço de moradia para segmentos de classe média, possui algumas áreas de ocupação irregular.

Outro eixo que pode estar se transformando em um importante vetor de crescimento é o Contorno Leste⁵. A parte do bairro Rio Pequeno, com forte crescimento na década, que apresenta maior adensamento populacional está próximo do referido eixo.

A figura 11, que apresenta a evolução da mancha urbana em São José dos Pinhais, no período 1985-1999, permite visualizar a importância desses eixos na conformação do espaço urbano do município, mas também a referência da fronteira com Curitiba como área de expansão.

⁵ O Contorno Leste é um trecho da BR-116 construído para desviar o tráfego pesado da área urbana dos seguintes municípios do aglomerado: São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara e Curitiba.

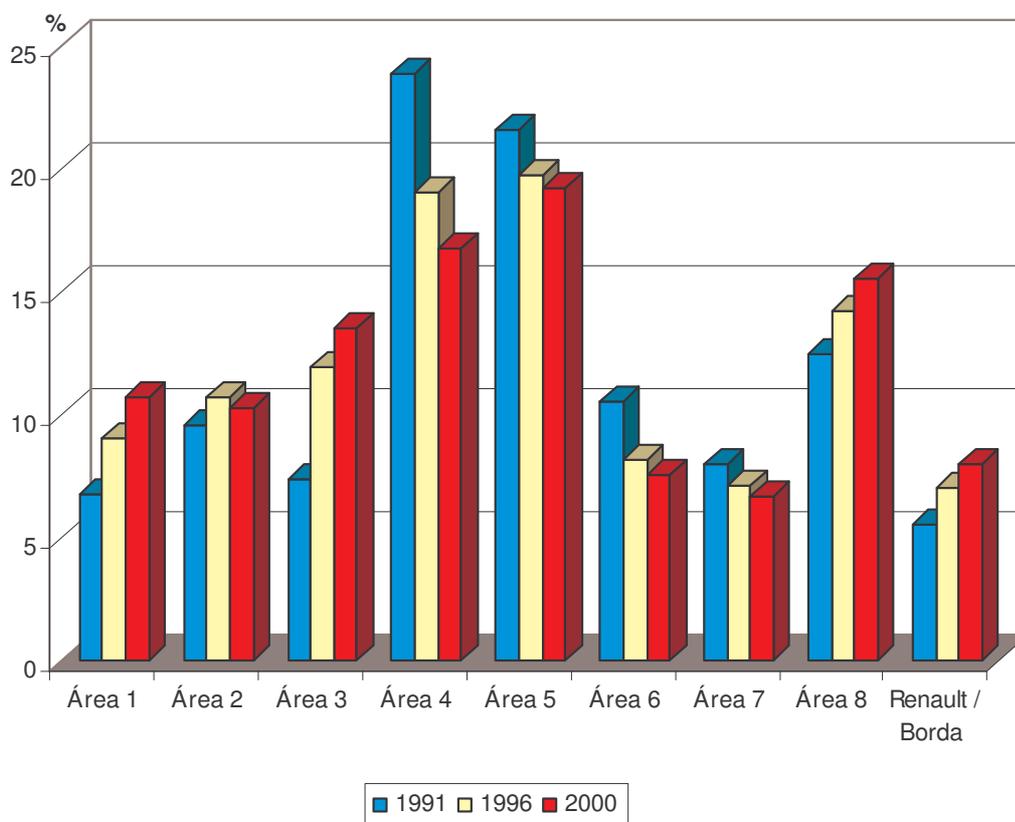
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA – SÃO JOSE DOS PINHAIS



Fonte: COMEC
Org: Paulo Delgado

Em 1991, a área mais populosa era a AED 4, correspondente aos bairros Afonso Pena e Aviação, onde residiam cerca de 30 mil pessoas. Essa área apresentou a menor taxa de crescimento na década (1,30 % a.a.), perdendo sua posição de área mais populosa para a AED 5, que envolve um conjunto de bairros na porção central do município, nas duas margens do eixo avenida Comendador Franco/BR 376 (GRÁFICO 3)

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1991/1996/2000



Fonte: IBGE

Org: Paulo Delgado

O Gráfico 3 permite uma outra conclusão. A AED 8, onde localiza-se o Distrito Industrial, já ocupava, em 1991, a terceira posição entre as AEDs mais populosas, sendo a única entre as três mais adensadas que ampliou sua participação na população do município, na última década. Pode-se verificar ainda o salto registrado na participação da AED 3, correspondente ao Jardim Ipê.

3.3 CONDIÇÕES DE VIDA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – PERSPECTIVAS MUNICIPAL E INTRA-URBANA

O crescimento acelerado registrado nas últimas décadas na Região Metropolitana de Curitiba trouxe também uma grande demanda, típica dos processos de urbanização dos grandes centros, por habitação, saneamento, saúde, educação, trabalho e lazer. O crescimento desordenado das cidades e a falta de preparo do poder público para o enfrentamento destes problemas sociais deixaram um contingente de pessoas à própria sorte, que, individualmente, buscou alternativas de sobrevivência, como habitar áreas periféricas, em geral de riscos, e entrar no mercado informal na falta de um posto de trabalho com carteira assinada.

São José dos Pinhais foi um dos municípios que registrou um crescimento populacional bastante significativo nos anos 90. Neste período a taxa de urbanização do município aumentou, alcançando cerca de 90% dos habitantes do município, que passaram a morar na cidade.

Para verificar em que condições sociais essa população se encontra, serão utilizadas algumas informações do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado pelo PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro. As informações referem-se aos anos 1991 e 2000, permitindo verificar a evolução no último período intercensitário.

No que diz respeito à estrutura etária da população são-joseense os números são os seguintes: do total da população em 2000 (204.316), foram registradas 62.116 pessoas com menos de 15 anos (30,40%); 134.760 na faixa dos 15 aos 64 anos (65,96%) e 7.440 com 65 anos ou mais (3,64%). Os indicadores de longevidade e mortalidade melhoraram no período analisado. A taxa de mortalidade de até um ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) era de 34,6 em 1991; em 2000, caiu para 16,9. A esperança de vida ao nascer cresceu dos 66,6 anos, em 1991, para 70,8 anos, em 2000.

No que tange à educação, a taxa de analfabetismo caiu de 7,7%, em 1991, para 4,2%, em 2000, na faixa etária de 7 a 14 anos. Já na faixa dos 10 aos 14 anos, este índice passou de 3,0% para 0,6%, no período. Dos 15 aos 17 anos, a queda registrada foi de 1,4% para 1,2%. Na faixa dos 18 aos 24 anos, a taxa de

analfabetismo que era de 2,8%, em 1991, foi reduzida à metade, chegando a 1,4% em 2000. Na população adulta, 25 anos ou mais, o número de analfabetos também caiu. Em 1991, a taxa era de 11,2% e, em 2000, passou a 7,0%. Os indicadores apresentados indicam melhoria no atendimento à população jovem.

Os indicadores de frequência escolar pelos jovens reforçam o ponto: registro de importante avanço, mas com certo contingente de jovens ainda fora da escola; fato que merece destaque por tratar-se daquele nível mínimo de escolaridade que o mercado de trabalho vem exigindo atualmente. Dos sete aos 14 anos, este índice subiu de 86,5%, em 1991, para 94,8%, em 2000.

Entre os jovens de 10 a 14 anos, o crescimento foi de 84,9% para 93,9%, no mesmo período. Houve grande avanço entre aqueles com idade entre 15 e 17 anos, com a taxa de frequência passando de 47,3%, em 1991, para 71,8%, em 2000. A média de anos de estudo também cresceu no período, passando de 4,9 para 6,1 anos de estudo.

As informações do Atlas de Desenvolvimento Humano mostram que a renda *per capita* média do são-joseense cresceu, em termos reais, 34,4% no período analisado. Conforme os números levantados, a renda *per capita* média passou de R\$ 231,55, em 1991, para R\$ 311,29, em 2000. A proporção de pobres, medida pelo número de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 (equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) caiu, pois, em 1991, era 19,1% e, em 2000, passou a 15,4%.

Por outro lado, a desigualdade de renda aumentou. O índice de GINI, que mede a desigualdade de renda, teve um ligeiro crescimento: passou de 0,49, em 1991, para 0,52, em 2000.

O crescimento da renda, expresso pela média municipal, foi apropriado de modo desigual entre os diversos segmentos populacionais. Conforme o indicador de renda apropriada por estratos da população, em 1991, os 20% mais pobres possuíam 4,3% de toda renda pessoal no município; em 2000, eles passaram a deter apenas 3,4%. Os 20% mais ricos tiveram sua participação aumentada de 54,5%, em 1991, para 57,0%, em 2000.

No mesmo período, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São José dos Pinhais cresceu 9,19%, passando de 0,729 para 0,796. A educação foi o indicador que mais contribuiu para esta melhoria. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), São José dos

Pinhais está classificado entre os municípios com médio desenvolvimento humano, entre 0,500 e 0,800. Na RMC, Curitiba, Pinhais e Araucária situam-se como de alto desenvolvimento.

São José ocupa a 637^a posição no *ranking* nacional e a 28^a no âmbito estadual. De acordo com a análise do Atlas de Desenvolvimento Humano, caso continuasse com esta taxa de crescimento do IDH, São José dos Pinhais levaria 14,2 anos para chegar ao IDH do município mais bem colocado no país, São Caetano do Sul (0,918); ou, ainda, levaria 7,2 anos para alcançar o melhor entre os paranaenses, no caso, a capital do Estado com IDH de valor 0,856.

A análise acima opera com indicadores que expressam o padrão médio do município, não permitindo verificar as desigualdades sociais no seu interior. Daí a necessidade de trabalhar na escala intra-urbana, abordagem que permitirá complementar nossa compreensão da estrutura urbana de São José dos Pinhais, através da qualificação do perfil populacional em cada uma das AEDs.

A verificação, através das áreas de ponderação, revelou que as diferenças sócio-econômicas entre os moradores de São José reproduzem um modelo presente na grande maioria dos municípios brasileiros: uma grande desigualdade social que, por sua vez, produz uma cidade também com contradições e grandes diferenças socioespaciais.

A análise por AEDs possibilitou identificar, por exemplo, de acordo com a renda familiar mensal, onde estão as famílias com menores e maiores rendimentos. E a constatação foi que, esta configuração segue a lógica de ocupação das cidades brasileiras: quanto maior a renda, melhor também é o local de moradia, mais próximo da área central, com melhor infra-estrutura instalada. E quanto menor a renda, piores são as condições de habitação desta população. Em geral, áreas periféricas, de invasão, vulneráveis a risco ambiental e com infra-estrutura precária.

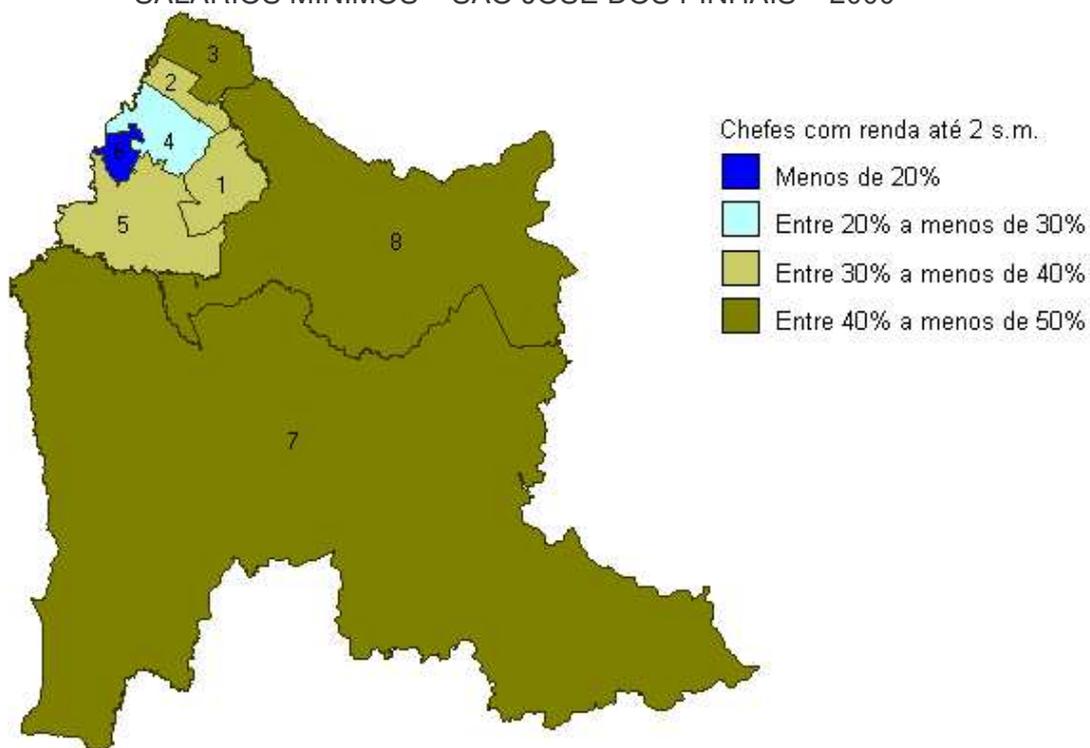
Considerando-se as famílias cujos responsáveis ganham até dois salários mínimos mensais, há três áreas em que a sua participação supera 40% do total de famílias residentes no local: as áreas 7 (48,34%), 3 (45,64%) e 8 (44,50%). Estas áreas equivalem aos bairros Del Rey, Jardim Ipê, Jardim Alegria, Renault e Borda do Campo (FIGURA 12). No outro extremo, das famílias com rendimento mensal superior a 10 salários mínimos, destacam-se as das AEDs 6, 4 e 5, onde, respectivamente, 26,21%, 14,29% e 10,70% dos responsáveis tinham esse nível

de rendimento. Estas AEDs correspondem aos bairros Cidade Jardim, Centro, São Cristóvão, Afonso Pena, São Pedro, Braga e Itália (FIGURA 13).

Quanto aos dois indicadores de renda, chama a atenção a situação das AED 5, que, como visto anteriormente, é a área mais populosa do município. Esta área possui um elevado percentual de chefes de menor renda (31,49%), mas destaca-se também pela participação daqueles situados no estrato superior (10,70%).

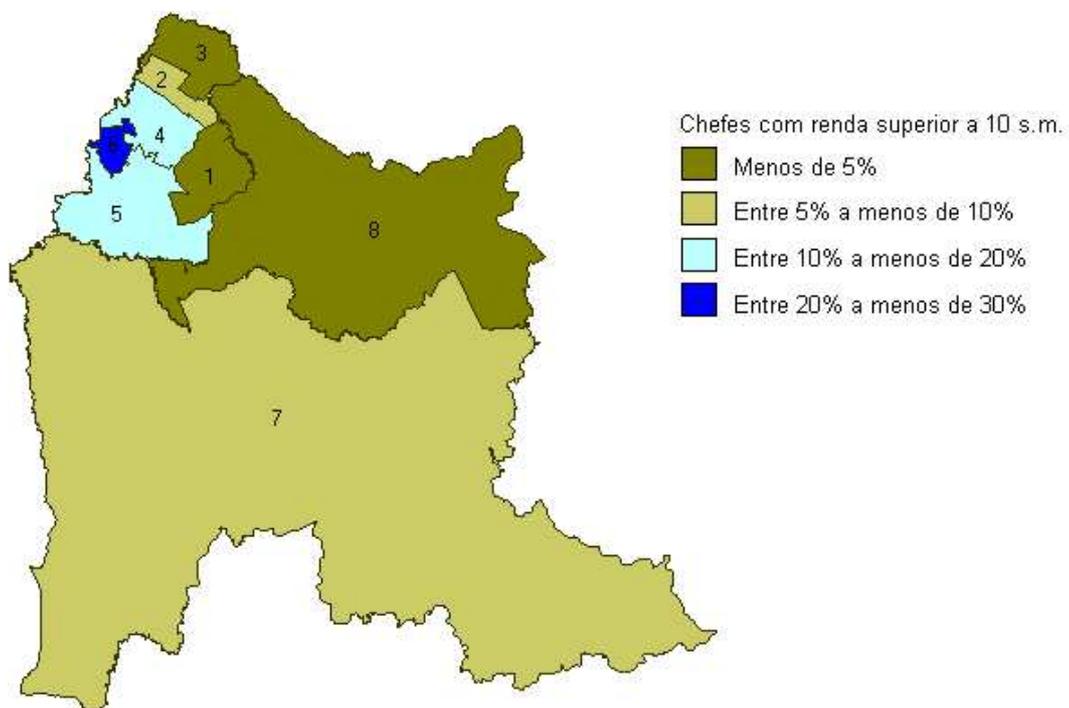
Com relação a esta situação, cabe adiantar dois aspectos que serão detalhados nos próximos itens. Primeiro, enquanto porções desta AED se consolidam enquanto local de moradia de setores médios e altos, registra-se a presença nela de várias ocupações irregulares. Segundo, entre as AEDs que fazem fronteira com Curitiba, a AED 5 é a que possui a menor proporção de pessoas se deslocando para outros municípios para trabalhar ou estudar. Estes dois aspectos podem estar relacionados com o fato da população de baixa renda encontrar oportunidades de trabalho (serviços pessoais e domésticos) junto ao segmento médico em consolidação.

FIGURA 12 - PERCENTUAL DE CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2000



Fonte: IBGE
Org: Paulo Delgado

FIGURA 13 - PERCENTUAL DE CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA SUPERIOR A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2000



Fonte: IBGE
Org: Paulo Delgado

Os Indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano não compreendem todas as dimensões que refletem a qualidade de vida da população. O acesso à terra e a moradia, por exemplo, não estão contemplados no Atlas, porém, são fundamentais não apenas em função da dimensão socioespacial, mas, sobretudo, pelo fato de o acesso a habitação ser uma variável crucial a qualidade de vida.

De acordo com dados da própria Prefeitura de São José dos Pinhais, aproximadamente 14 mil pessoas vivem, hoje, distribuídas em 50 áreas de invasão ou ocupação⁶ dentro do município. O maior destes agrupamentos é o Jardim Alegria, uma invasão localizada dentro dos limites do Jardim Ipê, que possui, segundo a Prefeitura, 1.125 famílias morando na área, totalizando 5.400 pessoas.

Esta ocupação localiza-se em uma das áreas que registraram elevado incremento populacional, em torno do principal vetor de crescimento do município, a BR 277. Esta área de ponderação, a n° 3, compreende a Região do Jardim Ipê. Do total de 24.095 moradores de cinco ou mais anos de idade⁷, 31,10% (7.494 pessoas) mudaram para lá na segunda metade da década de 90. Esta área foi, também, a que mais recebeu migrantes oriundos de municípios da própria RMC (3.595 pessoas). Outras 3.015 pessoas vieram de localidades do interior paranaense.

A região com menor número de imigrantes fica mais ao sul de São José, equivale à área n°. 7 do IBGE. Passaram a residir ali, no período 1995/2000, 1.472 novos moradores, em um total de 12.190 pessoas de cinco anos ou mais de idade, ou seja, os imigrantes representam apenas 12,08% da população local. Nesta porção Sul, estão parte da área rural do município e alguns bairros urbanos como Del Rey, São Marcos Audi e Miringuava.

O indicador de analfabetos funcionais, chefes de famílias com até três anos de estudos, tem uma forte ligação com a situação econômica do pesquisado. Neste caso, a concentração maior, em termos percentuais, está na área de ponderação n° 7 (41,56%), onde 1.613 chefes de famílias não chegaram a concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental. Em valores absolutos, a área que abriga o maior número de analfabetos funcionais é a área 5, que equivale aos

⁶ A Prefeitura de São José considera **invasão** quando o morador apropriou-se indevidamente da área e **ocupação** quando o morador teve a concessão de ocupar a área.

⁷ Para cálculo da imigração de data fixa, ou seja, as mudanças ocorridas nos 5 anos anteriores à data do Censo, é considerada apenas a parcela da população com 5 anos ou mais de idade.

bairros Parque Iguazu, São Domingos e Colônia Rio Grande. Dos 11.240 responsáveis familiar, 2.530 (22,51%) têm até três anos de estudo. E, por outro lado, os bairros com menor número de chefes de família com pouca escolaridade localizam-se na área 6, onde encontra-se o centro da cidade: são 623 chefes de famílias, representando 13,36% do total da área.

Este quadro se inverte quando o que está sendo analisado é a condição de escolaridade com 11 anos ou mais de estudo. Em termos percentuais, a melhor área é a 6, com 44,50%. E, em números absolutos, é a área 4, dos bairros Afonso Pena, Independência, Aviação e Iná, com 3.403 (33,34%) de um total de 10.207 chefes de família com 11 anos ou mais de estudo. E, de outro lado, a pior situação é da área 7, onde, dos 3.881 chefes, apenas 318 (8,14%) concluíram o ensino médio.

Esta área 7 é, também, a que apresenta a pior situação entre os domicílios particulares permanentes urbanos. Considerando-se como adequados os domicílios com água, luz, coleta de lixo e densidade de, no máximo, dois moradores por quarto, verifica-se que na área 7 somente 7,82% se enquadram nos critérios já mencionados. As melhores áreas são a 6 com o melhor percentual: 86,48%, o que significa 3.886, de um total de 4.493 domicílios: e a área 4 que apresenta o melhor número absoluto. São 7.615 (79,48%), de um universo de 9.582, atendidos com os serviços de água, energia elétrica, coleta de lixo e a densidade de dois moradores por dormitório da casa.

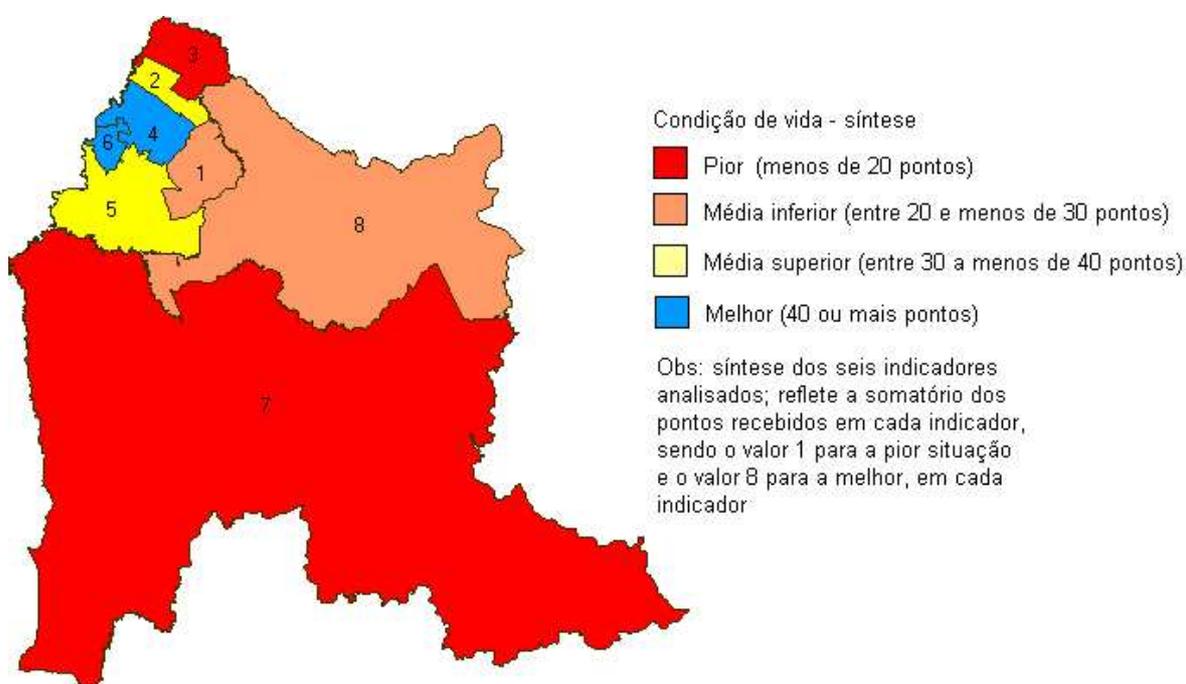
Quanto ao mercado de trabalho, de um modo geral, os moradores das áreas 4 e 5 apresentam os maiores índices percentuais e absolutos de trabalhadores com carteira assinada. A pior situação, de novo está na área 7: dos 6.332 trabalhadores, apenas 1.906 (30,10%) estão no mercado formal de trabalho.

O município de São José dos Pinhais apresenta índices razoáveis de atendimento às chamadas políticas públicas sociais. No entanto, as desigualdades aparecem quando se reduz a escala de análise e o recorte espacial passa a ser as áreas de ponderação do IBGE. A Figura 14 é uma síntese dos seis indicadores acima analisados: renda do chefe da família (até 2 e superior a 10 salários mínimos); analfabetismo funcional e alta escolaridade dos chefes; adequação dos domicílios urbanos e grau de formalização do trabalho. Ela

representa o resultado de um sistema de ponderação para cada indicador, com valores, atribuídos à cada AED, variando de 1, a pior situação, até 8, a melhor.

As duas áreas com melhor situação (4 e 6) foram as que apresentaram menor crescimento populacional na década, sendo também de ocupação mais antiga. Entre as piores (áreas 3 e 7) vale diferenciar o seu perfil: a área 7 possui ainda importante parcela de sua população dependente de atividades rurais, enquanto a área 3 é típica dos processos de periferização da pobreza, concentrando algumas das maiores ocupações do município.

FIGURA 14 – SÍNTESE DA CONDIÇÃO DE VIDA NAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2000



Fonte: IBGE
Org: Paulo Delgado

Desta forma, descortina-se uma condição socioespacial absolutamente dependente da situação de renda dos moradores. As áreas mais carentes situam-se nos extremos dos principais vetores de crescimento das últimas décadas (a Br-277, a Br-376 e o Contorno Leste), além de envolver, também a parcela da população rural do município. Por outro lado, há uma forte expansão de setores médios e altos para as áreas 2 e 5, situadas nas proximidades dos bairros mais antigos e consolidados de São José dos Pinhais.

Aqui, como na grande maioria das cidades produzidas à luz de uma sociedade capitalista, quem tem maior poder aquisitivo tem também o acesso aos melhores bairros e às melhores moradias. Para os excluídos ou para àqueles que estão próximos à linha de pobreza, a carência é total. Desde o lote de terra, passando por habitações dignas até o atendimento com serviços públicos como saneamento, iluminação, transporte coletivo, escolas e postos de saúde.

3.4 TRABALHO: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

O trabalho constitui-se em importante elemento para a discussão da ordem socioespacial metropolitana. Através de sua caracterização podemos não apenas captar a dimensão da integração do espaço, que dá sentido à noção de uma entidade espacial distinta, o aglomerado metropolitano, como, através da associação entre categoria ocupacional e local de moradia, verificar as divisões sociais manifestas nessa espacialidade.

Neste subitem, objetiva-se, inicialmente, verificar como evoluiu o mercado de trabalho em São José dos Pinhais. Em um segundo momento, pretende-se caracterizar a população de acordo com a sua situação ocupacional e buscar as inter-relações entre o mercado de trabalho local e o metropolitano.

Para analisar a evolução do mercado de trabalho local foram utilizados dados do Ministério do Trabalho/RAIS, sobre o número de empregos formais, ou seja, os empregos com abrigo na legislação trabalhista.

No que se refere às informações da RAIS, estabeleceu-se dois períodos de análise - 1992-1996 e 1996-2002, tendo como referência o ano em que se iniciou a implantação do distrito industrial da Renault. Os dados da tabela 8 permitem concluir que, no período inicial, o crescimento de postos de trabalho no aglomerado metropolitano foi bastante reduzido, cresceu apenas 6,9%. Mesmo assim, São José dos Pinhais aparece com uma taxa ligeiramente superior (18,2%), possivelmente expressando o impacto do início das obras do distrito (TABELA 9). O baixo crescimento do emprego, neste período, foi geral em todo o Paraná.

TABELA 9 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1992/2002

ÁREAS	1992	1996	2002	1992/1996		1996/2002	
				%	abs.	%	abs.
Aglomerado Metropolitano	595.796	637.034	747.026	6,9	41.238	17,3	109.992
Curitiba	497.404	535.907	585.972	7,7	38.503	9,3	50.065
São José dos Pinhais	21.712	25.655	43.674	18,2	3.943	70,2	18.019
Aglomerado (exclusive pólo e SJP)	76.680	75.472	117.380	-1,6	-1.208	55,5	41.908
RMC	607.821	646.644	763.938	6,4	38.823	18,1	117.294
Paraná	1.292.211	1.445.070	1.812.631	11,8	152.859	25,4	367.561

Fonte: MTE/RAIS

Org: Lílian Tavares

Já no período 1996-2002, chama a atenção o crescimento de empregos em São José dos Pinhais, com o aumento de 70,2% contra um crescimento de 9,3%, para Curitiba, e 25,4% para o Paraná. Merece destaque o fato de que, além de São José, os outros municípios do aglomerado, excetuando-se o pólo e São José, cresceram 55%. Fato que se deve, possivelmente, aos investimentos ocorridos na Região neste período, não só na indústria, mas também, em outros setores como comércio, serviços, serviços públicos e, ainda, em função de alguns destes setores, inclusive o automotivo, terem se beneficiado com o aumento das exportações a partir de 2000.

A RAIS nos indica, também, quais setores cresceram dentro do município. No primeiro subperíodo, chama atenção o crescimento, em termos relativos, da construção civil (112,2%), do comércio (76,7%) e do segmento material de transportes (80,4%). Estes dados corroboram a análise anterior de que já se fazia sentir, em 1996, os primeiros impactos dos novos investimentos sobre o município. Além disso, há que se lembrar que, independente destes investimentos, São José vinha apresentando intenso crescimento populacional, fato que favorece atividades como o comércio e a construção civil (TABELA 10).

Ainda segundo estas informações, verificamos que no segundo subperíodo, mais intenso em termos de crescimento do emprego, a indústria e os serviços se destacam, alcançando variações superiores a 70%. Dos 18 mil novos empregos, oito mil foram gerados pela indústria, sendo 4,3 mil no setor automotivo; no setor de serviços foram gerados 6,5 mil e outros 2,7 mil no comércio. Em São José, num período de 10 anos, 1992-2002, dobrou o número de emprego formal, sobretudo, depois da implantação do Distrito Industrial.

TABELA 10 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E EVOLUÇÃO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1992/2002

SETOR DE ATIVIDADE	1992	1996	2002	1992/1996		1996/2002	
				%	ABS	%	ABS
Agropecuária	106	325	358	206,6	219	10,2	33
Indústria	10.603	11.440	19.458	7,9	837	70,1	8.018
material de transportes	418	754	5.067	80,4	336	572,0	4.313
Construção civil	600	1.273	1.969	112,2	673	54,7	696
Comércio	2.352	4.157	6.910	76,7	1.805	66,2	2.753
Serviços	6.879	8.432	14.979	22,6	1.553	77,6	6.547
Não definido	1.172	28	0				
Total	21.712	25.655	43.674	18,2	3.943	70,2	18.019

Fonte: MTE/RAIS

Org: Lílian Tavares

As informações obtidas através do Censo Demográfico 2000 nos dão indicação da população ocupada, quanto e onde ela reside no município. Diferentemente da RAIS, ela capta todo tipo de ocupação existente no município. São José registrava, em 2000, 85,6 mil pessoas ocupadas. A indústria era responsável por 24,8% deste total, dando ocupação a 21 mil pessoas (TABELA 11).

A distribuição setorial da ocupação permite verificar a composição social em cada área de ponderação do IBGE. Verificamos que a área de ponderação 7 é marcada pela presença mais acentuada de trabalhadores ligados às atividades rurais/agropecuárias, os quais representam 38,4% do total de ocupados. Vale lembrar que é nesta área que se localiza a Audi e que ela foi uma das áreas com menor incremento populacional na última década em função, basicamente, do entorno deste distrito ser formado por pequenas propriedades rurais, algumas de lazer, outras de moradia.

Na área 8, onde localiza-se a Renault, existe um segmento importante de trabalhadores rurais, porém predominam as atividades urbanas, com certo acento em algumas atividades típicas de segmentos mais populares, como os serviços domésticos e a construção civil, que representam, respectivamente, 11,2% e 12,7% do total de ocupados. A indústria também apresenta importante participação (20,9%) neste total. Na realidade, como esta área é territorialmente extensa, ela envolve duas realidades distintas: uma ligada à ruralidade que marcou a história do município e outra, mais recente, ligada à expansão

metropolitana, principalmente na parcela que corresponde ao entorno do distrito industrial.

TABELA 11 - POPULAÇÃO OCUPADA E DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2000

SETOR DE ATIVIDADE	ÁREA DE PONDERAÇÃO								TOTAL
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	Área 8	
Agropecuária	429	62	163	86	333	36	2.429	1.388	4.927
Indústria	2.785	2.852	2.773	3.465	4.374	1.195	1.177	2.576	21.195
- material transporte	275	354	281	547	657	216	50	445	2.825
Construção civil	1.051	1.162	1.897	1.046	1.653	435	361	1.568	9.171
Comércio	1.415	1.564	1.520	3.165	3.266	1.778	445	1.760	14.914
Serviços produtivos, sociais e administrativos	1.998	2.552	2.875	5.879	5.838	2.997	1.202	3.512	26.853
Serviços pessoais e domésticos	772	816	1.303	958	1.359	478	593	1.378	7.657
Não definida	113	67	73	163	51	133	125	164	890
Total	8.562	9.076	10.604	14.763	16.872	7.051	6.332	12.346	85.607

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR									
Agropecuária	5,0	0,7	1,5	0,6	2,0	0,5	38,4	11,2	5,8
Indústria	32,5	31,4	26,1	23,5	25,9	16,9	18,6	20,9	24,8
Construção civil	12,3	12,8	17,9	7,1	9,8	6,2	5,7	12,7	10,7
Comércio	16,5	17,2	14,3	21,4	19,4	25,2	7,0	14,3	17,4
Serviços produtivos, sociais e administrativos	23,3	28,1	27,1	39,8	34,6	42,5	19,0	28,4	31,4
Serviços pessoais e domésticos	9,0	9,0	12,3	6,5	8,1	6,8	9,4	11,2	8,9
Não definida	1,3	0,7	0,7	1,1	0,3	1,9	2,0	1,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (microdados da amostra)

Org: Lilian Tavares

As áreas 1, 2 e 3 constituem os espaços de baixa renda no município de São José dos Pinhais. É nelas que se registram as maiores participações de trabalhadores industriais, que chegam a representar 32,5% na área 1 (Bairro Renault). Além disso, contam, também, com forte presença de trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos.

Por fim, as áreas 4, 5 e 6 correspondem às áreas urbanas de mais antiga ocupação, onde se destacam os trabalhadores ligados aos segmentos mais organizados do setor de serviços. Nestas áreas, acentua-se, também, a participação de trabalhadores do comércio, confirmando tratar-se de espaços marcados pela maior presença de segmentos das classes média e alta.

A questão da integração metropolitana, avaliada sob a ótica dos fluxos para trabalho ou estudo, coloca São José em uma situação particular entre os municípios do aglomerado metropolitano, pois ele tanto apresenta importantes fluxos de saída, como também de recepção de pessoas. Em 2000, saíram do município 24 mil pessoas, a maioria para trabalhar (TABELA 12), o que representa 11,9% da população.

TABELA 12 - PESSOAS RESIDENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM OUTRO MUNICÍPIO, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 2000

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	ÁREA DE PONDERAÇÃO								TOTAL
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	Área 8	
Pessoas que saem de SJP (a)	1.898	2.644	5.436	4.954	3.127	2.349	218	3.584	24.209
Não trabalham	187	249	738	1007	352	541	30	367	3471
Ocupados	1.710	2.395	4.697	3.947	2.775	1.808	188	3.217	20.737
População total (b)	21.863	20.866	27.588	34.175	39.231	15.305	13.523	31.651	204.202
a / b (%)	8,7	12,7	19,7	14,5	8,0	15,3	1,6	11,3	11,9

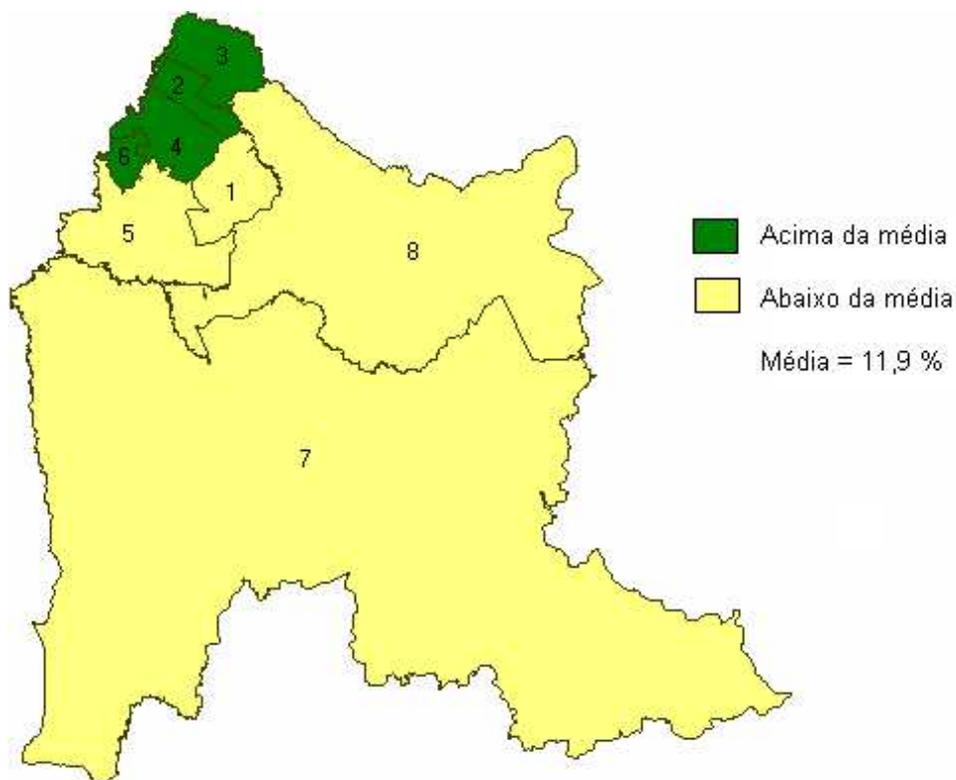
Fonte: IBGE: Censos Demográficos (microdados da amostra)

Org: Lilian Tavares

É da área 3, que abrange o Jardim Ipê e a invasão Alegria que, proporcionalmente, mais pessoas saem para trabalhar fora (19,7% da população). No outro pólo está a área 7, com perfil rural, onde apenas 1,6% de seus moradores dirigem-se para outros municípios.

Quando se considera o número de pessoas que saem para trabalhar ou estudar, aparecem outras áreas do município: a área 6, região central da cidade, com o maior número, e a área 2, Jardim Independência às margens da BR-277, com o menor número de deslocamentos. Observando-se a figura 15, verifica-se que a proximidade com Curitiba amplia as oportunidades de saída. A exceção é área 5, que corresponde aos bairros centrais.

FIGURA 15 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO QUE SE DESLOCA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR FORA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2000



Fonte: IBGE
Org: Paulo Delgado

No que se refere ao contingente de trabalhadores que se desloca para São José dos Pinhais, de um total de 10 mil pessoas no ano de 2000, 72% sai de Curitiba e 25% do aglomerado metropolitano, sendo o restante oriundo de outros municípios da Região Metropolitana e do Litoral. A maior parte dos fluxos que saem do aglomerado tem origem em Pinhais, Piraquara e Colombo. Entre os demais municípios, destacam-se os fluxos de Tijucas do Sul para São José (TABELA 13).

Aqueles que saem do pólo, deslocam-se predominantemente para fins de trabalho; por outro lado, 11,7% dos que saem dos demais municípios do aglomerado vêm para estudar em São José. Com relação ao deslocamento para trabalhar, tanto do aglomerado como do pólo, a maioria das pessoas trabalha nas indústrias; com este fim saem de Curitiba e do aglomerado, respectivamente, 48% e 37,1% das pessoas. Entre aqueles oriundos de outros municípios do aglomerado, 13,5% são trabalhadores da construção civil.

TABELA 13 - PESSOAS RESIDENTES EM OUTROS MUNICÍPIOS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE – 2000

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	ORIGEM			
	Curitiba	Aglomerado	Demais RMC / Litoral	Total
Não trabalha	297	277	3	578
Ocupados	6.653	2.096	325	9.074
Agropecuária	55	53	30	137
Indústria	3.337	879	30	4.246
Construção civil	216	320	62	598
Comércio	973	266	43	1.283
Serviços	1.995	567	161	2.722
Não definida	77	11	0	88
Total	6.951	2.373	328	9.652
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CONDIÇÃO				
Não trabalha	4,3	11,7	1,1	6,0
Total que trabalha	95,7	88,3	98,9	94,0
Agropecuária	0,8	2,2	9,0	1,4
Indústria	48,0	37,1	9,1	44,0
Construção civil	3,1	13,5	18,8	6,2
Comércio	14,0	11,2	13,1	13,3
Serviços	28,7	23,9	48,9	28,2
Não definida	1,1	0,5	0,0	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (microdados da amostra)

Org: Lilian Tavares

3.5 – EXPANSÃO URBANO-INDUSTRIAL E MEIO AMBIENTE

O conflito de usos dos recursos naturais está presente, hoje, na realidade das grandes cidades ou aglomerados urbanos. Fazem parte da agenda de gestão urbana do poder público em todas as esferas, municipal, estadual e federal, mas, entretanto, são poucas as ações concretas que reverteram em processos

positivos que equacionam, de fato, problemas próprios da urbanização dos grandes centros.

Esta situação se apresenta com tal gravidade nas cidades que o governo federal passou a contar, desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu, com um Ministério⁸ criado para promover a articulação e implementação das várias políticas prioritárias à gestão urbana, através de secretarias responsáveis por Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade Urbana e Programas Urbanos.

A RMC tem, também, seu órgão cuja função é a de integração das políticas dos municípios que compõem a Região Metropolitana. A COMEC, criada em 1974, num momento em que esta região passava por um acelerado processo de crescimento populacional. Na verdade, o grande problema deste crescimento estava em para onde estes novos habitantes se dirigiam, ou seja, a maior parcela justamente para a porção Leste da RMC, dentro dos limites das áreas de mananciais, portanto, uma área extremamente frágil do ponto de vista ambiental.

Aliás, o histórico de ocupação do Leste quase sempre foi incompatível com as características naturais da região. Remonta ao final da década de 1950 quando, segundo LIMA (2002), em torno de 76 mil lotes foram aprovados, correspondendo a 33% das aprovações de todo o período de 1949-1994. Naquele período, 80% dos loteamentos situavam-se em Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais, municípios que integram a bacia do Alto Iguaçu.

Esta autora destaque que “o foco da maioria absoluta das primeiras manifestações de processos contemporâneos de parcelamento do solo regional foram as áreas metropolitanas de mananciais de abastecimento público do Leste”, (LIMA, 2000, p. 143).

O próprio Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), elaborado pela COMEC em 1978, apresentava uma preocupação com a porção Leste da RMC. Tanto que a preservação dos recursos hídricos e outros, de caráter ecológico,

⁸ Ministério das Cidades tem como missão promover a inclusão social mediante a articulação, a implantação e a implementação - em parceria com todas as esferas do Poder Público e com a sociedade - de programas e ações destinados a universalizar o acesso da população urbana à habitação digna, ao saneamento ambiental e à mobilidade que é dada pelo trânsito e transporte público.

faziam parte de uma das premissas básicas do documento. Já no início do trabalho a referência a esta Região dava-se da seguinte forma: “o posicionamento geográfico de Curitiba, nas cabeceiras do Rio Iguaçu, bem como dos assentamentos urbanos da Região, impedem que o desenvolvimento urbano seja orientado na direção Leste, áreas de terrenos planos, sob pena de esgotarem importantes reservas de abastecimento de água”.

O PDI elaborado em 2001, ainda em discussão, demonstra, também, preocupação com o processo de ocupação do Leste da RMC e ressalta a “busca de garantia do recurso hídrico que ao longo das últimas décadas vem sendo pressionado pela demanda e pela degradação de suas fontes”, (PDI, 2001, p.19). Sobre esta problemática, ANDREOLI et al (1999) alerta para a escassez dos recursos hídricos na RMC que pode acontecer num prazo de 35 anos caso não sejam tomadas medidas para conservá-los.

A despeito das discussões e teorizações a este respeito, a porção Leste da RMC continua sofrendo com ações antrópicas, altamente impactantes à característica ambiental desta área. Além do crescimento urbano, materializado nos loteamentos, sejam eles irregulares ou não, esta porção recebeu, ainda, o Distrito Industrial de São José dos Pinhais e o Contorno Leste, eixo viário que possibilitou a retirada do tráfego pesado da parte urbana dos municípios situados nesta mesma região de mananciais, mas que, porém, cruza esta área de manancial passando, inclusive, próximo da maior barragem de abastecimento público da RMC, a do Iraí, nos limites de Piraquara.

O crescimento desordenado da RMC e a falta de uma política pública habitacional geraram, sobretudo a partir da década de 80, uma onda de ocupações irregulares ou não, em toda a Região, com ênfase, no entanto, nesta porção Leste. Como já foi comentado anteriormente, já na década de 50, o número de lotes oficialmente aprovados pelos municípios que, anos mais tarde formariam a RMC “quebrou todos os recordes registrados até 1994” (LIMA, 2000, p. 145).

Ao todo foram 75.729 lotes aprovados em 13 municípios, o que dá uma média de 5.825 lotes por município em 10 anos, ou um acréscimo de 2.589% se comparado à década anterior. E, deste total, 66,52% estavam situados em três municípios do Leste da RMC, pela ordem, Piraquara, São José dos Pinhais e Pinhais, LIMA (2000).

Na década seguinte, o número de loteamentos aprovados caiu significativamente em cerca de 50%. A ocupação, no entanto, se mantinha na porção leste da RMC. Nos anos 70, inverteu-se, de certa forma, a direção dos loteamentos aprovados. Desta vez aparecem Almirante Tamandaré e Colombo como os detentores do maior número de aprovação de lotes.

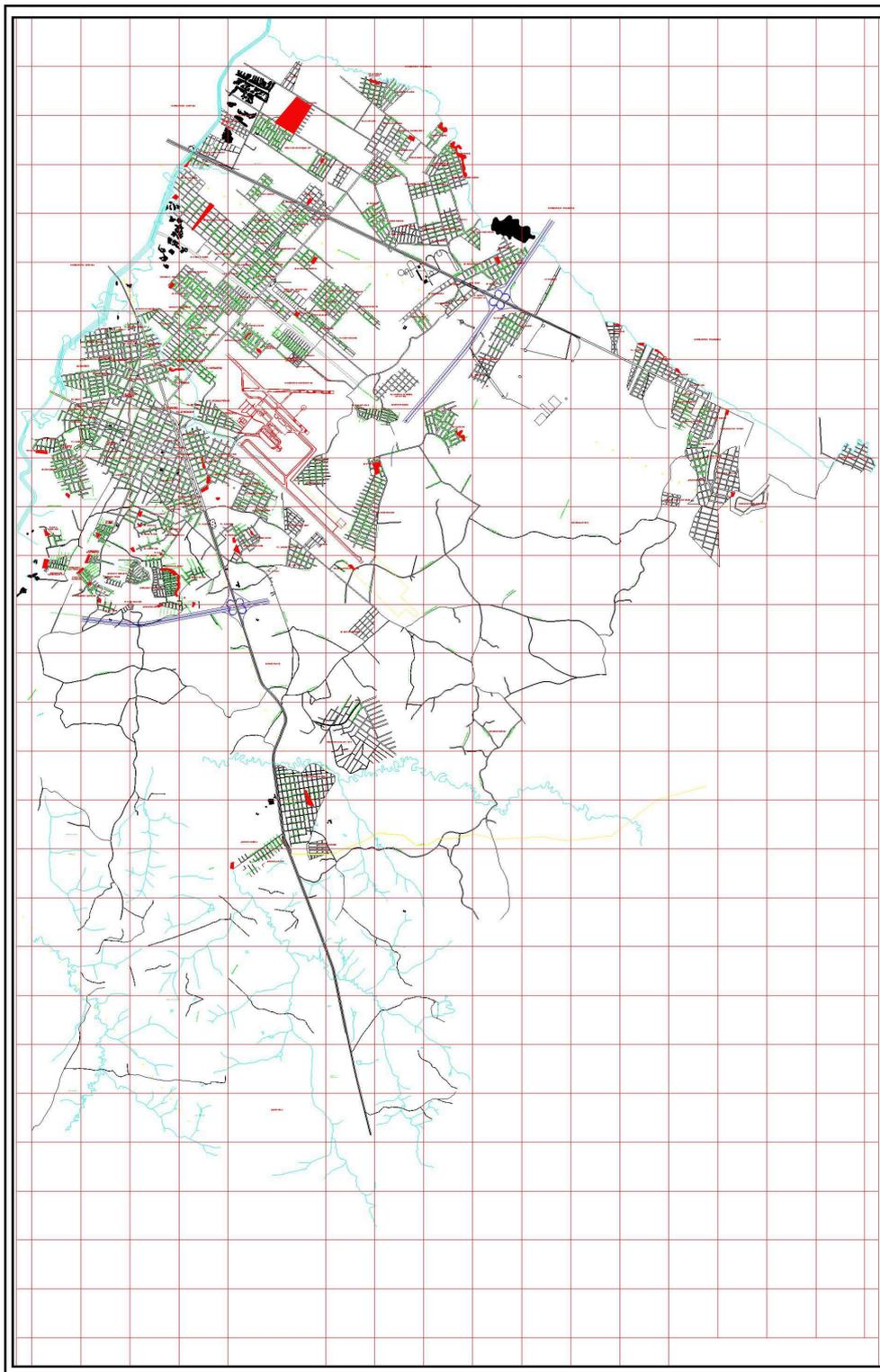
LIMA (2000, p. 156) credita esta redução à Lei Federal 6766/79 “que condicionou a aprovação de loteamentos e parcelamentos urbanos à existência de padrões urbanísticos mínimos para a qualidade das cidades”. E, no período de 1990 até 1994, destaca-se o município de Balsa Nova, localizada a Oeste da RMC, que aparece com números de loteamentos urbanos aprovados a partir dos anos 70. Um percentual baixo, 13,51%, com relação ao total existente até 1994. Porém, Balsa Nova, “é a recordista regional em loteamentos sem data de aprovação (73,55%) do total de lotes até 1994 (LIMA, 2000, p.169).

Esta autora conclui que, no período que compreende 1949 até 1994, São José dos Pinhais foi o responsável por 66,66% dos loteamentos aprovados. O que, segundo esta autora, indica possíveis pistas para a localização e reprodução de áreas de invasão. De acordo com a COMEC (PDI, 2001), o crescimento populacional e a falta de local de moradia foram alguns dos fatores que levaram a ocupação de áreas menos valorizadas, conforme avaliação do mercado imobiliário, em função, principalmente, da legislação que impunha fortes restrições ao uso de lotes localizados em áreas de mananciais.

Os dados da COMEC para as ocupações irregulares dão conta de que São José dos Pinhais possuía em 1992, apenas 581 habitações irregulares, em 1998 este número passou para 3.838 unidades, o que equivale a uma população de 14.201. Segundo dados da Prefeitura de São José, o município apresenta em 2004, um total de 14.267 pessoas morando em habitações improvisadas.

Estas pessoas estão distribuídas em 23 diferentes bairros. A maior ocupação é a do Jardim Alegria, localizada dentro do bairro Ipê, com 5.400 moradores, seguida da ocupação Costeira, com o registro de 1.018 habitantes. De acordo com informações da Prefeitura de São José, não foi registrado no município, nos últimos anos, um número relevante de novas áreas de invasão. O que houve foi um pequeno adensamento populacional nas maiores ocupações (FIGURA 16).

FIGURA 16 – ÁREAS DE INVASÕES/OCUPAÇÕES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de São José dos Pinhais
Org: Karina Pagani

▬▬▬ Áreas de invasão/ocupação

▬▬▬ Áreas de várzea

A implantação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais demandou algumas obras de infra-estrutura, que contribuem para agilizar o escoamento dos bens e mercadorias gerados nos vários processos produtivos da Região: a ampliação e melhoria do Porto de Paranaguá e do aeroporto Afonso Pena, e, ainda, a retomada e conclusão das obras do Contorno Leste, que tem como principal função, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do referido empreendimento, desviar do perímetro urbano da RMC, o tráfego pesado e de longa distância da BR-116.

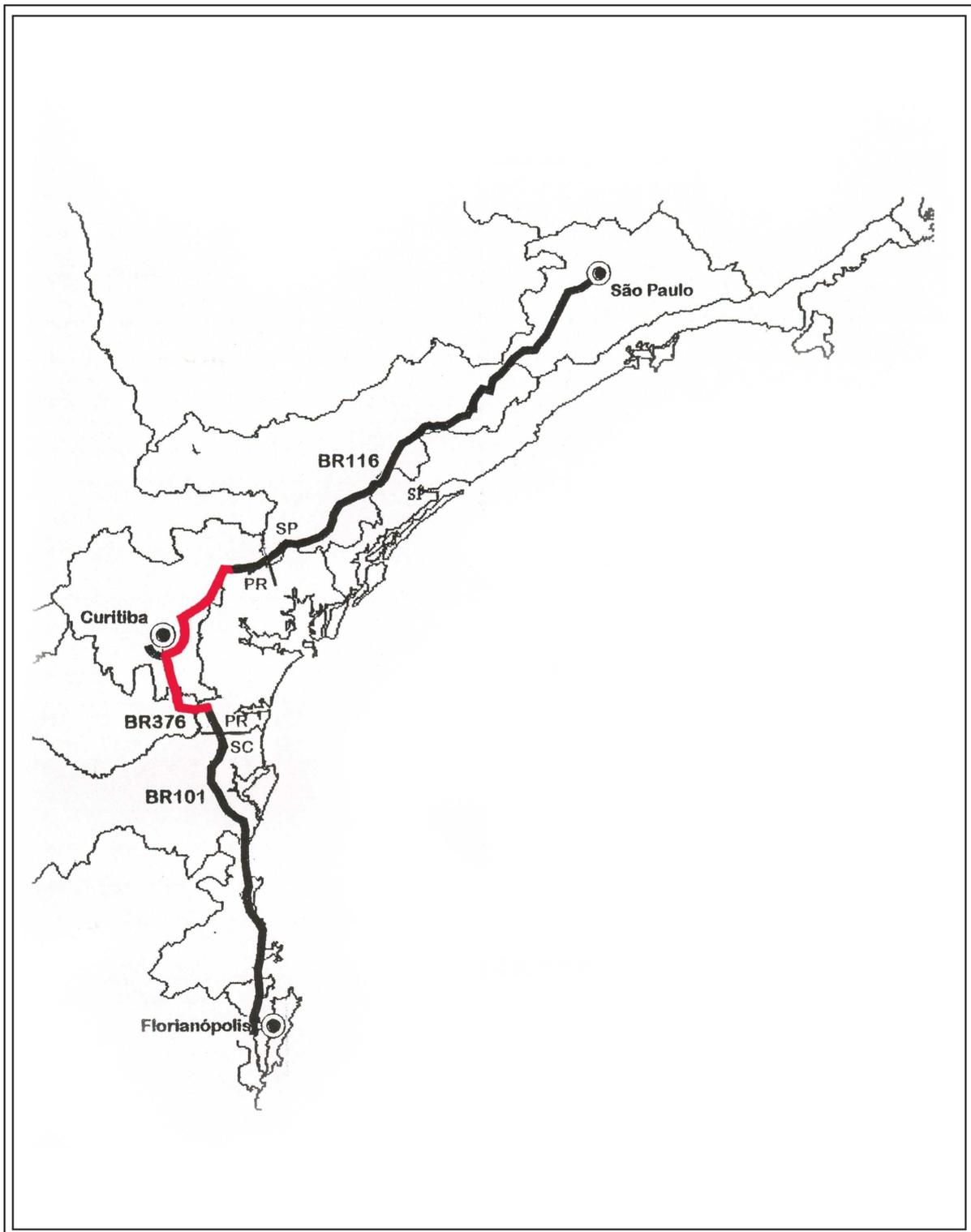
O contorno Leste tem 60 quilômetros de extensão. Começa no município de Quatro Barras, contorna a cidade pela parte leste, segue cortando os municípios de Piraquara e Pinhais, cruza São José dos Pinhais e termina no bairro Tatuquara, em Curitiba, divisa com o município de Araucária.

O contorno passa ao lado de uma das principais barragens para abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba, a do Iraí. Neste trecho, chamado agora de BR-116, e mais o antigo trecho da BR-116 que limita os municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, segundo o Departamento Nacional de Infra-estrutura em Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes, passam diariamente 25 mil veículos, a metade caminhões (cerca de 10% dos caminhões circulam transportando cargas perigosas).

Após esta região, o Contorno cruza, em São José dos Pinhais, o Rio Pequeno, que embora descartado oficialmente como manancial, quando da implantação do Distrito Industrial, nunca deixou de ser utilizado, segundo a Sanepar, pois contribui para a vazão do Rio Iguaçu, pouco antes do ponto de captação.

As obras do Contorno Leste começaram, segundo o DNIT, em 1980. Paralisaram em seguida por falta de recursos e os trabalhos só foram retomados em 1997, junto com a instalação do Distrito Industrial de São José, provavelmente, como mais uma das obras de infra-estrutura implantadas para dar suporte ao escoamento da produção. Este empreendimento, assim como o Distrito, também teve sua implantação questionada por ambientalistas pelo fato de atravessar áreas de mananciais, (FIGURA 17).

FIGURA 17 - CONTORNO LESTE/ BR-116



Fonte: RIMA do Contorno Leste
Org: Karina Pagani

A implantação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais foi cercada de muita polêmica em função do local escolhido para instalá-lo. Foram necessárias duas audiências públicas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, ainda assim, ao final, restaram divergências. Enquanto ambientalistas e representantes de outros segmentos da sociedade civil protestavam contra um empreendimento deste porte em área de manancial, o poder público municipal e estadual, à época, argumentava que aquela área não se constituía em manancial, pois o Rio Pequeno não era e não seria, naquele ponto, utilizado para abastecimento público.

As argumentações oficiais vieram respaldadas em vários artifícios legais. Um deles foi à institucionalização da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pequeno, através de decreto Estadual nº 1752/96, em cujo texto consta a “defesa da qualidade e potabilidade da água do Rio Pequeno”. Segundo projetos da SANEPAR, a água deste Rio seria utilizada no futuro, a montante do Distrito, quando da construção de uma barragem.

Na época das discussões acerca da implantação do Distrito, a SANEPAR justificou o descarte da água do Rio citando o plano diretor de águas de 1991 que indicava que esta área próxima ao empreendimento já tinha certo comprometimento em função de invasões, ocupações de fundo de vale e outros usos do solo incompatíveis com uma área de manancial. Vale salientar que a APA do Rio Pequeno teve seus limites demarcados imediatamente após a área do distrito industrial, conforme já ilustrado, anteriormente. (Ver figura 5). Outro ponto a destacar é que dentro de uma APA o uso e ocupação do solo obedecem a uma legislação bastante restritiva.

A área do Distrito Industrial, conforme consta no RIMA do empreendimento, está localizada no entroncamento de duas rodovias federais, a BR-277 e a BR-376 e, de forma contígua, ao Contorno Leste. Ao todo, o Distrito tem 5,5 milhões de metros quadrados sendo parte desta área destinada às indústrias, parte a habitações e outra parte a um parque linear (RIMA 1996).

Com relação ao aproveitamento hídrico para consumo, o Rima leva em consideração informações da SANEPAR retiradas do Plano Diretor de Águas de 1990 e baseia-se, ainda, na Lei Estadual 8.935, de 7 de maio de 1989, que cita os Rios Pequenos e Itaquí como parte do sistema integrado de abastecimento de

água da RMC e “cujas vazões e qualidade são significativas para a estabilidade do sistema”(RIMA, 1996, p. 138).

O Relatório alerta, ainda, para os riscos que o empreendimento pode trazer quanto à alteração da qualidade da água causada por possíveis lançamentos de efluentes (esgotos) industriais no Rio Pequeno ou em seus afluentes internos à área do empreendimento.

Os possíveis danos que poderiam ser causados a partir de fontes poluidoras industriais não ocorreram. Porém, o descarte definitivo do Rio Pequeno para abastecimento, este sim seria um dano de grandes proporções, pois comprometeria diretamente o abastecimento de cerca de 280 mil pessoas e, de forma indireta, de um número maior, de acordo com informações da SANEPAR. O fato é que, a Companhia de Saneamento do Paraná não deixou de utilizar a água do Rio Pequeno, apesar do desvio construído (e reconstituído) após as duas audiências públicas, com o objetivo de levar a água deste Rio para depois da captação do Rio Iguaçu.

Fato que comprova a importância deste manancial para o sistema de abastecimento de grande parte da população da RMC é que, neste momento, (outubro de 2004), a SANEPAR está discutindo com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para formalizar a reintegração do Rio Pequeno como manancial de abastecimento público.

De acordo com a SANEPAR, esta é uma medida importante em função, basicamente, de dois aspectos: o primeiro de caráter quantitativo, pois, atualmente, todos os mananciais do Altíssimo Iguaçu estão sendo aproveitados em sua capacidade máxima; o segundo aspecto diz respeito à qualidade. Por ser um manancial de boa qualidade, o Pequeno contribuirá para a melhoria da água bruta captada, o que reduzirá, assim, a utilização de produtos químicos no processo de tratamento, sem comprometer, no entanto, a potabilidade da água fornecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser verificado com o desenvolvimento do trabalho, São José dos Pinhais passou, ao longo dos últimos 20 anos, por importantes transformações. A conformação do aglomerado metropolitano o colocou como um importante município, em função, principalmente, de sua localização que passou a ser estratégica na dinâmica da economia regional. O município é cortado por duas importantes rodovias, a BR-277, que faz a ligação com o Porto de Paranaguá, e a BR-376, que liga outras regiões ao Sul do País e ao mercado consumidor do Mercosul, além do Contorno leste que é parte da BR-116.

O crescimento populacional registrado no município, mais acentuado na década de 70, mas que vem se mantendo a taxas elevadas, e a implantação de dois distritos industriais, onde estão instaladas as fábricas de automóveis Audi e Renault, foram fatores, também, de alterações no perfil social, espacial, econômico e ambiental de São José dos Pinhais. Portanto, verificar a relação entre a implantação do distrito industrial e a dinâmica socioespacial em São José foi o objetivo deste trabalho.

A literatura abordada aponta para o fato de os processos recentes de globalização e reestruturação produtiva materializarem a transição dos paradigmas presentes nos processos produtivos do fordismo e do toyotismo ou acumulação flexível. Existem, de fato, alterações importantes nesta transição, tanto na dinâmica produtiva, como também na relação do trabalhador com a empresa e da empresa com seu entorno ou com o local onde está inserida.

Sob o ponto de vista interno, as principais alterações dizem respeito à falta de especialização do empregado que precisa ser flexível para desempenhar várias funções e à modernização do processo produtivo que reduziu drasticamente o número de trabalhadores, principalmente na linha de montagem. A indústria automobilística é um caso típico onde robôs ocupam o lugar de vários operários em tarefas que exigem agilidade e alta precisão no seu desenvolvimento.

Outra problemática ressaltada são as alterações no entorno das fábricas, relacionadas à formação de bairros operários, bolsões de pobreza e a conseqüente demanda por serviços públicos como, por exemplo, saúde,

educação, transporte e, sobretudo, habitação. Entende-se, ainda, que existem outras implicações na implantação de empreendimentos deste porte, como o comprometimento de recursos públicos para viabilizar os novos investimentos produtivos. Entretanto, o presente trabalho centrou sua análise nos impactos socioespaciais que se estabeleceram e na dinâmica do mercado de trabalho que, neste caso específico, foi fundamental para entender algumas das relações espaciais existentes no aglomerado metropolitano.

Assim sendo, pôde-se constatar que, do ponto de vista locacional, o distrito industrial de São José encontra-se num local onde é possível potencializar todas as vantagens existentes como o acesso às BRs, inclusive o Contorno Leste, ao porto de Paranaguá e ao aeroporto Afonso Pena.

Porém, sob o ponto de vista ambiental, esta mesma localização foi o que resultou em aspecto negativo do empreendimento: sua instalação tornou ainda mais frágil e vulnerável a área de manancial do Rio Pequeno, o qual deveria servir ao abastecimento da RMC, em função dos riscos quanto à alteração da qualidade da água causada por possíveis extravasamentos dos esgotos industriais, e, ainda, em função de possíveis acidentes com caminhões transportando carga tóxica uma vez que o tráfego pesado, nesta região, aumentou significativamente.

No que tange a dinâmica demográfica, em particular o possível incremento migratório em função da instalação das indústrias, verificou-se, através das séries históricas do censo, que não ocorreram picos de crescimento populacional a partir de 1996, ano da implantação das indústrias. Os adensamentos mais expressivos, formados pela área de invasão Alegria e pelo Jardim Ipê, estão às margens da BR-277, importante vetor de crescimento do Leste da RMC, sobre o qual já se observava, anteriormente, afluxo populacional.

O Jardim Ipê, junto com outros bairros que também margeiam a rodovia, próximos às fábricas de veículos, foi atendido, inclusive, com serviços de saneamento básico executados pelo programa de Saneamento Ambiental para a RMC (PROSAM) cujas obras foram iniciadas no final do ano de 1995, antes da chegada das indústrias.

Aliás, justamente por ser área de manancial, foi que esta região, mais a porção Leste dos municípios de Curitiba, Pinhais, Piraquara, Colombo e Quatro Barras, recebeu a indicação de atendimento com as obras do PROSAM que tinha

como principal objetivo a recuperação da qualidade da água dos mananciais que compõem a bacia do Altíssimo Iguaçu.

Ainda com relação ao crescimento da população, vale lembrar que o aumento no número de habitantes ocorreu na RMC como um processo único, mais do aglomerado do que individualmente de cada município. As maiores taxas foram registradas, nos períodos mais expressivos de crescimento, nas porções limítrofes ao pólo e, de forma mais acentuada, no Leste metropolitano.

A qualificação do fluxo migratório, segundo sua origem, permitiu verificar a presença de outros processos que vêm adquirindo relevância para entender a expansão urbana na RMC. Trata-se da crescente seletividade do município-pólo, que dá origem a importante fluxo intrametropolitano, responsável por parcela expressiva do incremento populacional verificado no aglomerado metropolitano.

Dois aspectos são fundamentais para se entender a razão de não ter havido uma pressão populacional maior no entorno do distrito. Um relaciona-se ao fato de a população, que ocupa as novas áreas, manter relações com o pólo, principalmente para trabalho. Observou-se que as áreas na fronteira com Curitiba apresentam maior grau de mobilidade do tipo pendular e foram as que receberam os maiores contingentes populacionais..

O segundo aspecto, mais relevante para a temática aqui tratada, da relação entre indústria e organização socioespacial, remete para a questão da arquitetura e da nova organização flexível do trabalho. Além de requerer um número relativamente menor de trabalhadores, as novas empresas organizam-se de modo a prescindir do entorno. Ou seja, a maioria das atividades de apoio, inclusive de atendimento ao empregado, como, por exemplo, alimentação, é suprida no interior da empresa.

Hoje, poucas são as empresas de maior porte que não têm sistema de transporte especial e paralelo ao público para transportar seus empregados para o trabalho e para a moradia. Esta situação pode ser verificada em São José dos Pinhais através das informações que indicam de onde vêm interna ou externamente ao município, os trabalhadores da indústria, com participação expressiva daqueles que vêm de Curitiba e municípios próximos.

Um aspecto relevante resultado da chegada destas empresas em São José foi a geração de empregos, em que pese o fato de o processo de acumulação flexível criar um número relativamente menor do que o processo fordista. Porém,

por pequeno que seja o número de postos de trabalhos de uma nova empresa que se instala, acaba sendo mais positivo do que reestruturar um processo de produção já consolidado, como aconteceu em algumas indústrias do ABC paulista acarretando um número significativo de demissões.

No caso aqui estudado, pode-se observar que o aumento recente do emprego foi, em termos relativos, maior nos municípios do aglomerado metropolitano, como por exemplo, São José dos Pinhais, e que está se consolidando uma nova divisão intrametropolitana do trabalho com essa espacialidade - o entorno do pólo – adquirindo maior relevância no emprego industrial.

Particularmente em São José dos Pinhais, houve um crescimento importante de empregos gerados pelo setor industrial, em especial no segmento material de transporte. O desempenho da indústria, neste sentido, só não foi melhor em função da fabricação de parte de peças e componentes que acontece fora do Estado/País. À propósito, o governo estadual e a Renault, anunciaram recentemente, o aumento no número de fornecedores de autopeças locais para os novos modelos de carros que serão fabricados pela montadora em São José dos Pinhais.

Quanto à dinâmica socioespacial pode-se afirmar que, na escala metropolitana, ela passa por importante redefinição, com crescente processo de elitização do pólo, impulsionando fluxos de saída da população para os municípios do entorno. Por outro lado, os movimentos populacionais em direção ao entorno não se restringem apenas aos movimentos da pobreza, embora essa população seja majoritária neste tipo de fluxo. É, neste sentido, que alguns autores destacam a necessidade de requalificar o antigo modelo centro-periferia de expansão urbana.

Em São José dos Pinhais pudemos observar que este processo manifestou-se pelo crescimento das áreas de população de baixa renda, onde a precariedade se expressa principalmente pela falta de acesso à terra, ligada ao aumento das invasões/ocupações, e também por um espraiamento de segmentos médios e altos a partir das áreas centrais e articuladas aos principais eixos de acesso à Curitiba.

Verificou-se ainda que, via mercado de trabalho, pode estar ocorrendo uma articulação entre estes estratos sociais através da prestação de serviços pessoais

e domésticos aos segmentos médios, processo que parece estar incluindo também trabalhadores de outros municípios do aglomerado que tem em São José dos Pinhais uma segunda opção de local de trabalho.

Em síntese, a realização do presente trabalho, permitiu verificar que a implantação do distrito industrial em São José dos Pinhais teve como principal fator negativo a área escolhida para abrigá-lo. Não fosse por isto, a avaliação poderia ser positiva, pois, no que diz respeito às outras variáveis analisadas o empreendimento gerou os resultados previstos quando de sua instalação, como o aquecimento da economia local e regional, além da criação de novos postos de trabalho.

Entretanto, esta análise mostra de maneira clara a discussão feita no primeiro capítulo deste trabalho sobre a produção e os produtores do espaço urbano-industrial. Neste caso, fica explícito que prevaleceram os interesses do grande capital com a anuência do poder público em detrimento, aqui neste caso, da necessidade, do interesse vital da população que consome a água daquele manancial de abastecimento público.

Situações como estas ocorrem constantemente, muito em função da falta de uma gestão urbana integrada. Quando não existem políticas públicas elaboradas para atender articuladamente os usuários destas políticas, os interesses se sobrepõem e resultam nos conflitos ocasionados em função dos vários usos para mesmo recurso. E assim todos perdem. Perde o ambiente natural que é produzido e explorado sem planejamento e perde, sobretudo, a população que depende da sustentabilidade deste ambiente para garantir a sua própria sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H (org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2001.

AMARAL. S. B. **Aspectos da relação entre uso-ocupação do solo e qualidade da água na bacia do Rio Pequeno – São José dos Pinhais/PR**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, 2002.

ANDREOLI, et

al. **Limites ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba impostos pela escassez da água**. In: Sanare, nº12, p. 31-42, jul/dez, Curitiba. 1999.

A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ. PLAMEC (Plano Metropolitano ano 2000-RMC). Curitiba, Comec, março, 1989.

A RMC E A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO INDUSTRIAL ASSENTADO EM RELAÇÕES HUMANAS REIFICADAS. PLAMEC (Plano Metropolitano ano 2000-RMC). Curitiba, Comec, março, 1989.

A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA DO ANO 2000. Subsídio para o plano de desenvolvimento integrado da RMC (PDI), Curitiba, COMEC, 1981.

AZZONI, C.R. **A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo**. In: Estudos Econômicos, São Paulo, n.16 (n.0 especial). P.45-67, 1986.

_____ **Economia de São Paulo, ainda locomotiva?** In: São Paulo em perspectiva. V.7, p.2-13, abril/junho. 1993.

BASTOS, S.Q.A. **Estratégia locacional e impactos da instalação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora**. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. V.1,p.511-518. Rio de Janeiro, 2001.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

BITTENCOURT, J. T. **Novo perfil produtivo e dinâmica espacial de Curitiba: Uma leitura a partir das fases do desenvolvimento regional da economia brasileira e das recentes mudanças no padrão de produção de industrial**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, 2003.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo. Editora Companhia das Letras. 1990.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo, Editora EDUSP, 1994.

_____ **Espaço e indústria**. São Paulo, Editora Contexto, 1992.

_____ (org) **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos**. Obra revisitada. São Paulo. Edusp, Editora Hucitec, Imprensa Oficial do Estado. 2001.

_____ **A cidade**. São Paulo. Editora Contexto. 1997.

CASTELLS. M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

_____ **A questão Urbana**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTE, L.de S (org). **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia. Editora Alternativa. 2001

COLNAGHI, M.C. **São José dos Pinhais: A trajetória de uma cidade**. Curitiba, Editora Prephacio, 1992.

CORRÊA.R.L. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In: CASTRO,I.E., GOMES, P.C. e CORRÊA (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-45.

CURITIBA, UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO/CIDADE INDUSTRIAL. Curitiba, Janeiro. 1075.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2004.

DEÁK, C. e SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999;

DELGADO, P. R. **Precarização do trabalho e condições de vida: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2001.

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: **Cidade e ambiente urbano**. Curitiba, PR : Editora da UFPR, n. 3, 2001.

DINIZ, C.C. **Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização**. In: Revista Nova Economia, v.3, n. 11, Belo Horizonte, 1993.

ESMANIOTTO. J.C. **A localização industrial no município de São José dos Pinhais e suas transformações em período recente**. Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Geografia da UFPR. 2002.

ESTUDO DOS FATORES DE DECISÃO NA IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Codesul, SEPL, Iparides. Curitiba, 1980.

GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S. B (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2001.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____ **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico -2000**. Rio de Janeiro, 2001.

FERRER, F. **Reestruturação capitalista: caminhos e descaminhos da tecnologia da informação**. São Paulo. Editora Moderna, 1998.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Industrialização e ação do Estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba (PR)**. In: Revista RA'E GA, n. 1, a. 1, Curitiba: UFPR/Departamento de Geografia, 1997.

_____ **Conflitos de Gestão: dos problemas metropolitanos às soluções municipais. A nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba**. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____ **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP. 2001.

JAKOB, A.A.E. **A dinâmica intra-urbana do município de Santos vista sob o prisma dos censos demográficos de 1991 e 2000**. In: Revista brasileira de estudos de população. Vol. 21, n. 1, jan/jun. Campinas, 2004.

KLINK. J.J. **Regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

_____ **A cidade do capital**. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 1999.

LIMA, C. A. **A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbano-metropolitana**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. 2000.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1997.

LENCIONE, S. **Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada**. In: Espaço & Debates n.38, p.54-61. 1994.

LOURENÇO, G.M. **A instalação da Renault no Paraná: um modelo de interpretação.** In: Análise Conjuntural. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. V. 18, n.3-4, p.3-8. Curitiba, 1996

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

MEINERS, W. M. A. **Implantação da indústria automobilística e novos contornos da Região de Curitiba.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPR. Curitiba, 1999.

MELA, A. **A sociologia das cidades.** Lisboa. Editorial Stampa Lda. 1999.

METRÓPOLIS em revista. Comec, A. 1, n.1. Curitiba, 1999.

MORAES, A.C.R. e COSTA W.M. **A valorização do espaço.** São Paulo. Editora Hucitec, 1984.

MOTIM, B. M. L. et al. **Indústria automobilística no Paraná: implicações sobre o emprego e as relações de trabalho.** In: Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo, p. 365-398. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2002.

NOJIMA, D. et al. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região metropolitana de Curitiba.** Curitiba, 2004.

OLIVEIRA. C.A.B. **Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado.** São Paulo. Editora Unesp. Campinas, 2003.

OLIVEIRA, D. Urbanização e industrialização no Paraná. Curitiba. SEED/2001.

PEREIRA, L.C.B. **Desenvolvimento e crise no Brasil. História, Economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo. Editora 34, 2003.

PEREIRA, G. **Produção da cidade e degradação do ambiente: a realidade da urbanização desigual.** Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. 2002.

PIQUET, R. **O emprego industrial metropolitano e a nova divisão espacial do trabalho no Brasil.** In: Revista brasileira de estudos urbanos regionais.A.2,n.3. Recife. 2000.

_____ **A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos.** In: Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR. Ano XV, n.0 2, Ago-Dez 2001/Ano XVI, n.1, Jan-Jul 2002.

_____ **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 1998.

PLANO de desenvolvimento integrado da RMC (PDI), Curitiba, COMEC, 1978.

PLANO de proteção ambiental e reordenamento territorial (PPART). Curitiba: COMEC, 2002.

PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS. Manual explicativo. Curitiba, Junho/95.

PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS. Plano de desenvolvimento do Paraná. Curitiba, 1995.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DA RODOVIA DO CONTORNO LESTE-CURITIBA. Projeto de ampliação da capacidade rodoviária entre São Paulo e Florianópolis (BR-116/SP/PR, BR-376/PR e BR-101/SC). Paraná. 1995.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Curitiba, 1996.

ROMANEL, M.C.T.S. **Análise temporal do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do arroio Arujá em São José dos Pinhais - PR: implicações socioambientais**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR. Curitiba, 2001.

REVISTA VEJA. Edição de 29 de maio. São Paulo, 2002.

RODRIGUES, M. L. E. **Produção do espaço e expansão industrial**. São Paulo: Ed. Loyola; 1983.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____ **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____ **Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo**. In: *Análise & Dados*, v.3,nº 2, p.5-17, Bahia. 1993.

_____ **O espaço dividido**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1979.

_____ **A natureza do espaço**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 1993.

TORRES, H. e COSTA, H. (org.). **População e meio ambiente**. São Paulo: SENAC, 2000.

ULTRAMARI, C. **Boas práticas e o fim das utopias urbanas: o terceiro setor e as agências internacionais de financiamento e fomento**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. 2001.

ULTRAMARI, C., MOURA, R. (Org.). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

VALLADARES, L., E.P (coord.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo. Editora Nobel. 1990.

VILHAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZEM, J.M. **Interações entre a temperatura do ar e a incidência de doenças respiratórias na população infantil da cidade de São José dos Pinhais - Paraná**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR. Curitiba, 2004.

ANEXO

Imagens da área



SJP – RENAULT
ENTRADA PRINCIPAL

Imagens da área

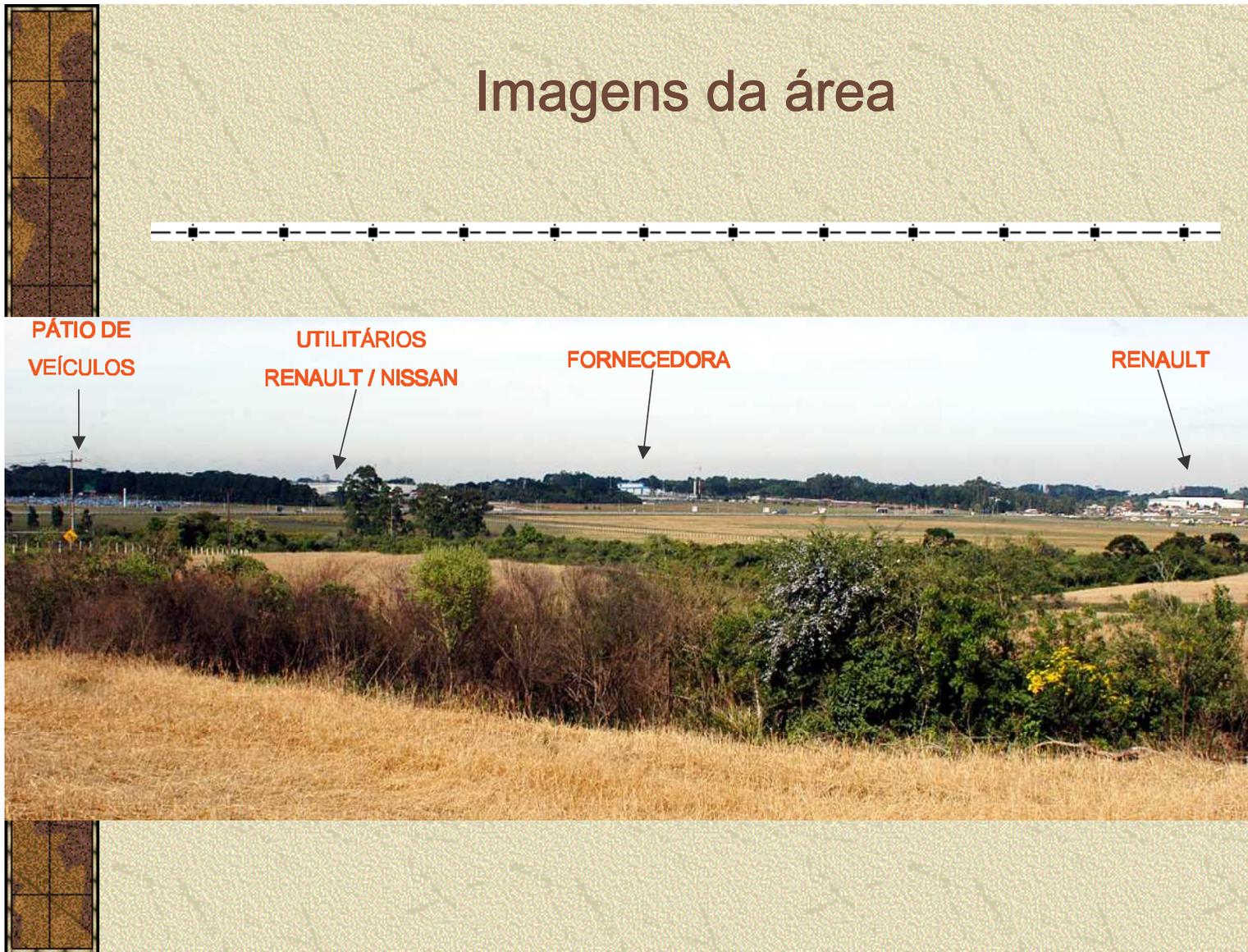


VIA INTERNA DO DISTRITO RENAULT

Imagens da área



Imagens da área



Imagens da área



SJP - BAIRRO RENAULT
NOVO PERFIL RESIDENCIAL

Imagens da área



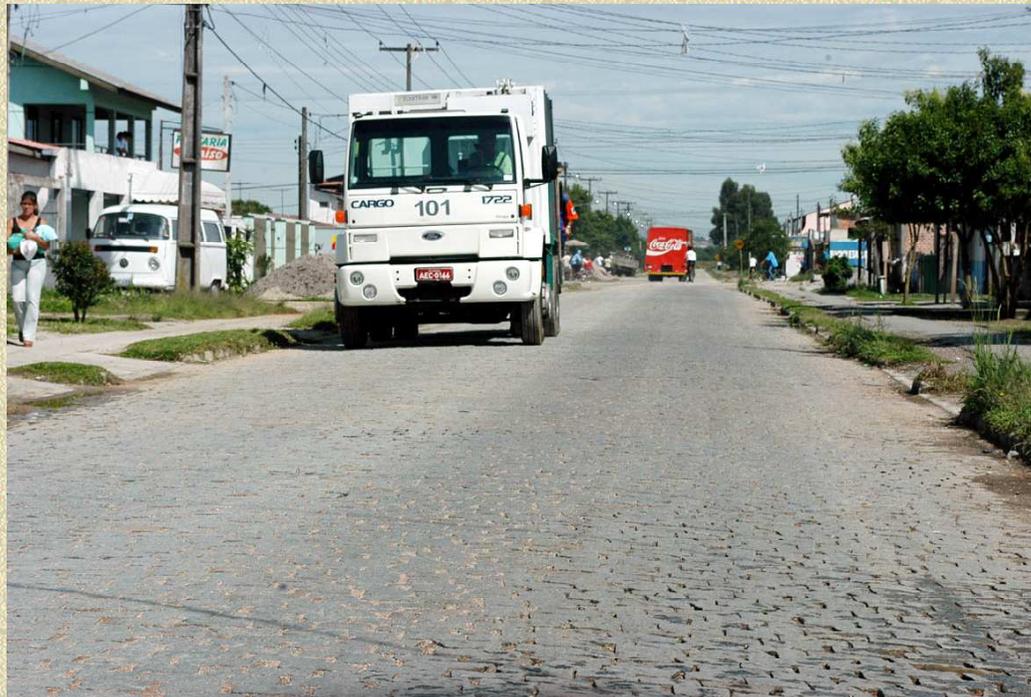
SJP - BAIRRO BORDA DO CAMPO

Imagens da área



SJP – BAIRRO BORDA DO CAMPO
RUA PRINCIPAL
LIGAÇÃO COM DISTRITO AUDI

Imagens da área



SJP - BAIRRO IPÉ
RUA PRINCIPAL

Imagens da área



SJP - JARDIM ALEGRIA
RUA DO COMÉRCIO

Imagens da área



SJP - JARDIM ALEGRIA
FINAL DA RUA DO COMÉRCIO

Imagens da área



SJP - IGREJA SÃO SEBASTIÃO

Imagens da área



SJP – PÁTIO DA RENAULT

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		AREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
2550050029	708	25506050029	1.452	25506050120	2.434	4125506001001	708	1.452	2.434			
2550050029		25506050029		25506050121	1.521	4125506001001						1.521
2550050040	3.812	25506050077	4.636	25506050076	1.066	4125506001001	545	1.159	1.066			
2550050040		25506050077		25506050077	1.835	4125506001001	545	1.159	1.835			
2550050040		25506050077		25506050127	1.839	4125506001001	545	1.159	1.839			
2550050042	1.357	25506050042	1.998	25506050132	662	4125506001001	1.357	1.998	662			
2550050042		25506050042		25506050133	2.017	4125506001001						2.017
2550050052	6	25506050052	14	25506050131	10	4125506001001	6	14	10			
2550050053	1.758	25506050053	3.313	25506050124	1.190	4125506001001	1.758	3.313	1.190			
2550050053		25506050053		25506050125	1.423	4125506001001						1.423
2550050053		25506050053		25506050126	1.438	4125506001001						1.438
2550050054	1.465	25506050054	2.065	25506050128	1.261	4125506001001	1.465	2.065	1.261			
2550050054		25506050054		25506050129	1.308	4125506001001						1.308
2550050055	940	25506050055	2.279	25506050122	1.580	4125506001001	940	2.279	1.580			
2550050055		25506050055		25506050123	1.151	4125506001001						1.151
2550050061	691	25506050061	708	25506050138	1.128	4125506001001	691	708	1.128	8.559	15.306	21.863
2550050023	5.096	25506050023	2.237	25506050059	1.247	4125506001002	5.096	2.237	1.247			
2550050023		25506050023		25506050060	1.372	4125506001002						1.372
2550050023		25506050066	2.177	25506050063	1.353	4125506001002		2.177	1.353			
2550050023		25506050067	1.691	25506050064	1.088	4125506001002		1.691	1.088			
2550050023		25506050067		25506050065	1.276	4125506001002						1.276
2550050023		25506050066		25506050066	1.117	4125506001002						1.117
2550050024	4.474	25506050069	3.110	25506050061	1.324	4125506001002	746	3.110	1.324			
2550050024		25506050069		25506050062	870	4125506001002	746		870			
2550050024		25506050069		25506050098	2.342	4125506001002	746		2.342			
2550050024		25506050024	1.649	25506050099	1.047	4125506001002	746	825	1.047			
2550050024		25506050068	1.059	25506050101	1.414	4125506001002	746	1.059	1.414			
2550050028	3.052	25506050028	2.390	25506050068	1.736	4125506001002	610	2.390	1.736			
2550050028		25506050071	2.678	25506050069	1.470	4125506001002	610	2.678	1.470			
2550050028		25506050071		25506050070	1.875	4125506001002	610		1.875			
2550050028		25506050072	799	25506050119	775	4125506001002	610	799	775			
2550050031	3.798	25506050073	2.224	25506050071	560	4125506001002	950	1.112	560	12.215	18.078	20.866
2550050024		25506050024		25506050100	980	4125506001003	746	825	980			
2550050025	3.801	25506050025	6.407	25506050102	2.294	4125506001003	3.801	6.407	2.294			
2550050025		25506050070	3.593	25506050103	540	4125506001003		3.593	540			
2550050025		25506050070		25506050104	2.282	4125506001003						2.282
2550050025		25506050025		25506050105	2.180	4125506001003						2.180

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		AREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
(continuação)												
2550050025		25506050025		25506050106	1.658	4125506001003			1.658			
2550050025		25506050070		25506050107	1.654	4125506001003			1.654			
2550050025		25506050025		25506050108	1.066	4125506001003			1.066			
2550050025		25506050025		25506050109	1.147	4125506001003			1.147			
2550050026	2.028	25506050026	3.033	25506050112	1.158	4125506001003	2.028	3.033	1.158			
2550050026		25506050026		25506050113	1.143	4125506001003			1.143			
2550050026		25506050026		25506050114	1.000	4125506001003			1.000			
2550050027	1.790	25506050027	4.455	25506050111	910	4125506001003	1.790	4.455	910			
2550050027		25506050027		25506050115	1.452	4125506001003			1.452			
2550050027		25506050027		25506050116	1.341	4125506001003			1.341			
2550050027		25506050027		25506050118	1.804	4125506001003			1.804			
2550050028		25506050028		25506050067	1.471	4125506001003	610		1.471			
2550050062	351	25506050062	1.898	25506050110	1.493	4125506001003	351	1.898	1.493			
2550050062		25506050062		25506050117	2.015	4125506001003			2.015	9.326	20.211	27.588
2550050004	1.087	25506050004	897	25506050005	1.051	4125506001004	1.087	897	1.051			
2550050005	923	25506050005	856	25506050006	821	4125506001004	923	856	821			
2550050013	1.818	25506050013	1.852	25506050041	1.111	4125506001004	909	926	1.111			
2550050014	2.098	25506050014	2.600	25506050039	1.018	4125506001004	2.098	2.600	1.018			
2550050014		25506050014		25506050040	948	4125506001004			948			
2550050014		25506050014		25506050042	791	4125506001004			791			
2550050015	2.436	25506050015	2.448	25506050043	949	4125506001004	2.436	2.448	949			
2550050015		25506050015		25506050045	812	4125506001004			812			
2550050015		25506050015		25506050096	841	4125506001004			841			
2550050016	1.406	25506050016	1.453	25506050046	730	4125506001004	1.406	1.453	730			
2550050016		25506050016		25506050048	916	4125506001004			916			
2550050017	2.124	25506050017	2.216	25506050015	1.213	4125506001004	2.124	2.216	1.213			
2550050017		25506050017		25506050047	1.024	4125506001004			1.024			
2550050018	1.626	25506050018	1.805	25506050049	894	4125506001004	1.626	1.805	894			
2550050018		25506050018		25506050050	1.034	4125506001004			1.034			
2550050019	3.842	25506050065	2.049	25506050051	1.062	4125506001004	3.842	2.049	1.062			
2550050019		25506050065		25506050052	1.004	4125506001004			1.004			
2550050019		25506050019	2.254	25506050053	1.288	4125506001004		2.254	1.288			
2550050019		25506050019		25506050097	1.210	4125506001004			1.210			
2550050020	1.307	25506050020	1.296	25506050054	1.303	4125506001004	1.307	1.296	1.303			
2550050021	1.786	25506050021	1.815	25506050055	1.020	4125506001004	1.786	1.815	1.020			
2550050021		25506050021		25506050057	848	4125506001004			848			

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		AREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
(continuação)												
2550050022	1.602	25506050022	1.559	25506050056	658	4125506001004	1.602	1.559	658			
2550050022		25506050022		25506050058	824	4125506001004			824			
2550050030	56	25506050030	74	25506050075	37	4125506001004	56	74	37			
2550050031		25506050073		25506050072	1.887	4125506001004	950	1.112	1.887			
2550050031		25506050031	1.838	25506050073	911	4125506001004	950	1.838	911			
2550050031		25506050031		25506050074	1.017	4125506001004	950		1.017			
2550050032	880	25506050032	918	25506050016	899	4125506001004	880	918	899			
2550050033	1.701	25506050033	1.715	25506050017	948	4125506001004	1.701	1.715	948			
2550050033		25506050033		25506050018	971	4125506001004			971			
2550050034	605	25506050034	604	25506050021	568	4125506001004	605	604	568			
2550050036	3.173	25506050036	1.669	25506050019	850	4125506001004	793	835	850			
2550050036		25506050076	1.492	25506050022	816	4125506001004	793	746	816			
2550050039	2.116	25506050039	2.345	25506050079	891	4125506001004	1.058	1.173	891			
2550050040		25506050040	3.128	25506050080	1.010	4125506001004	545	1.043	1.010	30.426	32.231	34.175
2550050006	501	25506050006	425	25506050007	337	4125506001005	501	425	337			
2550050009	1.981	25506050009	2.550	25506050037	1.249	4125506001005	660	850	1.249			
2550050035	932	25506050035	908	25506050024	930	4125506001005	932	908	930			
2550050036		25506050036		25506050020	905	4125506001005	793	835	905			
2550050036		25506050076		25506050023	709	4125506001005	793	746	709			
2550050037	716	25506050037	844	25506050025	978	4125506001005	716	844	978			
2550050038	1.545	25506050038	1.494	25506050026	730	4125506001005	1.545	1.494	730			
2550050038		25506050038		25506050028	839	4125506001005			839			
2550050039		25506050039		25506050083	1.113	4125506001005	1.058	1.173	1.113			
2550050040		25506050077		25506050078	991	4125506001005	545	1.159	991			
2550050040		25506050040		25506050081	1.058	4125506001005	545	1.043	1.058			
2550050040		25506050040		25506050082	1.044	4125506001005	545	1.043	1.044			
2550050041	708	25506050041	853	25506050130	897	4125506001005	708	853	897			
2550050043	1.639	25506050043	1.905	25506050084	1.957	4125506001005	1.639	1.905	1.957			
2550050043		25506050043		25506050134	426	4125506001005			426			
2550050044	1.006	25506050044	1.295	25506050085	1.370	4125506001005	1.006	1.295	1.370			
2550050045	939	25506050045	1.169	25506050086	1.326	4125506001005	939	1.169	1.326			
2550050046	2.728	25506050046	3.075	25506050027	1.081	4125506001005	2.728	3.075	1.081			
2550050046		25506050046		25506050030	1.194	4125506001005			1.194			
2550050046		25506050046		25506050031	987	4125506001005			987			
2550050047	1.412	25506050047	1.432	25506050029	1.047	4125506001005	1.412	1.432	1.047			
2550050047		25506050047		25506050031		4125506001005			0			

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		AREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
(continuação)												
2550050047		25506050047		25506050032	687	4125506001005					687	
2550050048	1.897	25506050048	2.320	25506050033	1.436	4125506001005	632	773			1.436	
2550050050	5.015	25506050075	2.395	25506050089	2.474	4125506001005	5.015	2.395			2.474	
2550050050		25506050075		25506050090	1.903	4125506001005					1.903	
2550050050		25506050074	2.178	25506050091	1.494	4125506001005		2.178			1.494	
2550050050		25506050074		25506050092	998	4125506001005					998	
2550050050		25506050050	1.648	25506050093	1.208	4125506001005		1.648			1.208	
2550050050		25506050050		25506050094	449	4125506001005					449	
2550050051	1.011	25506050051	1.849	25506050095	2.084	4125506001005	1.011	1.849			2.084	
2550050051		25506050051		25506050135	630	4125506001005					630	
2550050058	638	25506050058	689	25506050139	851	4125506001005	638	689			851	
2550050059	48	25506050059	97	25506050141	76	4125506001005	48	97			76	
2550050060	911	25506050060	806	25506050140	792	4125506001005	911	806			792	
2550050063	1.171	25506050063	1.180	25506050088	1.408	4125506001005	1.171	1.180			1.408	
2550050064	1.001	25506050064	1.499	25506050087	1.573	4125506001005	1.001	1.499	1.573	27.492	33.362	39.231
2550050001	396	25506050001	383	25506050001	424	4125506001006	396	383			424	
2550050002	656	25506050002	448	25506050002	450	4125506001006	656	448			450	
2550050003	1.344	25506050003	1.243	25506050003	840	4125506001006	1.344	1.243			840	
2550050003		25506050003		25506050004	494	4125506001006					494	
2550050007	941	25506050007	922	25506050008	965	4125506001006	941	922			965	
2550050008	1.154	25506050008	1.218	25506050009	1.355	4125506001006	1.154	1.218			1.355	
2550050009		25506050009		25506050010	1.254	4125506001006	660	850			1.254	
2550050009		25506050009		25506050038	907	4125506001006	660	850			907	
2550050010	1.272	25506050010	1.251	25506050011	1.437	4125506001006	1.272	1.251			1.437	
2550050011	2.412	25506050011	2.398	25506050012	1.650	4125506001006	2.412	2.398			1.650	
2550050011		25506050011		25506050013	1.541	4125506001006					1.541	
2550050012	1.055	25506050012	964	25506050014	1.077	4125506001006	1.055	964			1.077	
2550050013		25506050013		25506050044	856	4125506001006	909	926			856	
2550050048		25506050048		25506050034	624	4125506001006	632	773			624	
2550050048		25506050048		25506050035	377	4125506001006	632	773			377	
2550050049	697	25506050049	796	25506050036	1.054	4125506001006	697	796	1.054	13.421	13.796	15.305
2550050056	593	25506050056	524	25506050136	805	4125506001007	593	524			805	
2550050057	787	25506050057	919	25506050137	695	4125506001007	787	919			695	
2550070001	50	25506070001	206	25506070001	89	4125506001007	50	206			89	
2550070002	695	25506070002	1.168	25506070002	582	4125506001007	695	1.168			582	
2550070002		25506070002		25506070005	844	4125506001007					844	

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		AREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
2550070003	677	25506070003	601	25506070003	904	4125506001007	677	601	904			
2550070004	429	25506070004	458	25506070004	442	4125506001007	429	458	442			
2550100001	59	25506100001	64	25506100001	84	4125506001007	59	64	84			
2550100002	778	25506100002	902	25506100006	1.007	4125506001007	778	902	1.007			
2550100003	867	25506100003	811	25506100005	923	4125506001007	867	811	923			
2550100004	771	25506100004	839	25506100004	853	4125506001007	771	839	853			
2550100005	66	25506100005	588	25506100003	317	4125506001007	66	588	317			
2550100006	1.109	25506100006	1.144	25506100002	1.682	4125506001007	1.109	1.144	1.682			
2550100007	1.163	25506100007	523	25506100008	1.636	4125506001007	1.163	523	1.636			
2550100008	499	25506100008	981	25506100007	750	4125506001007	499	981	750			
2550100009	394	25506100009	1.103	25506100009	715	4125506001007	394	1.103	715			
2550100010	151	25506100010	378	25506100010	175	4125506001007	151	378	175			
2550200001	42	25506200001	90	25506200001	124	4125506001007	42	90	124			
2550200002	1.004	25506200002	695	25506200002	896	4125506001007	1.004	695	896	10.134	11.994	13.523
2550060001	1.632	25506060001	3.131	25506060001	1.673	4125506001008	1.632	3.131	1.673			
2550060001		25506060001		25506060002	1.168	4125506001008			1.168			
2550060001		25506060001		25506060003	1.108	4125506001008			1.108			
2550060002	1.497	25506060002	2.381	25506060004	911	4125506001008	1.497	2.381	911			
2550060002		25506060002		25506060005	1.013	4125506001008			1.013			
2550060002		25506060002		25506060006	839	4125506001008			839			
2550060003	1.879	25506060003	4.000	25506060007	2.019	4125506001008	1.879	4.000	2.019			
2550060003		25506060003		25506060008	914	4125506001008			914			
2550060003		25506060003		25506060009	1.168	4125506001008			1.168			
2550060003		25506060003		25506060010	1.764	4125506001008			1.764			
2550060004	163	25506060004	213	25506060012	0	4125506001008	163	213	0			
2550060005	1.373	25506060005	2.385	25506060011	1.296	4125506001008	1.373	2.385	1.296			
2550060005		25506060005		25506060013	216	4125506001008			216			
2550060005		25506060005		25506060014	2.059	4125506001008			2.059			
2550060006	587	25506060006	1.048	25506060015	1.518	4125506001008	587	1.048	1.518			
2550060007	1.437	25506060007	1.289	25506060016	1.262	4125506001008	1.437	1.289	1.262			
2550060007		25506060007		25506060017	914	4125506001008			914			
2550060008	228	25506060008	434	25506060018	378	4125506001008	228	434	378			
2550060009	53	25506060009	27	25506060019	27	4125506001008	53	27	27			
2550150001	131	25506150001	148	25506150001	222	4125506001008	131	148	222			
2550150002	320	25506150002	606	25506150003	622	4125506001008	320	606	622			
2550150003	924	25506150003	1.265	25506150002	508	4125506001008	924	1.265	508			

(continuação)

ANEXO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SETOR CENSITÁRIO E ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1991/1996/2000

1991		1996		2000		ÁREA DE PONDERAÇÃO (AED)	AJUSTES			POPULAÇÃO AJUSTADA		
Setor	População	Setor	População	Setor	População		1991	1996	2000	1991	1996	2000
(conclusão)												
2550150003		25506150003		25506150004	841	4125506001008						841
2550250001	2.383	25506250001	2.938	25506250001	1.174	4125506001008	2.383	2.938	1.174			
2550250001		25506250001		25506250002	1.632	4125506001008						1.632
2550250001		25506250001		25506250003	1.334	4125506001008						1.334
2550250002	1.247	25506250002	1.829	25506250004	1.055	4125506001008	1.247	1.829	1.055			
2550250002		25506250002		25506250005	1.094	4125506001008						1.094
2550250003	1.758	25506250003	2.094	25506250006	1.330	4125506001008	1.758	2.094	1.330			
2550250003		25506250003		25506250007	1.278	4125506001008						1.278
2550250004	270	25506250004	271	25506250008	314	4125506001008	270	271	314	15.882	24.059	31.651
TOTAL	127.455		169.035		204.202		127.455	169.035	204.202	127.455	169.035	204.202

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Notas: Setores de 1991 ou 1996 que sofreram ajustes, por comporem mais de uma AED;

Setores correspondentes aos bairros Renault e Borda do Campo

